

IBIRAPITANGA

Equidade racial: desafios no Brasil contemporâneo

PRIMEIRA REUNIÃO EXPLORATÓRIA
RIO DE JANEIRO, 5 DE JUNHO DE 2018

1. Apresentação 4
2. Equidade racial: desafios no Brasil contemporâneo 8
3. O encontro 14
 - ▮ **ABERTURA** A marca do racismo na formação do país 16
 - ▮ **PARTE II** Desigualdades raciais no Brasil 29
 - ▮ **PARTE III** Produção intelectual negra: reconhecimento e legitimação 60
 - ▮ **PARTE IIII** Direito da antidiscriminação e justiça interseccional 83
 - ▮ **PARTE IVI** Representação simbólica e representatividade 113
4. Os participantes 128

1. Apresentação

O Instituto Ibirapitanga é uma iniciativa do cineasta Walter Salles com o objetivo de apoiar organizações da sociedade civil e ações que contribuam para a garantia de liberdades e o aprofundamento da democracia no Brasil. Em processo de constituição e refinamento de suas agendas de trabalho, o Instituto se propõe a atuar no campo da alimentação – na construção de um sistema agroalimentar justo, eficiente e saudável – e no campo da equidade racial – por compreender a importância do combate ao racismo, que opera como alicerce do profundo sistema de desigualdades que se perpetua no país.

Em abril de 2018, ao lado das fundações Ford e Open Society, o Ibirapitanga realizou uma de suas primeiras ações, ao apoiar a criação de uma iniciativa em homenagem a Marielle Franco, por meio de uma doação ao Fundo Baobá. O Baobá, criado com apoio da Fundação Kellogg em 2011, será responsável por conceber uma iniciativa voltada a incentivar o protagonismo político de mulheres negras no Brasil. Por meio de doações, somadas ao aporte da Fundação Kellogg, o Fundo receberá um apoio de 10 milhões de dólares, passando a operar em um novo patamar, ampliando seu alcance e sua capacidade de investimento.

Esse foi um passo importante no processo de formação do Ibirapitanga, que se constitui como uma organização doadora (*grantmaker*) e que, portanto, tem como principal estratégia de atuação o apoio direto a outras organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil brasileira. Entendemos que essa iniciativa reforça a estratégia de ampliar as formas de financiamento nessas áreas para fortalecer sua capacidade de atuação, articulação e incidência sobre questões de interesse público.

A ideia do encontro Equidade racial: desafios no Brasil contemporâneo foi fazer um convite para refletir sobre a questão racial no Brasil e gerar

subsídios para construir a estratégia de atuação do Ibirapitanga nessa área. Ao reunir pessoas com experiências, trajetórias, projetos e interesses diversos, procuramos construir um painel instigante e atual dos desafios, necessidades e oportunidades de avanço nesse campo. Nossa intenção, no entanto, não foi deliberar sobre as prioridades e as formas de operação do Instituto, mas produzir reflexões capazes de qualificar tanto nossa compreensão sobre esse universo como as possibilidades de intervenção a partir da interação entre perspectivas diversas. A proposta foi um encontro informal capaz de abrir espaço para conversas francas, permeadas por breves exposições.

Sabemos que a proposta de temas é apenas um dos vários recortes possíveis para abordar a questão racial no Brasil, e também entendemos que cada um dos temas propostos constituiria, em si, um seminário próprio, diante da complexidade e amplitude. Desse modo, nossa intenção foi partir dessa proposta de olhar levando em conta a incompletude e parcialidade dos temas. Consideramos que se trata de um momento no percurso mais longo que o Ibirapitanga está traçando para construir sua atuação. Para nós, o aprendizado e o diálogo contínuos em todos os temas e frentes de trabalho devem ser vistos como exercício constante.

O encontro teve duração de um dia. Após a apresentação da agenda de trabalho e dos participantes, foi feita a introdução ao tema central, seguida de uma fala de abertura do professor Edson Cardoso. Em seguida, a reunião foi estruturada em quatro partes, que abordaram eixos específicos da discussão: (I) Desigualdades raciais no Brasil; (II) Produção intelectual negra: reconhecimento e legitimação; (III) Direito da antidiscriminação e justiça interseccional e (IV) Representação simbólica e representatividade. Cada parte começou com duas falas sucintas (de até 15 minutos) de participantes convidados, as quais foram orientadas por questões e seguidas de debate provocado por um debatedor.

Neste documento, apresentamos as falas principais em cada um dos quatro eixos de discussão. Procurando preservar o tom de conversa que orientou o encontro, as exposições orais foram transcritas e passaram por uma leve edição, sendo revisadas pelos próprios autores. Optamos por não reproduzir o debate como um todo, mas incluímos as falas centrais dos participantes – falas que complementam sua exposição principal, ainda que algumas fossem uma reação às perguntas e apresentações feitas durante o debate em diversos momentos do encontro.

Embora nem todos os participantes estejam contemplados nas apresentações orais, sua contribuição para o debate e o aprofundamento dos temas

discutidos foi fundamental. Ao fim do relatório, estão listados todos que estiveram presentes.

Agradecemos a todos os participantes que se dispuseram, de maneira generosa, a partilhar este momento conosco. A entrega e a disposição de cada um contribuíram de maneira valiosa para a construção do Ibirapitanga.

2. Equidade racial: desafios no Brasil contemporâneo

(Texto elaborado por Sueli Carneiro e
Denise Dora como subsídio ao encontro)

SUELI CARNEIRO é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

DENISE DORA é advogada, sócia do Dora, Azambuja & Oliveira e cofundadora e diretora-executiva da Themis – Gênero e Justiça.

O ano de 2018 marca o aniversário de 30 anos da Constituição Federal do Brasil. Marco na redefinição jurídica do Estado brasileiro, representa a fronteira que separa os 21 anos de ditadura civil-militar do tempo de reconstrução democrática no país, e representa, também, a expressão de um campo de lutas por reconhecimento de direitos e justiça social.

Resultado das mobilizações sociais e políticas dos anos 1980, a agenda de implementação dos direitos constitucionais serviu como plataforma de luta e organização nestes últimos anos de período democrático, influenciando a construção de mecanismos de participação, como conselhos de direitos e políticas públicas para ações afirmativas nas áreas de educação, saúde, trabalho, segurança alimentar, justiça (cotas no Ensino Superior, juizados especiais, demarcação de terras tradicionais). Essa agenda também estimulou a construção de um ambiente para auto-organização de uma vibrante sociedade civil, que rearticulou as forças políticas do país em milhares de organizações, coletivos, alianças, redes, associações e fundações.

As organizações negras vêm, ao longo das últimas três décadas, denunciando os processos de exclusão a que os negros foram e ainda estão submetidos na sociedade brasileira. No mercado de trabalho, têm sensibilizado as entidades sindicais para incorporar a luta contra o racismo e adotar mecanismos internacionais que combatem as discriminações, e vêm sensibilizando o setor empresarial para a adoção de políticas de diversidade em seus processos de seleção. Dedicam-se ainda a projetos de capacitação e atualização da mão de obra negra para o mercado de trabalho.

As ações que vêm sendo realizadas pelas organizações negras no campo da educação expressam-se em diferentes dimensões, incidindo sobre a educação formal nos distintos níveis; na produção e avaliação crítica de instru-

mentos didáticos; em projetos de formação para o exercício da cidadania, para a capacitação para o mercado de trabalho, para o fortalecimento da capacidade de pressão sobre o Estado.

A compreensão de que o racismo e a discriminação impedem a distribuição igualitária da justiça no Brasil vem também motivando diversas iniciativas. A Constituição de 1988, ao tornar o racismo crime inafiançável e imprescritível, criou uma oportunidade de enfrentamento do racismo na esfera legal.

No campo da cultura, são inúmeras as experiências de politização das expressões culturais negras, no sentido de fortalecer a identidade étnica e racial da população negra, tais como as oriundas dos terreiros de candomblé, das bandas de rap ou dos blocos afro.

Avançou a organização política das comunidades remanescentes de quilombos, que adquiriu dimensão nacional e passou a demandar ao Estado, com maior contundência, o direito à titulação de suas terras ancestrais e a um desenvolvimento sustentado.

As organizações negras vêm monitorando e denunciando as práticas discriminatórias nos veículos de comunicação de massa e, por meio dos casos exemplares de discriminação, mobilizam a opinião pública para o debate da questão racial. Essas denúncias e críticas têm influenciado o debate sobre representação e levado os veículos de comunicação a ampliar a presença de negros, em especial na televisão.

As organizações de mulheres negras, por sua vez, vêm desenvolvendo uma série de experiências-modelo em diversos campos, como no atendimento jurídico e psicossocial a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual – experiências inovadoras na abordagem das sequelas emocionais produzidas pelo racismo.

E, sobretudo, as organizações de mulheres negras impulsionaram a intervenção do ponto de vista racial no campo da saúde, dando visibilidade às questões relacionadas a doenças étnicas/raciais ou a doenças de maior incidência entre a população negra e denunciando o viés controlista sobre a população negra, evidenciado pela prática de esterilização.

Nesse contexto, as organizações negras vêm desenvolvendo um conjunto de “boas práticas”, ou de experiências exemplares, em nível nacional, para a inclusão efetiva dos negros na sociedade brasileira. Essas experiências expressam a responsabilidade que os negros organizados têm em relação à população negra, a busca de construção de uma rede de solidariedade baseada na identidade racial e na consciência do pertencimento a uma comunidade fundada

numa experiência histórica compartilhada. Essas práticas visam superar a discriminação racial e, sobretudo, oferecer ao Estado, aos governos e à sociedade, modelos para políticas públicas que, ao beneficiarem a comunidade negra, promovam igualdade de direitos e oportunidades.

Esse processo, entretanto, não foi suficiente para enfrentar o racismo estrutural no Brasil, que passou a manifestar-se de forma mais elaborada, consolidando as percepções trazidas pelo ativismo dos movimentos negros de que as desigualdades sociais, no contexto brasileiro, permanecem como sintoma do processo histórico de escravidão de africanos. A ausência de políticas de reparação pelo Estado e o zelo das elites econômicas brasileiras na manutenção de seus privilégios acabaram produzindo uma sociedade marcada por violência e exclusão. Desde a década de 1970 têm sido realizados, de forma sistemática e consistente, estudos sobre as desigualdades raciais demonstrando sua magnitude no Brasil, em todas as dimensões socioeconômicas. A síntese dessas análises, que trazem dados eloquentes sobre o padrão de desigualdades, aparece no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos brasileiros, que, ao ser desagregado por cor, revela de um lado uma taxa que se aproxima à de países europeus desenvolvidos, como a Bélgica, e no outro extremo um IDH que se situa entre os dos países mais pobres do continente africano, quando se consideram apenas os negros brasileiros.

Pode-se afirmar que os estudos sobre as desigualdades de raça e gênero dotaram de legitimidade o questionamento ao mito da democracia racial brasileira. Evidenciaram as diferenças no acesso à saúde para brancos e negros, revelando que as pessoas negras têm menor expectativa de vida e diferem em termos de morbidade e mortalidade, na medida em que os negros morrem mais e mais cedo por causas previsíveis e evitáveis em todas as faixas etárias. Por fim, as análises demonstram que os padrões de desigualdade de renda no Brasil vêm se alterando nos últimos 20 anos – os dados entre 1995 e 2015 afirmam que há redução –, mas essas desigualdades se mantêm muito conseqüentes, e são expressivamente segmentadas por cor/raça e por sexo/gênero.

As pesquisas sobre mercado de trabalho, em especial, mostram uma hierarquia rígida: o topo é de homens brancos e a base é de mulheres negras, o maior grupo demográfico do país. Percebe-se, assim, que os atravessamentos de raça e gênero acabam atuando sensivelmente como o fator de maior predominância nos mecanismos de exclusão para mulheres negras e, portanto, para manter o *status quo* de privilégios socioeconômicos para as elites brancas.

Entretanto, há áreas que, sem dúvida, revelam mudanças. Na educação percebe-se a vitória mais evidente e consistente de desvelamento das desigualdades raciais, que ensejou a adoção de políticas afirmativas na forma de cotas raciais nas universidades brasileiras. Embora tal política seja objeto permanente de ataques, após mais de uma década de sua implantação pode-se afirmar que as iniciativas de cotas mudaram a paisagem humana nos *campi* universitários e, sobretudo, quase triplicaram o índice histórico de 3% de presença negra na universidade. No entanto, o que deveria ser saudado como conquista e avanço encontra-se neste momento, em 2018, sob ameaça, com o crescimento da intolerância às pautas das minorias políticas e com o desmantelamento das políticas sociais. Além disso, embora tenha aumentado o ingresso da população negra no Ensino Superior a partir das políticas de ações afirmativas, o acesso ao mercado de trabalho segue marcado por políticas discriminatórias. Os negros ocupam pouco mais de 6% dos cargos de gerência nas empresas e menos de 5% no quadro executivo, segundo pesquisa do Instituto Ethos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas* (2016)¹. Em alguns setores, como o bancário, a exclusão é ainda maior: os negros em cargos de chefia não chegam a 1%.

Se é inegável a importância de estudos sobre desigualdades feitos pelo ativismo antirracista durante todo o século XX para consubstanciar as denúncias sobre o peso da discriminação racial na concentração desproporcional da população negra nos patamares inferiores da sociedade, é inegável também que a evidência das desigualdades não produziu mudanças estruturais. Ao lado da persistência das desigualdades, assiste-se neste momento ao recrudescimento do racismo, que tem por emblema mais eloquente as estatísticas que configuram a matança a que estão expostos os jovens negros brasileiros e a indiferença quase total da sociedade. A cifra de 63 jovens negros mortos² por dia não sensibiliza a população não atingida, nem gestores de políticas públicas em qualquer nível. Tampouco sensibiliza os sistemas de justiça, que permanecem subestimando práticas discriminatórias, negando direitos fundamentais e coibindo amplo acesso à justiça.

1. Disponível em: < <https://www3.ethos.org.br/cedoc/perfil-social-racial-e-de-genero-das-500-maiores-empresas-do-brasil-e-suas-acoes-afirmativas/#.W3Fy6OhKiUk>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

2. Dados do Mapa da Violência. Disponível em: <<https://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

Há na vida política e social do Brasil contemporâneo um quadro de instabilidades, contradições e violências. De um lado, os esforços democráticos pareciam ter levado o país a um novo acordo sobre direitos fundamentais, obrigações do Estado e redistribuição de recursos. Porém esses acordos – expressos na Constituição Federal de 1988 – não foram capazes de consolidar as mudanças estruturais necessárias para superar as desigualdades raciais e de gênero. De outro lado, há hoje um novo cenário de organização da sociedade civil, especificamente nesse campo político. O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, em março de 2018, simboliza de forma brutal essas contradições. Marielle representou a rara expressão política de mulheres negras que conquistam um mandato parlamentar em grandes cidades, com uma agenda de defesa das igualdades e liberdades. E por isso foi morta, em um crime de ódio político e racial, com forte componente misógeno. Entretanto, a reação intensa, nacional e com repercussões internacionais, do movimento de mulheres e de direitos humanos, demonstrou a capacidade de protesto e manifestação, e também de auto-organização de suas vozes na sociedade brasileira, em especial de mulheres, negras e jovens. A interseccionalidade das opressões de gênero e raça, que opera para manter as desigualdades, também opera para produzir reação e mudança.

Coloca-se então, para a sociedade civil e seus parceiros e apoiadores, algumas perguntas estratégicas sobre as consequências destas décadas de estudos e ativismos de enfrentamento às desigualdades no Brasil diante do contexto de acirramento de opiniões, posições ideológicas e políticas, e também sobre uma agenda para a contemporaneidade que aproveite avanços e repense os desafios.

No intuito de fazer avançar esse debate, com base nessas e em outras questões, o Instituto Ibirapitanga realizou este encontro, reunindo um grupo de pessoas com experiências diversas, que podem contribuir para qualificar a compreensão de temas contemporâneos da agenda racial e apontar caminhos para a atuação nesse campo.

3. O encontro

A seguir são apresentadas as falas principais dos participantes, organizadas pelos eixos de discussão do encontro. Também estão incluídas as falas que complementam sua exposição principal, ainda que fossem, em alguns casos, uma reação às perguntas e apresentações feitas durante o debate em diversos momentos do encontro.

ABERTURA

A marca do racismo na formação do país

**O racismo é um elemento estruturante na constituição do Brasil, com amplos efeitos no desenvolvimento do país, e é objeto de constantes atualizações. Qual o impacto do racismo na constituição de um projeto de nação?
Existe outro projeto de país com base nas perspectivas dos movimentos negros?**

EDSON CARDOSO é editor do jornal *Íronin* e doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP)

[EDSON CARDOSO] Evidentemente, eu me sinto extremamente honrado com essa indicação para abrir os trabalhos com um público selecionado como este. Não sei como decidiram que eu deveria abrir o encontro, porque vejo aqui todas as pessoas em condição de fazer isso. E a responsabilidade aumenta. Procurei ser o mais natural possível. Quem me conhece sabe como organizo desorganizadamente essas situações. E procurei não mexer muito, ser o que eu sou e apresentar uma reflexão que espero que contribua para um rico debate que vamos ter. Trouxe um texto de uma conjuntura muito rica, 1986, quando estávamos atuando na conjuntura pré-Constituinte. Na época, o movimento negro estava com uma campanha organizada de criminalização do racismo e várias candidaturas saíram de diferentes lugares. Fui candidato a deputado federal em Brasília com esse tema. E havia outras pessoas criminalizando o racismo, como Luiza Bairos³, em Salvador, e outros candidatos em todo o Brasil.

Vou ler um pequeno parágrafo para introduzir essa reflexão sobre o Brasil e o papel da dimensão racial. Esse texto foi publicado no *Estado de S. Paulo* em 17 de agosto de 1986, a propósito do enterro de Mãe Menininha. Mãe Menininha morreu, o enterro foi um estrondo, havia muita gente, e na conjuntura

3. Gaúcha radicada em Salvador (1953-2016), dedicou sua vida à luta contra a discriminação racial e contribuiu para que essa agenda ganhasse visibilidade e centralidade nas políticas nacionais. Foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014. Mais sobre ela em: <<https://www.geledes.org.br/luiza-bairros-1953-2016>>. Acesso em: 5 set. 2018.

política pré-Constituinte, com os políticos presentes, o *Estado de S. Paulo* disse umas coisas muito duras e reveladoras. O texto compara esse momento como se pertencesse a um Brasil que deveria ficar para trás e projeta um Brasil do futuro. Esse Brasil que deveria ficar para trás é que vamos revelar aqui, recuando no tempo, para mostrar a concepção que o *Estado de S. Paulo*, de forma bastante consciente, estava apresentando naquela conjuntura, sobre o que devia ser deixado para trás.

Vou ler o trecho: “Diante do cortejo imenso e da importância política que presenças ilustres deram ao ato, resta-nos raciocinar sobre o imenso esforço de educação que é necessário para que o Brasil se transforme numa nação moderna, em condições de competir com os maiores países do mundo. A importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta o Brasil ser catalogado como a oitava maior economia do mundo, se o país ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais. Na era do chip, do tempo da desenfreada competição tecnológica, num momento em que a tecnologia desenvolvida pelo homem torna a competição de mercadorias uma guerra sem quartel pelas inteligências mais argutas e pelas competências mais especializadas, o Brasil infelizmente exhibe a face tosca de limitações inatas, muito dificilmente corrigíveis por processos normais de educação a curto prazo. Enquanto o mundo lá fora desperta para o futuro, continuamos aqui presos a conceitos culturais que datam de antes da existência da civilização”.

É a essa tensão sobre a ideia de “civilização” que eu queria recorrer, recuando para 1909, na época do lançamento do *Recordações do escrivão Isaías Caminha* [do Lima Barreto], que é exatamente um livro escrito por um personagem na primeira pessoa que se propõe a contestar essa tese das limitações biológicas. O livro é isto: “eu vou dar o meu testemunho de que não são as limitações inatas que detêm o avanço da população negra e, sim, as condições, o contexto”. Esse é o impacto do livro, que muita gente joga para certas figuras presentes nos jornais da época, sem compreender exatamente que papel cumpre o jornal no livro. Seu impacto é: um homem negro, no início da República, diz na primeira pessoa exatamente que destino, naquele pacto, está reservado à população negra. Mas se recuarmos um pouquinho mais, vamos encontrar, num jornal que surgiu muito próximo do período de criação do *Estado de S. Paulo*, um jornal chamado *O Homem*, feito por negros libertos – livres e libertos – e cujo primeiro número foi publicado em 1876, em Recife. Nesse primeiro número, existe

uma categórica refutação das limitações inatas atribuídas à população negra. Isso em 1876. “Os seres humanos foram criados iguais no corpo, iguais no espírito, não há entre eles senão diferenças acidentais. Nada há num organismo que não exista igualmente no preto e no branco.” Eles são libertos. Estão de olho num item da Constituição, num artigo, que diz que todos podem ocupar espaços no serviço público, independentemente de qualquer restrição. E já que eles são livres e libertos, por que não podem? Por causa da cor? Então, *O Homem*⁴ surge para dizer: “A cor? Mas o que significa a cor? A cor não significa redução da humanidade”. Quando o jornal faz essa afirmação em 1876, está dizendo que as pessoas escravizadas são pessoas, e não são pessoas inferiores. O texto é muito forte. Nós, educadores públicos da minha geração (podemos nos autointitular assim, educadores públicos), saímos fazendo propaganda dessas ideias no século XX, e essas ideias já eram propagandeadas pelos negros no século XIX. **Vamos sempre ter essa tensão. Existe o racismo, mas há também um esforço organizado da população negra para confrontar as ideias do racismo. O racismo é fundamental na sociedade brasileira, mas a fala do racismo não existe sozinha – ela existe sempre com o contraponto organizado do movimento negro, antes mesmo de ser chamado como tal.** Esforço organizado, esforço coletivo que vem se construindo. Eu me refiro, portanto, a um documento central para refutar essas coisas, porque ele surge com uma diferença (acredito) de apenas dois anos após a *Província de São Paulo*, que vai dar no *Estado de S. Paulo*.

Claro que a história da imprensa brasileira – e eu fiz mestrado em Comunicação Social –, e o que se discute nas faculdades de Comunicação seriam diferentes se a história da imprensa negra fosse também vista como parte da história da imprensa brasileira. Ajudaria a mudar muita coisa. Mas isso fica à parte, segregado e distante da discussão e da formação dos estudantes. Seria uma diferença enorme se tomássemos consciência desse jornal feito por negros em 1876, afirmando a igualdade de todos os seres humanos. Claro que ajudaria a compreender o real papel da imprensa. Se recuarmos mais no tempo, para outro momento de construção de um grande pacto, temos as ambiguidades de José Bonifácio, na nossa primeira Constituinte, em que ele alerta que era necessário pensar, que era cedo pra fazer a libertação dos escravos, mas que era preciso considerar urgentemente

4. *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social.*

essas possibilidades. Existe essa ambiguidade. Mas, ao mesmo tempo, José Bonifácio dá a notícia de algo que é a existência de uma marca que ele afirma ser “indelével”: a pele como um elemento que diminui a população negra em relação à população branca. Isso está no nosso primeiro pacto. Fica claro que há, para além da escravidão, para além de o escravo ser inferior ao amo, há algo que inferioriza as pessoas de pele escura em relação à pele clara, porque ela é o estigma que reduz essas pessoas, isso é fato. E José Bonifácio constata isso já em 1823. Isso é 1823. Não é preciso o tal racismo científico: em 1823, está clara a ideia de estigmatização para um constituinte como o Bonifácio.

Então, para nós o que é, a meu ver, novidade a considerar na forma de tratar o tema? É que, ao falar de racismo, precisamos sempre colocar esse contraponto que sempre existiu na sociedade brasileira. Ou seja, essa invisibilidade, esse silêncio que foi produzido no espaço público, é uma construção deliberada, mas uma pesquisa mínima revela vozes atuando em outra direção.

A sociedade brasileira não foi feita de uma nota só, afirmando a inferioridade de um grupo majoritário. Sempre houve a possibilidade de um contraponto. Qual é a relação entre mudança social e debate público? Um debate público é importante como variável para mudanças sociais? Admitamos que sim, que o debate público é fundamental – quanto maior a possibilidade de debater ideias, maior a chance de produzir mudanças sociais. Estou dizendo isso para que a gente possa aquilatar a exclusão do debate público desse tema do qual vamos tratar hoje aqui. Quer dizer, no momento que você excluiu do debate público esse tema, que provoca silêncio, que chance haveria de mudar essa realidade?

Eu me pergunto – e tentava conversar sobre isso com Andre Degenszajn e Iara Rolnik em Salvador – de onde vem essa prioridade [do Instituto Ibirapitanga em trabalhar com a questão racial]? Eu queria saber. Seria uma percepção da história do Brasil que alimenta essa noção de prioridade? Ótimo, eu me entusiasmei. Alguém pode falar, mecanicamente, “ecologia, diversidades, gênero...”. Mas outra coisa é dar prioridade ao negro, com base numa leitura da história, e isso significar ações bastante objetivas. Por exemplo, provocar o debate público é uma ação fundamental para o nosso tema. Por quê? **Gerações de movimentos negros foram alijadas desse debate, foram silenciadas. Intelectuais, pessoas com imensa capacidade de participar do debate nunca puderam participar.**

É possível montar um grupo de combate à pobreza e não considerar necessária a representação de negros? De um grupo que, se não teve nenhuma política que o beneficiasse na história do Brasil, enfrentou a pobreza a partir de quê? Não existe nem curiosidade de pensar como é que essas pessoas sobreviveram? Se não sobreviveram com base em políticas públicas, cabe perguntar: como os negros chegaram até aqui? Lembrem de Chico Buarque no *Leite derramado*⁵. O personagem do romance do Chico diz que seu avô era um abolicionista radical: ele queria a libertação dos escravos e queria o retorno de todos os negros para a África. Essa é ironia do personagem. **Tipo assim: acabou a escravidão, acabou vocês. Certo? Depois de 1888, não é escravo, então não é nada. É sobre isso que Lima Barreto vai falar: não é nada, você não é nada. Esse não ser nada, não ser alvo de nenhuma política em seu benefício, faz com que essa população sobreviva de que maneira? Conhecer essas estratégias de sobrevivência é o grande tesouro da sociedade brasileira, e esse tesouro está oculto.**

Por isso, eu digo: a memória dos eventos é importante, mas essa memória familiar, essa memória comunitária, essa memória que fez com que as pessoas produzissem possibilidades de prosseguir sem o Estado, prosseguir sem a política e sobreviver – isso é uma memória essencial e é um tesouro para nós. É aí que está nosso tesouro, é aí que está o protagonismo essencial, é aí que está a garantia de que sobrevivemos. É aí que vão entrar as lavadeiras, que vão entrar as passadeiras, que vão entrar as Carolinas de Jesus, que vão entrar os depoimentos extraordinários, as receitas que vão ser construídas, os aproveitamentos, as estratégias mais refinadas para assegurar a continuidade da sobrevivência. Nesse sentido, acho *Um limite entre nós*⁶ um filme fundamental, porque eles conseguem fazer o que nós não conseguimos: colocar o ponto de vista de um homem que trabalha na limpeza urbana, que nós chamaríamos aqui de lixeiro, pra a partir daí pensar a circunstância dos Estados Unidos na década de 1950. Com base no cotidiano de um lixeiro. Como seria isso? Como seria pensar, hoje, na circunstância que o Brasil está hoje, a partir da casa de uma pessoa que trabalha na limpeza urbana? Como seria pensar as estratégias de sobrevivência numa conjuntura como essa, em que um botijão de gás chegou a ser vendido a 120 reais em algum lugar do Brasil, um dia desses? Como pensar as estratégias de sobrevivência? Esse é o tesouro fundamental.

5. Chico Buarque. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

6. *Fences*, dir. Denzel Washington, 2016.

Eu abri esses parênteses porque alijaram essa população, que tem um trajeto singular, que desde 1530 chegou ao Brasil e percorre uma trajetória extremamente singular. Descartaram essa possibilidade [de poder mostrar essa perspectiva]. É aí que vejo a importância do Instituto Ibirapitanga. Aquilo que o país descartou, o instituto está dizendo: “Opa! Isto é relevante”. Porque este é o descarte: uma população chega aqui nas condições que chegou em 1530, proibida de fazer qualquer coisa que não fosse trabalhar, e ela está aí até agora. Todo esse acervo de cultura, de civilização, descartado. Que país é esse? E é um descarte da maioria da população. Que país estranho... Como é feito esse descarte? Acho que a chegada a esse acervo, valorizar essas pessoas, valorizar essa trajetória, valorizar esse depoimento, é algo singular na realidade brasileira. Aí nós estamos falando de mudança estrutural profunda. Porque nós vimos em Brasília quem vinha discutir combate à pobreza. Meu Deus! São essas as pessoas jovens de São Paulo que vinham discutir políticas de combate à pobreza. Meu Deus! E as pessoas que vivenciaram esse combate no cotidiano não têm nada pra dizer? Essas pessoas não podem dizer nada, não podem ser ouvidas pra nada, não tem nada a acrescentar? Não, não tem nada a acrescentar, certo?

Existe uma marca fundamental, que é a marca do silenciamento, da invisibilidade no espaço público, e essas lacunas vão provocar um país simplesmente capenga. Eu queria exemplificar agora com um quadro concreto. Vi que o tema vai ser aproveitado em outra sessão [do encontro], então vou resumir rapidamente. A *Folha de S. Paulo* publicou um caderno sobre segurança pública e ouviu, segundo os editores, 20 especialistas nessa área. A certa altura do caderno, estou com o jornal aqui, a expressão é deliciosa: “salta aos olhos”. Olhem pra isso: “salta aos olhos”. Ou seja, tão evidente que ficou o fato de que as principais vítimas dos assassinatos no Brasil (65 mil, dizem algumas estatísticas; aproximadamente 60 e tantos mil assassinatos por ano) são jovens negros, homens e mulheres. E a *Folha* diz “salta aos olhos”. Bom, quem lida com o tema sabe que isso é uma enorme vitória, porque nos anos 1980, em que era uma mortandade enorme... Lembrem do disco do Chico (e Estela do Tuiti), lembrem do Caco Barcellos com o *Rota 66*⁷ fazendo pesquisa sobre quem a Rota matava, lembrem do Aguinaldo Silva com a Lili Carabina (e os cemitérios clandestinos da Baixada)... Naquele momento o movimento negro lançava uma palavra de ordem, “reaja à violência racial”. Eu editava um jornal

7. Caco Barcellos. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

naquela época [*Raça & Classe*] e fiz um editorial intitulado “Furor genocida”⁸: nós estávamos todos conscientes do genocídio que se praticava nos anos 1980. Não havia nada de “salta aos olhos” sobre quem morreu. O Caco Barcellos mesmo fez a pesquisa e não enxergou [o recorte racial dos assassinatos]. Ele não enxergou de primeira. É importante o papel de um auxiliar de pesquisa que ficava puxando o Caco pela manga e dizendo “Caco, veja a cor dele, veja a cor dele, vejam a cor”. Porque ele só vê a cor a partir desse chamamento pra enxergar quem a Rota matava. Até então, o Caco estava como todo mundo, abrindo o gavetão, vendo – mas sem ver a cor. O movimento via a cor, e berrava isso, e gritava isso.

Chegamos, então, a ver a cor, olha que vitória extraordinária, 30 anos depois! São pilhas de cadáveres. Depois de 30 anos, o principal jornal do país diz: “salta aos olhos”. Você fala: “Olha! Finalmente salta aos olhos”. É o preço que você paga por não ver, por não incluir no debate público as vozes que deveria ter incluído. São pilhas de cadáveres. Mas, ainda assim, vamos então ver agora, já que salta aos olhos, as recomendações de 20 especialistas. Dentre as recomendações, não está a prioridade da luta contra o racismo. Então percebemos que não, então não está “saltando aos olhos”. Tem um parágrafo do [Erving] Goffman, e eu costumo fazer palestra usando esse parágrafo, todo mundo que me conhece sabe que eu trabalho esse parágrafo. O Goffman não estava escrevendo sobre racismo, o título do livro dele é *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*⁹. Ele está falando de estigmas. O estigma da pele entra como mais um estigma. Essa quarta edição, que é a que eu tenho, e que está lá no *Irohin*, é de 1988 – curiosamente, estamos nos anos 1980. Olhem o que vai dizer o Goffman: “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma...” (aquele estigma que José Bonifácio viu em 1823), “que alguém com um estigma não seja completamente humano. Nós acreditamos nisso. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”. Então, observem, o tema é assassinato. O tema é assassinato: eu [especialistas da reportagem citada] reconheço que a pele joga um papel aí, não sei qual é, mas não consigo, na hora da solução, dizer “gente, vamos ter que incluir entre a

8. Editorial do jornal *Raça & Classe*, n. 2, 1987.

9. Erving Goffman. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

solução uma discussão e o enfrentamento do racismo”. Não existe coragem pra tanto. É isso que é a dimensão estrutural do racismo brasileiro. Mesmo que isso possa ser escrito, nada altera uma perspectiva, que é a mesma do texto do *Estadão* que eu comecei lendo aqui. **Há uma parcela da população que é descartável. Descartável por quê? Porque é uma representação de atraso, de barbárie, de inferioridade, ela compromete nosso acesso ao futuro, à civilização, aos avanços tecnológicos, a um mundo moderno. Então, ela se torna descartável.**

Semana passada, quando cheguei a Salvador, vi um jornal como *A Tarde* anunciando, em página inteira, o cartaz de uma rádio FM do próprio jornal. E o casal da foto é branco, numa cidade de maioria negra. O que isso significa? Estou vendo o cartaz na minha frente, estou vendo o quê? Eu estou vendo que é o anúncio de uma rádio. Mas o que mais eu vejo? Quantas outras autorizações o cartaz traz para mim? O cartaz está autorizando o seguinte: essas são as pessoas desejáveis pela nossa instituição como ouvintes. Esse é o público de prestígio, nós julgamos que a vinculação com esse público dá prestígio ao nosso produto. Mas dá também um quadro do que queremos alcançar, de alguma maneira. Essa autorização que tá aqui é a autorização que o policial lê. O policial lê que tem uma autorização no anúncio. Todas as peças publicitárias passam para o policial a informação de que há uma parcela da população que não aparece ali, que é descartável. Portanto, diante da questão “mata ou não mata”, ele já recebeu a autorização de que aquela pessoa sob a mira do revólver é descartável. Então, não tem inocente. O professor, a professora que é capaz de ignorar um continente milenar, suas contribuições e tal.

Quem é capaz de ignorar isso, uma realidade dessa dimensão, por que não mataria uma pessoa? Porque isso também é um tipo de morte. **Esse corte que você dá no saber, no modo de apresentar o mundo, a representação da humanidade visível, evidentemente isso conduz a escolhas que você está fazendo. Essa mensagem é captada.** Essa é a responsabilidade que as pessoas não querem assumir. São valores compartilhados amplamente na sociedade brasileira. Quais valores? De que existe uma população descartável, uma população que não tem história, porque o ser humano existe na história, mas ela não tem história. Seus valores são atribuídos por um conjunto de preconceitos e, a partir daí, ela não tem o mesmo peso. E o Goffman bate na tecla: reduzimos suas chances de vida. **A estigmatização, ao negar a humanidade do estigmatizado, reduz suas chances de**

vida. Então, os assassinatos, na verdade, não são decorrentes dos problemas da área de segurança; eles são decorrentes da cultura predominante entre nós, dos valores predominantes entre nós. E se quero resolver a área de segurança, eu terei – e aí o Ibirapitanga entra –, terei de construir possibilidades de confrontar valores e a cultura hegemônica. Porque, se não for capaz de fazer isso, ficarei discutindo, como a *Folha* discute, remédios para a área de segurança, como se a área de segurança fosse recortada, separada, desse conjunto cultural, desses valores, e isso não é verdade.

E aí a *Folha* insiste que os negros não só morrem como matam. E aí precisamos recomendar o Primo Levi como leitura. A gente precisa ler esse livro [*É isto um homem?*]¹⁰ e passar adiante. O Primo Levi sai de Auschwitz e dois anos depois seu testemunho está pronto. É extraordinário isso, como tarefa humana. Sair nas condições que ele saiu de Auschwitz, como sobrevivente, e dois anos depois seu testemunho está pronto. Lá, ele descobre que viver era viver para isso. Porque é tão indigno sobreviver no campo [de concentração] que ele quer morrer: “Eu não quero viver, eu quero morrer”. Pelas indignidades que você tem de praticar para acessar um pedacinho, uma migalha de pão. As pessoas vão se envergonhando de si mesmas, num processo que os alemães faziam muito bem-feito, e então ele descobre que era melhor morrer mesmo, porque a vida dos seres humanos era muito indigna. E ele tem razão: “Mas por que eu devo viver? Eu devo viver pra testemunhar”. E é isso que ele vai fazer, vai dar esse testemunho. Ele dá esse testemunho. Observa que no campo – e é isso que quero dizer com os tais “que os negros estão se matando”; “Ah, vocês estão se matando aí, vocês têm de dar um jeito nisso”. Porque essa informação de que os negros morrem, mas de que eles são os que matam, é assim: “Ó, cara, vocês têm de ver isso aí, vocês estão se matando aí, vejam isso aí, hein?”. Porque a sociedade, aqui, ela não tem nada a ver com isso. Primo Levi mostra o seguinte: a administração do campo era feita por judeus. Ele vai vendo que os alemães não estão querendo meter todo mundo na câmara de gás e acabar rápido com aquilo. Não. Querem causar o maior dano possível à humanidade das pessoas; portanto, envolver alguns judeus na própria administração do campo era causar mais danos às pessoas. “Então eu vou fazer isso.” Eles dizem assim: “É, a gente via a Gestapo, via de longe com as metralhadoras”, mas no cotidiano do campo, havia os judeus para fazer o cotidiano.

10. Primo Levi. *É isto um homem?* Trad. de Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Então, a presença de um policial negro não significa que isso é um problema dos negros. É uma estratégia da dominação usada há muito tempo, com diferentes grupos étnicos, para causar o maior dano possível à população. Não é que os negros “tratem de se entender, que vocês têm de se compreender, que vocês estão se matando”. Não é bem isso. A questão não é bem essa. Existe uma cultura que decidiu essa morte. O Lima Barreto vê isso com muita clareza, que há um cerco, um sítio ele diz, e que, na verdade, não há possibilidade de sair de um cerco fatal. Então, vejam só, eu escolhi essa tensão porque era preciso destacar a presença dos negros organizados, o que fazem, porque não há como pensar sem isso. Essa tensão está conosco, todos os anúncios, a programação de TV, estão baseados, por incrível que pareça, em diferenças biológicas, numa superioridade, numa imanência, na superioridade de uma natureza em relação a outra natureza.

Nós estamos no século XXI. Por mais que tenha havido refutação científica disso, esse é um dado que opera selecionando e definindo a representação do humano entre nós. **Se não formos capazes de alterar a representação do humano entre nós, nenhuma política de segurança vai dar jeito em nossos problemas. Precisamos redefinir o que entendemos por humano.** O Ibirapitanga pode contribuir para o que vem nessa direção. Ou seja, o que é humano? Todos são humanos? Essa é a questão. Se todos são humanos, então temos que rever o modo como nos organizamos, o modo como nos projetamos como coletivo, como grupo, as tarefas que distribuimos etc. etc. Isso nós precisamos entender. E o preâmbulo da Constituição me parece uma bússola segura. Sempre me surpreendo com aquele preâmbulo e penso “nossa, impressionante”, porque o preâmbulo consegue fazer uma referência sobre a existência da diversidade como um fato dado pela história.

O que é a diversidade? Reparem no pensamento conservador, como ele é matreiro. Ele consegue dizer: “O Brasil é um país rico em diversidade, ponto”. É o óbvio, é como ver a luz do sol: abro os olhos e vejo o sol. Para ver que o Brasil é um país rico em diversidade é só abrir os olhos. É verdade. E o que fazemos com a diversidade? O que queremos discutir não é a realidade da diversidade, a presença dela, porque isso é um fato. **Temos um mundo dentro de nós, é um fato. Mas como tratamos a diversidade? Nós hierarquizamos a diversidade. Não aceitamos o pluralismo, nós recusamos a resposta política adequada a uma realidade de diversidade.** O que a Unesco diz naquela conferência da diversidade? A resposta política adequada a uma realidade de diversidade é assegurar o pluralismo. É isso que está no

preâmbulo da Constituição. A palavra que está no preâmbulo é *pluralismo*, uma resposta política a uma realidade de diversidade. Não é diversidade que está no preâmbulo, é pluralismo, porque estamos falando de como – diante da diversidade dos povos indígenas, diante da diversidade de povos europeus de diferentes origens, diante da diversidade de descendentes de africanos de diferentes origens, de judeus, de árabes, enfim, de novas migrações – como, diante de tudo isso, seremos capazes de construir uma sociedade pluralista. Porque a diversidade é dada pela história. Ela é a condição de sobrevivência da humanidade, nós sabemos disso. O problema é como nos colocamos diante dessa realidade de diversidade, e aí nós falhamos, porque não aceitamos o pluralismo. É só ligar a TV e vemos como rejeitamos o pluralismo. Nós rejeitamos. É só ir ao Congresso, nós o rejeitamos. É só subir acima de três salários mínimos que vemos que o rejeitamos. Nós não aceitamos. Ou vamos fazer homogeneização ou não vamos. Haveria muito mais pra dizer, mas eu sinto que o essencial é isso aí.

Vocês não fazem ideia, depois da visita da Lara Rolnik e do Andre Degenszajn, fiquei ainda algum tempo na sala me perguntando: “Eu sou um ativista sênior, estou com 68 anos, o que havia acontecido naquela sala?”. Porque eu fiquei realmente impactado com o interesse e com o que eles falaram. Quando a Lara disse assim: “Eu não estou com vontade de sair daqui, quero ficar aqui estudando, lendo”, eu falei “Nossa!”. E o Andre tomando nota e dizendo assim: “Não, não, não... é uma perspectiva... essa é uma perspectiva”. Porque aí é desafiador, porque na verdade aqui é um laboratório, se essa perspectiva é a perspectiva de trazer para o centro o que sempre foi colocado à margem... Nossa! Vai ser um laboratório para o país, extraordinário, extraordinário, extraordinário laboratório. Muito obrigado.

[...]

Às vezes, eu me pego na saída de escolas públicas cuidando pra não parecer um tio taradão [risos]. Vejo um espetáculo que é algo extraordinário, uma população que passava, literalmente, pelo canto da parede, cabeça coberta, envergonhada. E existe um livro sobre a comunidade judaica no Brasil, *A paixão de ser*¹¹. Eu adoro esse título: **“A paixão de ser”**. **Eu acho que existe**

¹¹. *A paixão de ser: depoimentos e ensaios sobre a identidade judaica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998.

algo que não tem volta: é essa alegria que a gente está vendo na rua, nas crianças. O jeito como eles saem da escola, com o cabelo solto... andando na rua, a postura, a atitude. Há uma visibilidade nova, um se mostrar confiante, uma alegria de ser o que se é. De ser, de pessoa, assim.

A gente não sabe ainda no que isso vai dar, isso não é *black power*, isso não é, como eu venho explicando, “aperte os punhos”. Não, não é isso. É outra coisa, é outro contexto. A minha subjetividade pega algo assim: a alegria de ser, de se mostrar como se é, de se apresentar dessa maneira. É uma coisa muito forte. **Acho que, até onde eu conheço, isso não tem volta. Esse mostrar-se dessa forma, essa paixão, acho que não tem volta, isso não tem volta.** Pelo que eu estou entendendo, é algo muito forte, muito forte, muito forte, na rua, nas crianças.

PARTE I

Desigualdades raciais no Brasil

Como a questão racial incide sobre as desigualdades no Brasil? Como raça e gênero incidem sobre a produção de hierarquias e diferenças? Como preconceito e discriminação se associam para organizar as posições de hierarquia social no Brasil?

MÁRCIA LIMA é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e no Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

[MÁRCIA LIMA] É difícil começar a falar depois da apresentação anterior. Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui. Realmente esse debate ocorre num momento muito marcante, tenho certeza de que vai ser muito profícuo para todos nós. Não só o dia de hoje, mas talvez o que esteja começando aqui. Me deram três perguntas simples para responder em quinze minutos. Uma sobre como a questão racial incide sobre a desigualdade no Brasil, sobre como raça e gênero incidem sobre a produção de hierarquias e diferenças e como preconceito e discriminação se associam para organizar as posições de hierarquia social no Brasil. Muito simples.

Como sei que não tenho muito tempo, tomei a liberdade de falar dos meus próprios trabalhos em relação a essa questão. Selecionei três artigos que escrevi para ilustrar cada um desses pontos: sobre como a questão racial incide nas desigualdades raciais, escolhi um artigo que escrevi há algum tempo, intitulado “Raça e pobreza em contextos metropolitanos”¹². Dando uma resposta muito curta a essa pergunta, **a questão racial incide nas desigualdades raciais, incide de forma estrutural**. E acho que, aqui, eu também preciso ter o cuidado de não fazer fala para convertidos. Em geral, não falo para convertidos, isso é um privilégio, estou sempre batendo na tecla do contrário, falando com pessoas que precisam ser convencidas. De

12. Márcia Lima. “Raça e pobreza em contextos metropolitanos”, *Revista Tempo Social*, n. 24, vol. 2., 2012, p. 233-254.

certa maneira, meu mestre Carlos Hasenbalg¹³ já expôs essa questão da discriminação e desigualdade racial no Brasil nos anos 1970, pelo menos no meio acadêmico. **Há estudos demonstrando que raça é uma variável importante e central para entender os contornos da sociedade brasileira, mas ela também estrutura a desigualdade, não é apenas uma consequência da desigualdade. Ela faz parte de algo que conforma nossa estrutura social. Os negros não estão em situação desprivilegiada porque são pobres. Não. Eles são negros. Ou seja, existe uma especificidade da pobreza que é porque é uma pobreza negra. Se imaginássemos os morros cariocas com uma população branca, o impacto social da pobreza seria muito diferente.**

Inclusive tem um estudo feito em Jacarepaguá, uma favela no Rio de Janeiro que tem uma população menos negra, em que pesquisamos a estrutura do lugar, o acesso ao Estado. A condição racial dificulta sair da pobreza e também interfere sobre a mobilidade. Nesse artigo analisei dados resultantes de uma pesquisa de *survey*, na Cidade Tiradentes, em São Paulo, e no Bairro da Paz, em Salvador, duas regiões, duas comunidades extremamente pobres. O *survey* era justamente sobre acesso ao Estado em regiões muito pobres. Para vocês terem ideia, em Salvador, 80% da população tinha acesso a algum tipo de benefício do Estado, uma bolsa, alguma coisa na época (a pesquisa é de 2008). Existe desigualdade racial nessa miséria? Podemos falar que existe uma desigualdade racial em situações de extrema pobreza? E aí fui olhar os dados da pesquisa e **uma agenda de pesquisa política pouco trabalhada é a diferença regional da desigualdade racial brasileira. Ser negro em Salvador, Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro configura uma situação racial diferente, que não é apenas pela diversidade demográfica desses estados, mas também a política de investimentos do Estado no Brasil é muito marcada pela composição racial desses espaços.** Isso, pra mim, é muito claro.

Nessa pesquisa, eu tinha o foco nessa questão. Obviamente, Salvador e o Bairro da Paz são muito mais pobres, precários e mais negros do que São Paulo e Cidade Tiradentes. Então havia esse ponto do efeito regional da desi-

13. Carlos Hasenbalg, nascido em Buenos Aires, em 5 de setembro de 1942, foi um dos grandes nomes das ciências sociais brasileiras contemporâneas, responsável pela consolidação dos estudos sociológicos sobre racismo, desigualdades raciais e política racial no Brasil moderno. Fez isso na esteira dos estudos de relações raciais das décadas de 1940 e 1950, principalmente na trilha aberta por Florestan Fernandes sociólogo paulista nos anos 1960. (Texto reproduzido do site do Geledés, disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-legado-de-carlos-hasenbalg>>. Acesso em: 17 jul. 2018.)

gualdade racial, mas duas outras coisas me chamaram a atenção. A primeira foi a taxa de desemprego, e a segunda, uma reduzida, porém expressiva, desigualdade educacional entre brancos e negros nesses espaços mais pobres. É possível identificar dois fatores que estão altamente relacionados com a discriminação. A busca pelo emprego envolve sair daquele espaço. Então, se pensarmos acesso a bens, como era a estrutura das casas, como era o acesso, a renda média da população urbana muito diferente – havia uma estrutura bem parecida entre brancos e negros conformados nesses espaços. Mas quando olhamos para elementos que significam a saída desse lugar, como buscar um emprego – a taxa de desemprego dos negros era muito maior do que a dos brancos, nesses espaços. E um segundo aspecto é uma pequena diferença educacional, que em lugares periféricos é fortemente marcada pela discriminação no ambiente escolar. A escola, a professora, a aposta no aluno negro, na criança negra, mesmo nesses espaços, tendem a ser diferenciadas. Eu tenho uma aluna que terminou o mestrado ano passado e estudou as relações raciais na infância, e é difícil. Mal consigo expressar como a produção do racismo entre as crianças constrói essa representação racial. É muito forte. **Então, raça é estrutura porque, na pobreza, raça faz diferença. Você ser pobre branco no Brasil e pobre negro no Brasil modifica sua estrutura de oportunidades.**

Segunda pergunta: como raça e gênero incidem na produção de hierarquias e diferenças? Eu sou professora de metodologia. Normalmente, quando vou explicar o que são as variáveis, as variáveis nominais, como chamamos, são os nossos atributos, são aquelas variáveis que não deveriam nos hierarquizar.

Raça e gênero são atributos, o que é diferente de variáveis ordinais, que podem ser ordenadas. Quem ganha 400 reais ganha o dobro de quem ganha 200 reais, existe uma ordenação, eu consigo criar um valor, uma hierarquia.

Atributos de diferença se transformam em atributos de desigualdade: esse é o ponto sobre como raça e gênero incidem na produção de hierarquias, porque você transforma em desigualdade o que deveria ser diferença.

Vou construir esse argumento com base em um artigo meu que está submetido à publicação, sobre emprego doméstico no Brasil¹⁴. Fiz um estudo recente, peguei os dados da Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] e trabalhei o período de 2002-2012, na onda do “apagão das domésticas”,

14. Márcia Lima e Ian Prates. “Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira” (no prelo).

da PEC das domésticas [Proposta de Emenda à Constituição n. 66, de 2012]. Havia nessa época comentários do tipo “Você vai ter que negociar o tempero da sua comida com seu advogado, porque agora as empregadas domésticas têm direitos” – as coisas bárbaras que ouvimos no Brasil na ocasião da PEC das domésticas e do famoso “apagão das domésticas”. O que aconteceu no país? Fui olhar um pouco esses dados. A primeira coisa que observei é que 92% dos trabalhadores domésticos no Brasil são mulheres. Entre elas, as mulheres brancas estão sub-representadas: são 47% da população e 35% das empregadas domésticas; e as pretas estão sobrerrepresentadas: são 8% da população e 13% das domésticas; e as pardas 50% das domésticas e 40% da população. E fui olhar o que aconteceu nesse período de 2002 a 2012 e observei um crescimento da escolaridade e também o crescimento da economia, que propiciou às mais jovens a possibilidade de saírem do emprego doméstico (ou não ingressarem nele). Então, teve uma queda da participação das mais jovens. Por exemplo, na faixa de 20 a 29 anos, 26% das empregadas domésticas estavam nessa faixa etária em 2002 e, em 2012, elas eram 14%. Houve redução da oferta de emprego doméstico no Brasil, mas essa oferta se reduziu de maneira muito diferente. Quem é que sai do trabalho doméstico? As mais jovens, as mais brancas, as do Sudeste. Existe um perfil de quem deixa esse emprego, o que torna o serviço doméstico mais negro. Em seguida, fiz uma análise de *cluster*, que é um modelo estatístico em que conseguimos organizar os dados em pequenas tipologias. Organizando em tipos, temos três grupos de domésticas no Brasil. O primeiro grupo, que é o menos educado, mais jovem, mais negro, menos do Sudeste, menos formalizado e com menor rendimento. Um segundo grupo, que é menos vulnerável, que é metropolitano, branco, mais formalizado, no Sudeste e com maior rendimento, maior formalização. E um terceiro grupo, que é mais misto, que é menor nas metrópoles, no Sudeste, é mais velho, é mais dividido em termos de raça, mais ou menos formalizado. **E você tem, de novo, raça e gênero. Há uma configuração específica, mesmo nas ocupações de baixo rendimento. Raça e gênero especificam um tipo de subordinação que encontramos na sociedade. Preconceito e discriminação se associam para organizar as posições de hierarquia no Brasil. E, concordando com Edson Cardoso, é exatamente isso, são estereótipos raciais.**

Um terceiro e último trabalho meu foi um estudo sobre o julgamento dos casos de racismo que chegaram à segunda instância e como os juízes delibe-

ravam em relação a isso¹⁵. Olhamos primeiro quais eram as ofensas e os insultos e, depois, quais eram as decisões dos juízes em relação a essas ofensas e esses insultos. Três coisas chamaram minha atenção nas ofensas: a referência religiosa, à religião afro, que é muito forte como forma acusatória e como piadas assim: “Porque preto gosta de ser crente, gosta de chamar branco de irmão”; “O que Deus falou quando fez o segundo preto? Xi, queimei de novo”. Piadas, insultos raciais que são reproduzidos nesses espaços. **O espaço do trabalho é um espaço extremamente racializado e é onde você realmente ouviu expressões como essas. A condição social do negro é algo sempre muito presente na ofensa, no xingamento, e também sua incapacidade para o trabalho: “Não sujou na entrada, sujou na saída”. Toda essa ideia da incompetência para o trabalho. Minha tese de doutorado [defendida em 2001 na UFRJ] chama *Serviço de branco, serviço de preto*, que é uma piada: “Não faz serviço de preto, não, faz serviço de branco”, ou seja, faz bem-feito, faz direito, faz certo.**

E outra ideia, que também reforça o que o Edson Cardoso falou, é a da animalização. A animalização é uma forma de desumanização para que você possa, de certa maneira, construir essas questões. Eu não vou ter tempo aqui, mas podemos resumir essas situações: “Ah, falou no calor da hora, não queria ofender, vivemos numa democracia racial, não foi legal o que ele falou”, assim, temos isso na segunda instância, processos que sobreviveram dentro do sistema. **E nesse trabalho falamos da invisibilização do racismo pelos operadores de Direito. Existe um mecanismo de invisibilizar o que acontece. A questão tem que ser esta: como o preconceito e a discriminação se associam para organizar as posições. É pelo estereótipo, é pela desumanização e, principalmente, pela invisibilidade.**

Eu tenho trabalhado muito com o campo da desigualdade. **A desigualdade racial é um campo muito mapeado pela academia brasileira, que historicamente gosta de falar que classe importa.** Os estudos sobre as ações afirmativas viraram uma febre nas universidades brasileiras, existem trabalhos muito bons, outros muito problemáticos, mas existe uma coisa que acho fundamental nesse momento: a questão do acesso vai reduzir, e a gente tem que estar com todas as luzes acesas. Só este ano, 2018, tivemos 1 milhão

15. Marta Rodríguez de Assis Machado, Márcia Lima e Natália Neris. “Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 35, n. 3, p. 11-28, nov. 2016. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/09/01_machado_106_p10-29_baixa.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

e 200 mil inscritos no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]. Quase 200 mil estudantes já abandonaram a universidade. **Precisamos estar com um olhar, não um olhar que apenas a academia faz desse processo, mas um olhar político desse processo, que a academia não faz.**

Entender as dinâmicas regionais das desigualdades raciais brasileiras é uma agenda urgente, pouco estudada, mesmo pela academia brasileira. **O segundo desafio sobre o qual tenho feito um esforço pessoal, bastante solitário, é fomentar a produção acadêmica feita pelos jovens pesquisadores negros brasileiros. Tem muita coisa boa sendo feita, e que vai pra estante. Defende a tese, põe na estante e lá vai ficar. Isso é uma questão que acho que precisamos trabalhar.** Flávio Gomes¹⁶ não está aí para trazer um pouco dessa questão. Acho que existe uma produção acadêmica de muita qualidade sendo feita. Modéstia à parte, um aluno meu, Danilo Sales França, acabou de ganhar um prêmio de melhor tese de doutorado¹⁷ no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP.

Recentemente me envolvi numa polêmica ao liderar um manifesto contra o resultado de um concurso para o Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ. O concurso tinha três vagas e uma delas era para cotas. O Matheus Gato, aluno negro, foi eliminado na segunda fase do concurso, por notas extremamente duvidosas. Ele ficou com uma média de 6,65, sendo que com 7 a vaga era dele, e, por ter sido desclassificado, a terceira vaga foi para a livre concorrência. As pessoas aprovadas tinham seus orientadores na banca. Quando fomos para a discussão, disseram que o resultado foi puramente meritocrático. O Matheus é muito bem formado, um dos melhores alunos que foram formados pelo professor Antônio Sérgio Guimarães¹⁸. O Matheus está em Harvard fazendo o pós-doutorado, fez doutorado-sanduíche em Princeton, fez uma

16. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi agraciado duas vezes com o Prêmio Literário Casa de las Américas, do Instituto Casa de Las Américas (Cuba), sendo menção honrosa em 2006 (pelo livro *A hidra e os pântanos*) e o vencedor em 2011 (pelo livro *O alufá Rufino*, em coautoria com João José Reis e Marcus Joaquim de Carvalho). Tem publicado dezenas de livros, coletâneas e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, atuando na área de Brasil colonial e pós-colonial, escravidão, Amazônia, fronteiras e campesinato negro. Em 2018 lançou o *Dicionário da escravidão e liberdade*, organizado com Lilia Schwarcz. O professor foi convidado para o encontro, mas não pôde estar presente.

17. *Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI*. Tese de doutorado defendida em 2017, FFLCH-USP.

18. Professor do Departamento de Sociologia da USP, pesquisou, nos últimos 20 anos, identidades raciais, nacionais e de classe; movimentos sociais negros; ações afirmativas; e intelectuais negros.

excelente resenha do livro da Lilia Schwarcz [*Lima Barreto: triste visionário*]¹⁹. Fiz o doutorado na UFRJ, eu me formei com essas pessoas, e fui com o pé na porta, fiz realmente um escândalo. A Cida Bento provavelmente vai falar disto: as ações afirmativas vão se restringir à educação. **O mercado de trabalho brasileiro não está pronto para receber ação afirmativa, as políticas de Estado no Brasil acabaram, nos concursos públicos está acontecendo esse tipo de coisa. O mercado privado tem que se interessar pela diversidade racial. Se quem contrata não se interessar por isso, a gente não vai conseguir vencer esse problema.**

E a última coisa sobre a qual quero falar é sobre a internacionalização dessa produção. Não apenas o que nós produzimos no Brasil sobre raça é muito restrito, mas a gente fica no debate muito nacional, porque não conseguimos publicar em inglês! É preciso internacionalizar nossos resultados de pesquisa, que é uma coisa que está completamente confinada no Brasil. Há interesse, as pessoas querem saber o que acontece aqui, nossos alunos negros não falam inglês, não são fluentes, têm dificuldade com a língua. Quando o Centro de Estudos Afro-Asiáticos existia, a gente fez um projeto que era de tradução de livros. A gente traduziu o Paul Gilroy²⁰, Michael Hanchard²¹ – obras importantes. O Brasil não conhece o W. E. B. Du Bois. A gente apenas tem um livro do Du Bois traduzido em português²². É um dos maiores intelectuais negros do século xx. Ele é ovacionado pela academia negra e não negra americana. Ele inspirou o Max Weber, entende? E a gente não lê Du Bois no Brasil, porque está em inglês, os alunos não têm acesso. Então, existe aí uma internacionalização do nosso debate, que passa a informar melhor essa geração, dar visibilidade à profissão desses jovens. Acho que é isso.

[...]

19. Matheus Gato. Um nativismo negro? Raça, literatura e o “novo indianismo” de Lima Barreto. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/o-nativismo-negro-raca-literatura-e-o-novo-indianismo-de-lima-barreto>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

20. Paul Gilroy. *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34, 2001.

21. Michael Hanchard. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

22. Sociólogo, historiador, ativista, autor e editor estadunidense (EUA, 1868 – Gana, 1963). Informações sobre o autor disponíveis em <<https://www.geledes.org.br/w-e-b-du-bois>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

No Brasil foi publicado *As almas da gente negra*. Trad. de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

[Sobre a questão da ascensão social dos negros no Brasil], algumas marcas são muito importantes: o serviço público. A primeira geração que conseguiu uma ascensão no Brasil foi por esse caminho. Se pegarmos todos os estudos de mobilidade, a referência ao serviço público é uma marca muito importante. O serviço público, mas lá atrás, dava estabilidade, a possibilidade de ter um planejamento. Serviço público é um bom acesso ao empréstimo consignado, segurança. Falando até da minha própria trajetória pessoal, o serviço público era a certeza de um emprego que possibilitava fazer certos investimentos. [...] A classe média negra é assalariada, não é proprietária, não é empregadora, então ela depende, pura e simplesmente, desse mercado. Essa ascensão é muito marcada por projetos individuais. **Não temos classe média negra no Brasil, temos negros de classe média. Isso, conceitualmente, é muito diferente. Não temos classe média negra no Brasil, não temos elite negra no Brasil. Nós temos negros que chegaram à elite, que eu não conheço, mas dizem que tem [risos]. E negros de classe média.** A elite negra brasileira está ainda no mundo da cultura, da mídia e do esporte. Os ricos mesmo que estão aí são os Ronaldinhos da vida.

[...] A meritocracia é defendida, mesmo entre os mais liberais, quando temos igualdade de oportunidades. Sociedades muito desiguais não têm como ser sociedades meritocráticas. **O que chamam de meritocracia em contexto desigual é, na verdade, uma reprodução de classe. E isso não é meritocrático. A meritocracia é uma construção. Meritocrático é você nascer na periferia de São Paulo e chegar dentro na USP, com ou sem cotas. Chegar vivo aos 30, se for um homem negro. Isso é mérito. Então, é uma construção de discurso em que as regras do que é meritocrático são estabelecidas por quem está nessa condição. Eu decido o que é mérito.**

[...] **O Estado brasileiro não é suficiente para construir igualdade racial. Não vamos ter igualdade racial apenas com ações afirmativas governamentais. Precisamos de uma agenda de convencimento mesmo, porém dói falar de convencimento em 2018, século XXI. Mas acho que temos que enfrentar esse diálogo.**

[...] O pacto da empregada doméstica ainda é uma relação equivocada. Não temos greve de empregadas domésticas. Mas a ideia do apagão das domésticas foi isso, foram as meninas jovens: aquela mocinha que ajuda lá em casa foi fazer Ensino Médio. A filha da empregada tinha Prouni [Programa Universidade para Todos]. A discussão das domésticas foi uma das coisas mais revolucionárias que tivemos no Brasil.

**Como as desigualdades raciais se consubstanciam no mercado de trabalho? Como o “pacto narcísico” da branquitude opera nessa dimensão?
Como se observa a reação corporativa aos mecanismos de ação afirmativa que deveriam ampliar vagas e acesso ao mercado de trabalho?**

CIDA BENTO é diretora executiva do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (Ceert) e doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

[CIDA BENTO] Quero saudar a iniciativa do Ibirapitanga e ver o que deu a partir daquela reunião de 2014 com Walter e João Moreira Salles. Não imaginava o salto que seria possível e fico bastante feliz. Os desafios que se colocaram pra mim são no campo onde venho atuando há alguns anos, que é o mercado de trabalho. Na verdade, educação e mercado de trabalho têm sido o centro da atuação do Ceert, o Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades, nesses 28 anos de existência. Eu me lembrei de uma fala de Florestan Fernandes – de quem eu gosto muito, apesar de ter sido crítica a ele em vários momentos. Ele diz que **o trabalho lança suas bases, no Brasil, através do trabalho escravo. Ou seja, que o trabalho se constitui no Brasil através do trabalho escravo. E se pensarmos que, de cada cinco dias que o Brasil viveu, quatro foram sob a escravidão negra e que, nesse tempo, trabalho era coisa de preto, temos que era coisa de preto na maior parte da nossa história. Então, falar sobre trabalho é fundamental para a sobrevivência da população negra. É o único caminho.** Não tem aqueles terreninhos que o pai e a mãe deixaram, aquele dinheirinho: é trabalhar, no geral, essa semana, pra semana que vem. O trabalho tem uma importância muito grande.

Poderia seguir diferentes caminhos, mas só pra lembrar que existe uma invariável nos estudos sobre raça: a centralidade do trabalho, que é uma marca muito importante pra população e a única saída para a sobrevivência.

Para trazer um pouco a questão do trabalho,

nos meus quinze minutos, acho inevitável passar, ainda que rapidamente, pelo tripé movimento sindical, política pública e empregador. Acho que seria bom lembrar que o Ceert é uma das organizações que mais trabalham com o movimento sindical, compreendendo aí todos os desafios que é trabalhar com a estrutura do movimento sindical, que sempre hierarquiza. Eles estão em cima em termos de infraestrutura, eles têm a máquina, e aí os movimentos sociais são colocados numa posição inferior. A despeito disso, o movimento sindical sempre teve um lugar muito importante para assegurar essa questão da igualdade no trabalho, na relação com o empregador. E gostaria de destacar ao menos duas coisas: primeiro, por força do movimento, e [a necessidade de] uma revisão da história que o próprio movimento sindical colocava pra si: a história de que o operário e a vinda da luta do trabalhador vieram na mala dos italianos, como se antes do anarco-sindicalismo não tivesse existido luta. Fomos nós que lembramos que tínhamos quatro séculos de luta e havia muita coisa que os sindicalistas precisavam aprender e recolocar na história deles. Isso é um ponto bastante importante. E o segundo ponto importante nos remete há uns 20 anos, quando fizemos a primeira cláusula de promoção da igualdade, que eu acho um instrumento muito importante. É uma cláusula incluída no instrumento a ser assinado no momento de discussão entre empregador e empregado, o acordo coletivo de trabalho, e nós vimos que já desdobrou em vários tipos de cláusula, que já mudou. No começo, era combatendo a discriminação, hoje é uma negociação com a empresa para promover a igualdade. Mas ao longo desses 20 anos vemos que algumas cláusulas provocaram uma ação da empresa, por mínimo que seja, nesse campo mais de promoção (papel ativo da empresa) do que apenas não discriminar (papel passivo da empresa). Pensando um pouco no movimento sindical, acho que teria muita coisa pra olhar, mas eu focaria na importância de uma cláusula de promoção da equidade racial nos acordos coletivos de trabalho.

Quando penso em política pública, acho que teve um momento bem importante na década de 1990, quando o Brasil denuncia, a partir do movimento negro e de organizações negras, junto com o movimento sindical, quando se denuncia o Brasil para a OIT [Organização Internacional do Trabalho], lá em Genebra, afirmando que o Brasil tinha assinado a convenção 111, que trata de ocupação de trabalho, de não discriminação no trabalho, mas tinha engavetado o documento. Foi a primeira vez que, numa convenção das Nações Unidas, o país foi denunciado pelo movimento social – por descum-

primário de uma Convenção Internacional (a 111 da OIT). Foi bastante importante e estávamos nesse processo. E essa denúncia desencadeou muitas ações do Estado brasileiro. Foi um período bastante interessante, tivemos a criação de núcleos junto às delegacias regionais do trabalho nas cinco regiões do país. E nesse campo de políticas públicas existem várias outras ações que são importantes de lembrar, porque – como disse a Márcia Lima, e o Edson Cardoso também chamou um pouco a atenção – o pouco que o Estado fazia antes paralisou agora. Nós perdemos.

Mas existem coisas importantes pra gente aprender com o movimento sindical, tanto nesse trabalho das relações raciais como com relação às políticas públicas. Acho que na década de 1990, até 2003, 2004. Depois muitos sindicalistas foram trabalhar no poder público e nós tivemos mudanças, acho que existem muitas coisas interessantes para pensarmos [...] Como é que se lidava com um recurso fantástico, como é do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador], para a formação da força de trabalho. Isso é bem interessante. Existem normativas, existem ações interessantes, como a inclusão do dado cor-raça no Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que ajudou a trazer luz para a ausência dos negros nas empresas e ver como estavam confirmando o conceito de segmentação racial no trabalho, que começa com o próprio IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] em 1985. O primeiro texto que fala em segmentação racial no mercado de trabalho foi do IBGE, em 1985.

Temos, portanto, alguns avanços interessantes que temos perdido nos últimos anos. No caso das empresas – e essa foi uma das perguntas [propostas no início] –, um momento divisor de águas foi o ano de 2002, quando tivemos a primeira conquista de mesa de negociação, que foi pelas bancárias. A mesa de negociação foi por oportunidades iguais de gênero, mas que era de gênero e raça, porque foi provocado pela presença ativa de mulheres negras; movimento sindical e movimento social juntos, muito interessante.

Naquela época de 2003, 2004, eu era assessora das mulheres sindicalistas, então elas sentavam de um lado e os banqueiros sentavam de outro. Eu ficava atrás delas e nós não sabíamos, ninguém sabia o que tinha que fazer ali, mas era a primeira mesa de igualdade de oportunidades no trabalho, criada para negociação. Eram as trabalhadoras de um lado e os banqueiros do outro. Essas mulheres foram crescendo na sua força política e, junto com uma denúncia do movimento, que veio de uma organização negra, houve uma pressão muito forte sobre os bancos, e talvez esse tenha sido um divisor de águas, porque foi o maior Censo que tivemos em empresas no Brasil. Esse

censo de 2008 e depois o de 2014. Acho que quando pensamos em empresas e equidade racial, esse momento foi um divisor de águas. Não temos coisas assim antes e não existe nada igual depois. Não tem. Com todas as limitações, os bancos podiam ter feito muito mais, mas não tem nada igual antes. Não tem do mesmo jeito. Eu gostaria que o setor comerciário tivesse avançado, que as indústrias tivessem avançado, mas não ocorreu da mesma forma. Então, pela pressão do Ministério Público, da OIT, do movimento sindical, do movimento negro, do movimento de mulheres, foi possível fazer um processo que teve que ser público, que teve que ser publicado, as estatísticas, as referências de cargo, de salário, de trajetória. Foi necessário construir um plano de ação.

No âmbito de grandes setores, pensando o setor do comércio, das indústrias, ainda acho que deveríamos ter modelos de trabalho por setores, de modo que, se pudéssemos fazer censos, pudéssemos observar com mais nitidez o que está acontecendo. As diferenças de cargo, de salário, de oportunidade, de promoção, quem é demitido primeiro, enfim, que pudéssemos fazer isso, estimular isso. Temos visto no setor financeiro, o Ministério Público começou no setor comerciário e voltou atrás – há razões pra isso, mas acho que esse é um território muito importante. Porque só o Censo ajuda a dar um foco na ação de trabalho de mulheres negras, homens negros, [é necessário] mais do que o IBGE traz, evidenciando os dados por empresa, por setor. Possibilita desenhar um plano de ação, pensar em como recrutar mais, como acelerar a promoção, como contratar prestadores de serviços negros, como os projetos sociais podem atender os negros ou as organizações negras. **Então, do lugar onde a empresa está, há várias oportunidades de interferir nessa situação de violência que vivemos, ela pode fazer muito.** Como podemos nos empoderar, como o movimento social pode se fortalecer para interferir, para pressionar, já que hoje o movimento sindical está nessa situação deprimente que estamos vendo, depois de todas essas reformas e políticas públicas. Eu tenho cada vez mais provocado também as empresas, embora esse seja um tipo de trabalho antigo, porque acho que depois que os dados ficam públicos, mesmo que internamente públicos, para dentro da empresa, ela precisa dar passos ali, pra corrigir.

Quais são os desafios que eu vejo? Me perguntaram sobre os pactos narcísicos, que são objeto da minha tese de doutorado, esse conceito de pacto narcísico, que está tão atual – eu odeio pensar que ele está atual, mas de fato está atual. Esse conceito explica os pactos de fortalecimento entre iguais, que eu sempre trouxe associado à branquitude, à masculinidade, à heterossexual-

lidade, a um lugar de privilégio naturalizado, de onde olhamos o outro. **Pensamos branquitude, a masculinidade, como o não diverso [...] Existe uma referência aqui, que é a criatura branca. Ela é a referência e todos os outros são diversos dela. Esse é um problema de onde decorre aquilo que o Edson Cardoso também falou: quem é o estigmatizado, quem é o diverso e quem é a referência? A referência está convencida de que é uma referência, essa é uma questão. Não é só uma estratégia, ela aprendeu sobre isso. O conceito de pacto narcísico da branquitude e da masculinidade está ancorado mais no interesse, e menos na discriminação por racismo, por não gostar de estar entre negros, por achar que negro vale menos. Discriminação por interesse. Interessa: “Gosto de negro, meu afilhado é negro, estou sempre em festinha de preto, tal, mas esse espaço de privilégio é meu”. Poder e espaços de dinheiro, de “dindim”. A manutenção de privilégios está nesse território de discriminação por interesse, de pactos narcísicos, na questão de não perder os privilégios. E as pessoas também estão convencidas de que seus privilégios são méritos.**

Se começamos a discutir a desigualdade dentro de uma empresa, trazer esse tema, dizer “a gente observa aqui que não tem mulher negra”. Ontem eu estava em uma poderosa instituição na Paulista e vemos que [a questão de] gênero avançou. Não avançou raça, nem LGBT, mas gênero avançou: mais de 60% são mulheres. Mas tinha alguma mulher negra em cento e poucas mulheres? Não! Aí eu vou ter que ficar naquela velha cantilena que cansa a gente: “Gente, de que mulher estamos falando?”. Então, volta aquela história. Dizem: “É importante, sim, a entrada de mulheres negras, é importante a entrada de negros, mas ninguém vai passar a mão na cabeça de ninguém, tem que ter mérito, tem que se esforçar”. **Ouvíamos isso o tempo inteiro, como se os que estão incluídos sempre achassem que foram incluídos por esse mérito, que “já que vocês estão querendo entrar mesmo, cuidem de ter mérito”.** É muito difícil entrar numa empresa e discutir a questão de gênero, de raça, qualquer uma delas, sem que surja em algum momento a questão da meritocracia. Isso fortalece a autoestima das pessoas brancas: “Eu estou aqui porque mereço, porque eu fiz por merecer, minha competência” [...]. **Eu não estive em nenhuma empresa até agora, nesses vinte anos, que tenha começado a trabalhar sério sem antes ter vivido uma situação de discriminação. Ou ela foi pra imprensa, ou [repercutiu] internamente e deu medo em todo mundo. Aquelas que de fato avançaram foi com uma situação de discriminação racial.** E quando começa a

avançar o tema racial, todo tipo de discriminação vai ter que ser contemplado. Enquanto estava só gênero, tudo bem. Vamos falar de raça, é preto agora? Então, venham todos os discriminados, aquele com a orelha torta, o de nariz assim, então aí tem que entrar todo mundo... E aí eu me lembro do Florestan Fernandes, que dizia o seguinte [ver livro *O saber militante*]²³: quando o negro estiver entrando, todos os discriminados terão que entrar.

Eu vivo isso, cotidianamente. Em 2018, uma empresa onde tudo caminhava para raça, o plano de ação, tal, aí, de repente, vem o golpe, entra outro tema, eu disse “Não acredito”. Tudo estava preparado, tudo estava estudado... Como é que conseguiram? E é assim. O Ceert recebeu recurso para fazer o censo numa empresa que tinha o foco racial. Ficamos com o recurso, tivemos que rever como lidar com esse recurso, para poder entrar numa outra questão, porque alguém lá se incomodou muito. Sempre percebo que a liderança intermediária é o grande nó. A liderança intermediária se sente atingida por políticas de ação afirmativa, na minha avaliação. Eu quero escrever sobre isso, mas ainda não deu tempo.

Para finalizar, tem uma perspectiva de quem tá dentro da empresa, eu estou falando do incluído, estou falando do branco, como homem muitas vezes, mas também como mulher branca. E estou falando com método. Tem conceitos, assim, “Onde é que estão os negros? Eu tenho que trazer os negros, mas não sei onde é que estão os negros”. Mas eles chegam. É aquela coisa de um branco que olha um negro pensando: “Como que eu poderia ajudar essa negrada?”. Ele não se vê como parte de uma relação que gerou a desigualdade. Não vê seu olhar, que se a empresa dele não tem negro até hoje, é porque tem também uma perspectiva da branquitude ali. Então toda a lógica de raciocínio é: “O que posso fazer por essa negrada? Então, vamos flexibilizar os critérios, vamos baixar a régua”. Temos que lembrar que a régua alta do pessoal de Brasília não é alta [risos]. Não tem o que falar sobre isso, porque perguntam como a gente baixa a régua, flexibiliza os critérios, para trazer os negros? Novamente a questão do mérito.

Eu finalizaria dizendo que acho que os pactos narcísicos são muito fortes dentro das instituições, mas nunca vi tanto debate quanto hoje. Pensando naquilo que o Edson Cardoso falou, sobre se o debate [público] pode nos ajudar a avançar, eu acho que as empresas estão debatendo

23. Maria Angela D’Incao. *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora da Unesp, 1987.

mais do que nunca, estão sofrendo exigência de sócios, clientes, estão pressionadas. Mas, enfim, existem as resistências, e temos que entender mais, temos que escrever sobre esse projeto, temos que pegar algumas práticas e debruçar sobre elas. Vivemos um momento muito oportuno para avançar no campo da equidade racial nas empresas. Obrigada.

[...]

Sobre a pergunta [a respeito da existência de uma elite negra, da ascensão social], fiquei pensando aqui qual negro rico, ou quase rico, eu conhecia. E, por mais que eu tenha procurado, não consegui lembrar. Assim, rico. Uns remediados eu conheço, mas rico mesmo... Pra mim, a pergunta foi "Se ele chega à elite, isso vai provocar mudança?". Acho que eu pensaria nisso depois, porque se tenho branco na elite, e ele está definindo muitas coisas, e ele não provoca mudança... Muitas vezes as pessoas me perguntam: "Ah, mas você quer que o negro vá pra elite, seja liderança institucional?". Não. Onde é que nós vamos ficar? Deixar só os brancos? Naquele lugar, só devem estar os jovens brancos? Eu não acredito no capitalismo, ele é seu próprio inimigo. Mas se temos que estar nas empresas, ou nos lugares sociais em geral, vamos disputar todos eles, é essa a perspectiva. Porque se eu pensar que os negros só vão alcançar esses lugares quando tudo estiver transformado pra nós todos, é muito complicado isso.

Sobre meritocracia, eu sempre respondo que ela é histórica, não é resultado de uma coisa biológica, uma habilidade, uma competência, uma vocação. Como exemplos, vemos o quanto a escolaridade dos nossos pais afeta a nossa vida. Nem precisava de outra coisa, só a escolaridade do meu pai e da minha mãe, todos os estudos mostram, Carlos Hasenbalg e tantos outros, o quanto isso vai afunilando, ou não, a minha trajetória. Então, eu trago meritocracia sempre dessa perspectiva, quer dizer, de trajetórias que favorecem o acesso a certos conhecimentos, que dependem de instrumento, que depende de poder ter livro, de ter computador em casa. **Eu sempre lembro que meu pai deixava os livros lá na prateleira e só no dia em que ele podia estar em casa – meu pai era motorista – ele descia os livros para os oito filhos lerem. Era tipo a Barsa, e tinha tudo naqueles livros. Quando meu pai não estava, os livros tinham que voltar pra lá, porque eram só aqueles. Isso faz diferença numa família, no tipo de futuro que você vai ter.** O jovem branco se sente muito mal com isso. Qualquer coisa que conquistou,

se entrou na USP, se entrou na FEA [Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP] [diz]: “Eu lutei tanto pra chegar até aqui, tantas noites que eu passei sem dormir”. Eles se sentem roubados por isso. Sentem-se roubados, porque, de verdade, eles também têm a luta deles, mas é importante mostrar que as trajetórias diferentes interferem.

DOUGLAS BELCHIOR é historiador, fundador e professor no Movimento Uneafro-Brasil e na rede pública estadual de São Paulo.

IDOUGLAS BELCHIORI Queria de novo agradecer a oportunidade. Eu sou professor da rede pública estadual de São Paulo. Meu pai queria que eu fosse mecânico. Ele dizia: “Vai ser mecânico de autos”. E minha mãe dizia: “Não, vai estudar”. E aí eu obedeci à minha mãe e estou feliz com isso. Mas ele estava certo, porque achava que eu ia me dar muito melhor sendo mecânico. A casa do mecânico, no meu bairro, é muito melhor do que a minha. Mas é algo em que acredito muito, eu me organizo num grupo chamado Uneafro, é um movimento que se organiza em periferias de São Paulo e também em outros estados brasileiros, inclusive aqui no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense. É uma organização que atua a partir da organização nas comunidades, com professores voluntários, fazendo uma coisa que a população negra organizada faz desde muito tempo, que é a prática da solidariedade daquele que sabe ler ensinar quem não sabe ler. A Uneafro é uma rede de cursinhos populares em que o eixo é a questão racial, que é herdeira de uma série

de outras histórias. Aqui no Rio temos a história do PVNC [Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes], depois Educafro. Ainda antes do PVNC, o Instituto Steve Biko lá em Salvador, na Bahia. A Uneafro, nossa organização, é decorrência histórica desse exercício todo. E se formos mais pra trás vamos lembrar da Frente Negra Brasileira, vamos lembrar dos malês.

O debate sobre a importância da educação para a liberdade do povo negro é histórico, algo que sempre esteve presente. E não só a luta pelo direito ao acesso aos espaços educacionais, mas também, na mesma proporção, o debate sobre conteúdo. Que história é essa através da qual nós vamos nos educar e educar nossos filhos? Eu sou um militante de 40 anos. Sou de 1978, e eu mergulho na militância política no momento em que estamos tendo os primeiros frutos da ação política dessa geração que se organiza na luta antirracista no pós-ditadura, que são aquelas políticas que se iniciaram com o [governo] Fernando Henrique Cardoso, mas que se aprofundaram com o governo Lula, com as políticas de ação afirmativa. **Eu participo de um grupo que vai ser base social de uma demanda política, coisa que é muito rara no campo da luta institucional e por políticas de igualdade racial, porque – e isso já foi dito aqui brilhantemente – todos os problemas sociais brasileiros e todos os conflitos sociais brasileiros são, antes, conflitos e problemas raciais. São, antes, raciais.** Mas não é enxergado assim, não foi assim que se constituiu nossa sensibilidade a esses problemas. **De maneira que eu poderia dizer que hoje o maior movimento negro brasileiro é o Movimento dos Sem Teto, que é um movimento massivamente composto por pessoas negras. A base social desses movimentos é o problema da moradia, que é um problema histórico. Antes do MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem Teto] e dos movimentos de moradia ocuparem esse lugar, era o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], de quem eu também poderia olhar e dizer “Olha, ali está o maior movimento negro organizado brasileiro”, já que o campo também é composto pelos sem-terra, por aqueles que não têm direito histórico à sua terra, como os quilombolas e também a população indígena.** Mas isso nunca foi visto dessa forma, nunca se organizou assim.

A demanda por política de ação afirmativa – cotas, em específico – foi baseada num movimento de rua, nos movimentos de cursinhos populares. Pelo menos na minha história isso ficou muito marcante. Em São Paulo, final da década 1990, existia um movimento de rua que demandava essa política. Existiam manifestações que demandavam essa política. Nós participamos em diversos momentos daquele período pico do debate de cotas no Brasil, que

era, a meu ver, um momento em que o debate racial subiu alguns degraus, quando esse debate tomou a cena, veio pra mesa. Quando passamos a debater a questão do racismo em outra medida. A reação da elite branca racista brasileira é desproporcional, do nosso ponto de vista, àquela política. Eu sou um cara formado no campo da esquerda. E me lembro de críticas políticas do nosso campo dizendo: “Oh, isso aí é política neoliberal, isso aí nós não temos que apoiar”. O próprio movimento negro, em grande medida, foi sendo convencido aos poucos. Estou aqui numa sala em que há precursores dessa política. Antes de ser favorável, havia um campo, incluindo meu campo, que era chamado por nós de recuado, ou coisa assim. [...] Reformista, né? “Porque nosso papo é revolução, não é reforma”, certo? **Mas olhar para o inimigo é fundamental, porque se as elites colocaram tudo o que tinham contra cotas – televisão, jornais, academia: tudo o que tinham –, é sinal de que aquela política significava algum risco a elas. E mesmo nós percebemos isso depois. Existem vários momentos-símbolo da radicalidade, da importância histórica desse momento e dessas políticas.**

[...] Meu raciocínio é o seguinte: o acesso de jovens negros na universidade, potencializado pela reação dos nossos inimigos, muito mais pela reação do que pelo nosso reconhecimento da importância dessa pauta, colocou o debate racial em outro nível. E quando o pacto estoura, quando 2013 acontece (eu não vou conseguir discorrer sobre isso aqui), eu não faço uma análise de 2013 como a massa da esquerda faz, ou os grupos de esquerda fazem, como se fosse um momento revolucionário. Mas tem uma coisa que muda ali. Nós fazíamos a luta por ação afirmativa nas universidades, olhávamos a universidade de fora, existia uma ação de fora pra dentro da universidade. Na universidade, existia um centro acadêmico de brancos que apoiava as cotas, no máximo. A partir de 2013, acontece algo não só contra nós, do ponto de vista da mobilização, da organização política, mas a nosso favor também. Não porque entraram milhares de negros na universidade com essa política, não foi isso que aconteceu. Mas há uma mudança de postura já fruto dessas políticas, no condicionamento e na atuação desses jovens negros nas universidades, numa medida tão grande e importante que vamos ter muito mais uma ação pela manutenção das políticas e conquistas de novas políticas para negros nas universidades, a partir de dentro das universidades, com o surgimento dos coletivos. Somado ao que aconteceu em 2013, ao desgaste das instituições, a todo o questionamento da credibilidade de partidos, sindicatos, do próprio modelo político. Isso recoloca o papel desses coletivos e dessa

voz negra, como demonstra aqui o Edson Cardoso quando fala da importância do debate público. Nós vamos ter o debate público do racismo provocado, promovido e protagonizado por atores e atrizes negras. Isso é uma coisa nova na cena, e precisamos observar. Porque há, portanto, novos modelos de organização, que são radicais, que têm menos tolerância, que negociam menos, do que as gerações passadas, também porque ganharam muito com o trabalho das gerações passadas.

Então, acho que se existe alguma coisa que eu poderia dizer da minha pouca experiência nessa área, mas do lugar de organização política de base de onde venho, é que é preciso investir em incidência política real. É preciso formar lideranças, apoiar a formação de lideranças autônomas, ajudar na incidência política, porque temos de botar gente nossa, pressionar Congresso, não só do ponto de vista de pressionar eleitos, porque a gente não mudou o sistema político, a gente não vai ter um parlamento melhor do que este daqui sete, oito meses. Não teremos, eu não tenho essa ilusão. Mas temos que atuar politicamente. Há *lobbies* em diversas áreas no Congresso Nacional. Mas não há *lobbies* – para usar essa palavra, que aqui é feia, mas em outros lugares é tranquilo. Temos que influenciar politicamente nos espaços de poder. E temos que fazer isso de maneira organizada. Nós não fazemos isso. Não existe isso na discussão racial no Brasil. A garantia de direito dos defensores de direitos humanos. A garantia da vida.

Eu tenho viajado o país, reconhecendo iniciativas de organização política negra, sobretudo depois do assassinato de Marielle, embora isso já estivesse presente antes. Está muito mais difícil fazer ativismo político hoje, nas periferias, nas bases, porque além da polícia, do Estado organizado, temos uma ação do crime organizado em outra esfera e que hoje respeita muito menos as organizações comunitárias. Até algum tempo atrás, havia algum respeito na quebrada. O cara da biqueira negociava com o cara da ONU [Organização das Nações Unidas]. Isso hoje acontece em outra medida, está descontrolado, como falamos por aí. O financiamento de política de alternativas e da resistência é financiamento das pessoas. A Sueli Carneiro falou um termo que eu estou aprendendo agora, que é o tal apoio institucional. Isso é igual a **“libera as pessoas pretas para fazer política”. Porque os brancos têm herança, se dedicam, quando estão nas redes revolucionárias, na militância política, e se der tudo errado voltam pra casa. A militância negra não é assim. A dedicação do tempo de uma comunidade negra à luta política requer outras necessidades.**

Outra coisa que acho importantíssimo: essa experiência aqui hoje, da qual vocês me dão o privilégio de participar, é uma iniciativa contundente de investimento na articulação do campo político. Precisamos promover encontros das principais experiências de lideranças negras para pensar política para nós. Nós não temos isso. **As máquinas institucionais, partidárias, sindicais, mesmo estando na esquerda, sempre estiveram na mão dos brancos. E eles sempre fizeram isso, organizaram as frentes políticas que denotam e que dão o condicionamento da ação política nacional. Estamos fora do debate político nacional hoje.** Nós temos duas frentes políticas: Povo sem Medo e Brasil Popular, e nós não incidimos nelas, estamos fora da agenda. Então, se há alguma coisa nova a ser feita também é nesse sentido. E o reconhecimento e a valorização da legitimidade das novas formas de atuação política, que precisamos acompanhar. Precisamos fazer esse encontro das gerações que nos construíram pra essas que estão chegando agora, e isso precisa de promoção. Isso não vai acontecer só com as nossas forças, porque não temos acúmulo de capital pra isso, embora existam todos os outros acúmulos historicamente descartados, como bem disse o Edson Cardoso.

[...]

Eu relatei aqui pontos que acho importante na conjuntura: formação de liderança, articulação do campo, incidência política nesse campo da luta antirracista, o fim do cerceamento social, o que significa financiar pessoas negras para que elas possam se dedicar à luta política e à organização política negra. Falei de reconhecimento de novas formas de atuação política – ou seja, trabalho de base. Isso funciona, isso é olhar pra nossa tradição de organização, de resistência. Edson Cardoso falou: “Como foi possível chegar até aqui, sendo que nada foi feito a nosso favor?”, porque a gente sabe que a gente é foda. A gente vai em cima.

Então a ideia de resiliência, a ideia de empreendedorismo, que parece, às vezes, uma coisa nova, de organização: isso tudo está no cerne dos motivos que nos fizeram sobreviver e chegar a essa mesa agora. Então, é preciso valorizar essa experiência histórica, valorizar esse acúmulo de conhecimento, de organização política, que temos no nosso campo. **O que precisamos é de um movimento de brancos antirracistas no Brasil – isso é importante, é necessário. Mas isso é necessário não como um favor, e sim como um resgate da própria humanidade dos brancos, porque o racismo, antes de**

qualquer outra coisa, desumaniza quem o promove. Porque é a ação de um monstro quando desumanizamos o outro e vamos dormir tranquilos depois de esquartejar, estuprar, espancar, por horas seguidas, dias seguidos, por 500 anos. E quer queira, quer não, eu trago isso em mim, como pessoa, hoje, na minha ancestralidade, no meu passado, nas consequências sociais, as quais eu vivo agora.

[...] **Tem uma coisa que sempre me incomodou no campo dos direitos humanos. É que parece, sempre pareceu (isso tá mudando nos últimos cinco, seis anos) que reforçamos a ideia de que direitos humanos é pra vagabundo. Quando a ideia de direitos humanos só promove a ação depois da violação do corpo. Acho isso um equívoco. Fica parecendo “depois que vier o corpo, então agora é direitos humanos”. Não! Direitos humanos é antes da violação do corpo, e que isso também seja tratado como política, como ação política, como política institucional.** Mas acho que é uma tarefa nossa, ainda mais nessa conjuntura, quando os espaços da formulação política foram perdidos completamente. O que nos sobra? É essa articulação com esse setor.

[...] **Não é verdade que não há reação política e reação popular acontecendo no Brasil. Está acontecendo, é foda, é incrível. É muito poderoso. Não tem um bairro nesse país que não tenha alguma organização da população, em especial de jovens, em especial de mulheres,** que organizam a liderança das iniciativas de ação política pelo país afora. **No bairro mais periférico, mais pobre, mais miserável, onde o Estado só chega com a polícia, tem organização da juventude ali. Não está é num formato que estamos acostumados [a ver].** E aí a gente não sabe o que vai acontecer, como disse o Edson Cardoso. Mas a responsabilidade – e aí não tem jeito, que é o meu ortodoxismo de esquerda, desculpem-me [risos] –, o papel da liderança política é fundamental na formulação do caminho. Temos que formular o caminho. Eu acredito, lamentavelmente não consigo acreditar em outra coisa, que existe vanguarda. Sei que isso é antigo, mas não tem jeito. A Sueli é minha vanguarda, sinto muito se ela não gosta disso.

SUELI CARNEIRO é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

[SUELI CARNEIRO] Eu queria só falar de umas angústias. Veja, fizemos a luta pelas cotas. E a reação às cotas foi uma coisa que nunca tínhamos visto antes. O que aconteceu foi algo que eu chamo de pelourinho eletrônico: apanhávamos de manhã, de tarde e de noite. Havia um pelourinho articulado, ali, pra bater nas cotas. Apesar disso, ganhamos aquela parada: 11 a o lá no STF [Supremo Tribunal Federal]. **Foi a primeira vez que vimos a branquitude sair do lugar de conforto, porque se o antirracismo não se institui nessa sociedade, o racismo se organizou naquele momento. A parcela racista percebeu rapidamente o que estava em jogo e se organizou e lutou com todas as armas que podia pra invisibilizar aquilo.** Não sei o bastidor que fez aquilo mudar de direção, não conheço como é que aquilo acaba nos 11 a o lá do STF. Mas eu fico me perguntando se talvez em algum momento alguém pensou: “Não tem problema, nós vamos gerar uma multidão de gente com canudo e sem emprego”. Por quê? Porque o mercado de trabalho não está preparado pra segurar essa demanda. Se a universidade é o principal ativo de mobilidade social que ainda existe, então essa coisa era crítica. Essa hegemonia da branquitude era crítica para assegurar os privilégios, a mobilidade, o bem-estar e tudo o mais. Mas sabemos que não podemos deixar essa negrada toda a ver navios, quando o mercado de trabalho diz: “Tá bom. Aqui não”. E aí estamos dizendo que ninguém vai voltar pra senzala, que isso entrou e não se perde mais.

Mas como se luta nesse contexto de ameaça? Porque a questão do racismo não é pra inocentes. E não é de falta de consciência, não é de falta de educação: é um instrumento de poder, acima de tudo. **Então, qual é o peso da nossa capacidade de persuasão, ou da crítica, para fazer frente a esse bloqueio que vai se organizar no plano do mercado de trabalho, sobretudo numa situação brutal de crise tão violenta que está atingindo todo mundo, brancos e negros?** E se não vamos voltar aos métodos tradicionais... isso já não é mais uma questão, todos os números de desigualdade essenciais já foram produzidos. Podemos aperfeiçoar aqui, ali, acolá, com um olhar mais detido, mas essa estratégia de produzir a informação da desigualdade está sendo usada há quase três décadas e não tem sido capaz de inverter a lógica da exclusão, sobretudo no mercado de trabalho.

Volto: não vamos voltar pra senzala, eles não vão abrir a porta. Acho que estamos diante da necessidade essencial de pensar outras estratégias de luta, diante desse cenário. **Acho que é essa variável que não aparece, porque estamos, sistematicamente, insistindo que temos que esclarecer o branco sobre o problema racial no Brasil. Quando, antes de tudo, isso é uma estratégia extremamente sofisticada que ele mesmo construiu.** E eu vejo que isso, pra mim, é tão certo, que a história do empreendedorismo aparece precisamente nesse momento, em que “vai fazer o que com essa negrada? **Estão saindo da universidade, vão ter que vir esses caras, e agora?”**. E agora? **A ideologia do empreendedorismo está entre nós, agora, né? Só se fala nisso, todo mundo... Pois é. Mas é esquisito o jeito como isso chega pra nós, porque quando fala disso pra branco, eles estão falando de start-up, quando vem pra gente é o carrinho de pipoca.** Estou só levantando um mar de angústias e contradições que estou assistindo e acho que as armas que viemos usando historicamente para isso são insuficientes para fazer frente a esse novo momento.

No novo momento, insisto, o racismo mudou de natureza. Não estamos mais discutindo ambiguidades, sutilezas. Tínhamos um pacto que não funciona mais, que estava resguardado pelo mito da democracia racial. Nós rompemos esse pacto. Esse pacto dizia: dizemos que não tem racismo e vocês fazem de conta que acreditam. Era esse o combinado. Nós rompemos esse pacto. O que está sendo dito nesse momento é outra coisa, é: não estava bom daquele jeito, agora vocês vão ver o que é bom pra tosse. É isso que eu estou entendendo. E continuamos esgrimindo, digamos, com as mesmas ferramentas.

[...]

Quero voltar na pergunta: para que serve o Direito para nós e quais são as possíveis experiências concretas que podemos desenvolver a partir da ideia de direito da antidiscriminação. Isso porque eu tenho a expectativa de que elas nos permitam dar um salto de qualidade em relação a algumas experiências que o movimento negro construiu em torno desse tema. E a experiência do sos Racismo, por exemplo, é uma das que mais se disseminaram, mas nesse momento parece uma experiência esgotada. Foi uma tentativa de usar o quê? A nova Constituição, aquela lei do racismo, que foi esforço coletivo do movimento social. Pela primeira vez, o racismo passou a ser crime inafiançável e imprescritível, e isso permitia que a gente produzisse casos concretos para dialogar com o Poder Judiciário e obrigá-lo a se manifestar. Fizemos essa experiência 10, 15 anos, e duas coisas se confirmaram: o Poder Judiciário se manifestou um dos mais conservadores, um dos menos permeáveis à demanda do movimento social. Produziu-se uma massa enorme de casos arquivados. Em alguns casos, conseguimos ir para a segunda instância, ou para todas as instâncias e levar inclusive para as cortes internacionais. E começamos a usar isso lá fora. Mas uma coisa muito interessante: o Edson Cardoso me disse que essa massa de informações de negação, da não criminalização, foi o objeto utilizado pelo então deputado Paulo Paim para fazer aquela alteração no artigo de injúria do Código Penal. Então, é isso, certo? A gente tinha a maior experiência na época, o Geledés, o sos Racismo, tinha a maior experiência de derrotas, que foi o que o Paim usou... E essa coisa da injúria racial, que foi saudada como vitória em algum momento, com o tempo ela foi se desqualificando, porque apesar de ter permitido um avanço, algum grau de reparação, ela não resolvia o problema da não criminalização propriamente dita, que gera frustração imensa nas pessoas que são vítimas do agravo.

Então, do ponto de vista de vocês, qual é o valor dessa experiência? E o que o direito da antidiscriminação poderia nos aportar em termos de realizar novas experiências, de provocação, de utilização do Direito para lidar com a questão racial e fazer avançar, tanto no plano da pesquisa como da ação concreta, ou recuperar essa relação que realizamos por quase duas décadas e que hoje parece sem perspectiva? Precisamos de uma luz, sim, pra isso, não dá pra ficar falando que é só com não ser, tem que ser também. Tem que ter um jeito. [risos]

[...]

Estava pensando, vou pedir socorro à musa do ciberativismo, a Winnie Bueno, porque ela é um *case* nesse negócio, ninguém tem mais condições pra falar sobre isso. Realmente tem uma coisa muito interessante que a internet propiciou para a questão racial, para pautar, particularmente, o feminismo negro. Na verdade, há um *revival* no feminismo. Existe uma polifonia enorme nesse espaço e o que se pergunta é “Bom, e fazer o que com isso?”. Acho que é um pouco do que a Winnie já começou a perguntar. Tá bom, tem celebridade lacrando pra tudo quanto é lado, mas como organizar o processo de luta coletiva a partir disso? Lembro muito da Primavera Árabe, quando entrevistaram o menino que foi líder daquele processo no Egito: ele ficou muito irritado porque invariavelmente as pessoas perguntam: “Nossa, mas o Facebook fez a revolução na Primavera Árabe?”. E ele ficava irritado, porque essa ideia começou a prosperar. “Aquilo é um instrumento! O instrumento foi ativado pela ação política de uma juventude que se dispôs inclusive a morrer, naquela praça, em defesa daquela revolução”.

Então, acho que tem um pouco de loucura também, dessa coisa das possibilidades. A polifonia é legal, amplificou as vozes das mulheres, a perspectiva feminista. Mas a mudança se processa com organização política, antes de qualquer coisa, e isso é uma coisa que esse espaço não dialoga, não tem se proposto e não tem se colocado essa questão.

Não estou dizendo nada, é só um problema. Quando a Bianca Santana fala dos estereótipos, acho que tem uma narrativa que tem a ver com as representações historicamente construídas sobre nós. Mas tenho a impressão de que algumas coisas se agravaram – e acho que vou falar uma heresia aqui, se for, desculpem-me. É um assunto que dói muito nas mulheres negras essa coisa de tudo o que está em torno do estereótipo da mulata. Sonia Giacomini, professora da PUC-Rio, falava na superexcitação genésica das mulheres negras, particularmente as bonitas, que passaram a ser chamadas de mulatas. Isso constituía todo um mecanismo de culpabilizar a mulher pelo pecado do homem, tinha todo um mecanismo de que “os homens pecam ao se apropriar dessas mulheres, mas é porque elas são dessa maneira”, irresistíveis, do ponto de vista da promiscuidade sexual. Em alguns momentos, a coisa era colocada nesses termos. **Mas tenho impressão de que o processo de embranquecimento da representação simbólica, no Brasil, foi se aprofundando tanto que algumas coisas até deixaram de existir. Por exemplo, a**

**mulata é um fenômeno em extinção. Hoje não acontece esse nosso reite-
rado discurso da mulher negra como objeto sexual. As mulheres negras
perderam, inclusive, esse lugar.** Não estou valorizando esse lugar.

Lembrei de uma entrevista muito interessante do Fernando Henrique Cardoso, em que ele dizia que a condição de escravo era absurda, inumana, imoral. **Mas que o escravo tinha o lugar central no sistema econômico. Quando a escravidão acaba, ele perde isso, já não serve pra mais nada.**

E tudo o que foi dito aqui da descartabilidade que a abolição representou está simbolizado nisso, nós perdemos inclusive isso. **De certa maneira, as mulatas também foram destituídas desse lugar. Quando aumenta a emancipação das mulheres brancas, a partir da revolução da pílula, quando as mulheres brancas deixam o confinamento do lar e a revolução sexual liberta os corpos, esse lugar também deixa de existir. Então, se olhamos qualquer uma dessas revistas eróticas, isso também não tem. Nem lá as mulheres negras estão.** É muito mais profundo, essa exclusão é total.

O Eugênio Bucci, professor de Jornalismo na USP, tem uma tese em que diz como **a Rede Globo e a ditadura militar se somaram num processo de embranquecimento, de europeização completa do imaginário. Acho que estamos nesse momento em que esse projeto é vencedor e é essa disputa que estamos travando na sociedade. Você tem uma invisibilidade, uma visibilidade perversa, porque é muito visível em aspectos como expressão de subalternidade, expressão de pobreza, expressão de inumanidade. Nossa visibilidade é muito acentuada nessas dimensões. Mas o que significa a reafirmação da nossa humanidade, tudo o que é a expressão da nossa capacidade de resistência e de superação – essa representação me parece negada. Eu sempre digo, Luís Gama, Benedita da Silva²⁴, Marielle, Carolina de Jesus²⁵ são tipos humanos tão extraordinários, à altura de qualquer narrativa shakespeariana. No entanto, esse lado da nossa expe-**

24. Exemplo de fé e determinação, Benedita da Silva nasceu em 11 de março de 1942 na favela da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro. Foi a primeira negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (1982) e no Senado (1994). Foi também eleita Deputada Federal por três vezes, senadora e vice-governadora. Mais informações sobre Benedita da Silva em: <<https://www.geledes.org.br/tag/benedita-da-silva>>. Acesso em: 4 set. 2018.

25. Negra, pobre e moradora da favela (1914-1977), foi um fenômeno literário dos anos 1960. Seu livro de estreia, *Quarto de despejo: diários de uma favelada*, foi publicado em vários países. Ela narra sua vida na favela do Canindé, na capital paulista, e expõe a realidade cruel e perversa de uma comunidade miserável. Sobre a escritora, ver: <<http://www.palmares.gov.br/?p=40983>>. Acesso em: 4 set. 2018.

riência de resistência e superação é acima de tudo negada, não é o objeto de construção de uma nova narrativa sobre nós.

Outro tema, que acho também importante, sempre me faz pensar na Lei n. 10.639 [que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no Brasil] e em tudo o que ela propõe em termos de direito à memória, a ter acesso ao patrimônio cultural emancipatório de afrodescendentes, de africanos e a Diáspora. Mas, se eu fosse fazer um curso sobre história da cultura afro-brasileira, gostaria de fazer um curso para estudar literatura, começando com Machado de Assis ou com nosso Baudelaire nativo, o Cruz e Sousa²⁶. Eu queria fazer um curso sobre os Engenheiros Rebouças²⁷. **Ou seja, o que essa sociedade faz o tempo todo é embranquecer e se apropriar do que deseja valorizar. Ela desloca e deixa como elemento de cultura negra o que ela folclorizou e fossilizou. Mas esses elementos dinâmicos nunca são objetos.**

Eu quero falar de cultura negra a partir de Machado de Assis, Milton Santos²⁸. E é tão grave isso, vou contar uma pequena história. Trabalhei dez anos com planejamento urbano e Milton Santos é uma vaca sagrada na literatura do planejamento urbano. Durante dez anos, vi esse homem citado em tudo o que os engenheiros e arquitetos escreviam sobre cidade, urbanização. Nunca soube que ele era preto. Aí, um dia esse homem chega, a minha irmã era secretária de um dos secretários lá, e ele tinha um horário marcado. Quando o homem chega, minha irmã, tremendo, me liga e fala: “Sueli, o homem tá aqui”. Eu falei: “Quem?”. “O Milton Santos. Ele é preto, Sueli! Mais preto que você!” [risos]. E ninguém podia imaginar. Como é possível trabalhar dez anos numa empresa de engenharia de tráfego e de planejamento urbano, e todos aqueles consumidores do gênio da Geografia conseguirem silenciar sobre o fato de que o homem

26. Poeta, jornalista engajado nas questões políticas e literárias de seu tempo, ativista do movimento abolicionista no Brasil. Cruz e Sousa (1861-1898) é considerado pela historiografia literária institucional como o grande nome do Simbolismo no Brasil. Mais informações disponíveis em: <<https://www.geledes.org.br/111-anos-sem-cruz-e-sousa>>.

27. Sobre eles, ver <<https://www.geledes.org.br/a-saga-dos-engenheiros-reboucas>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

28. O geógrafo Milton Santos (1926-2001) foi professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou Geografia Humana de 1983 a 1997. Trabalhou também em várias universidades do mundo. Em sua obra, destacou-se os estudos sobre a urbanização nos países subdesenvolvidos. Em 1994, recebeu o Prêmio Vautrin Lud, instituído pelo Festival Internacional de Geografia da França e considerado a maior distinção nesse campo científico. Mais sobre ele, ver: <<http://miltonsantos.com.br/site/biografia>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

não era só preto, era retinto? Então, acho que eu quero fazer isso discutindo bossa-nova, sabe? Cultura afro-brasileira, a partir da bossa-nova. Começando com Johnny Alf, pegando uma entrevista que o João Gilberto deu uma vez pro *Estado de S. Paulo*, isso deve ter quase uns 30 anos, em que ele conta que perguntavam o que era aquilo que ele fazia. E o João Gilberto respondia: “Eu canto samba, eu canto samba, eu canto samba, eu canto samba”, aí um dia o empresário dele chegou e falou: “Vamos parar com essa prosa. Daqui pra frente isso chama bossa-nova”. Então, acho que nós temos que restituir. Fazer esse processo de restituição das nossas coisas. É isso, eu quero minhas coisas de volta.

ATILA ROQUE é diretor da Fundação Ford no Brasil.

IATILA ROQUE Quero expressar minha satisfação em ouvir a Sueli Carneiro falar, porque acho que ela tocou num ponto essencial: não se trata de educar ninguém. Não se trata de trazer mais informação, como foi durante muito tempo. A questão do genocídio da juventude negra é conhecida há 30 anos, todo ano sai o Mapa da Violência²⁹, sai a manchete e continua-se morrendo e matando da mesma maneira. **O desafio que temos pela frente, uma vez rompido o pacto de silêncio sobre a “democracia racial”, é como aumentar o desconforto em relação ao racismo. O que aconteceu nessa última**

²⁹. Disponível em: <<https://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

década foi que essa sociedade se deparou com o inesperado – pra grande maioria – com esse protagonismo de uma juventude negra e periférica que começou a chegar e a se fazer visível em espaços onde não era previstos.

Acho que o tema da servidão é incrível, que foi trazido aqui com a questão de quem serve o cafezinho. Talvez essa seja o traço cultural mais arraigado na sociedade brasileira. É a ideia de que certo tipo de função pertence só a um tipo de pessoa, que é invisibilizada. E isso começou a ser questionado. Então, o que apoiamos agora, o que temos que produzir, pra que esse processo continue? **Porque agora estamos questionando efetivamente as relações de poder que marcam profundamente o lugar de cada uma e cada um. Temos que trazer essa força, como movimento da sociedade, para romper com esse pacto de poder, de opressão. Isso passa por contar as histórias, por apoiar um certo tipo de protagonismo, que também passa, hoje, pela juventude negra das periferias, das favelas, do campo, dos quilombolas. São esses e essas, sobretudo, que estão gerando desconforto, com seus cabelos, com sua voz, com seu *slam*, com a poesia da periferia, com sua música.**

Estamos rompendo com duas coisas que sempre foram parte do “normal” no Brasil. Uma, a solidão dos negros no mundo dos brancos. Nós, que chegamos aqui por diferentes estratégias, à posição de professora da USP, diretor de ONG ou de organização internacional, negros de classe média, de uma classe média negra que não existe, **vamos sempre viver uma situação de solidão que é profundamente violenta. Qualquer um de nós aqui que passa por isso sabe o que é ser sempre o único negro naquele espaço. É uma coisa que, pra mim, sempre foi dilacerante.** Nós estamos rompendo com isso. Quando entro nos espaços universitários hoje, quando participo de debates com a juventude, falo “caraca!”, quanta beleza e diversidade. Quando ingressei no curso de História no IFCS, na UFRJ [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro], eu era o único negro da minha turma. Passei a universidade inteira nessa solidão. **Hoje não, a solidão já está questionada. E isso começa a provocar insegurança e medo naquelas pessoas que se habituaram a desfrutar do “privilégio branco” em uma sociedade racista. O desconforto trouxe o medo de perder o privilégio, de perder o lugar, da ameaça. Por isso essa questão não é só do negro, é da sociedade. A gente tem que lidar com esse medo. O medo, eu não sei como lidamos com ele, mas é uma variável muito crítica nessa equação.**

PARTE II

Produção intelectual negra: reconhecimento e legitimação

Quais as condições necessárias e suficientes para que a produção intelectual negra alcance reconhecimento e legitimação? Quais os obstáculos enfrentados?

DJAMILA RIBEIRO é mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

[DJAMILA RIBEIRO] Bom dia, agradeço o convite do Ibirapitanga. É um prazer estar aqui, ainda mais com tantas pessoas que eu admiro e que ajudaram na minha formação. Para falar desse tema, de produção intelectual, eu não vou, talvez, me ater às perguntas de uma vez só. Vou “puxar a sardinha pro meu lado” e fazer um debate filosófico sobre isso, que é um pouco do que faço na minha dissertação de mestrado: questionar essa ideologia dominante, fazer a pergunta se é realístico a gente pensar uma epistemologia pautada por um grupo racial hegemônico, que dê conta de pensar todas as outras formas de saber. Essa é a pergunta, de debater o falo-euro-centrismo. Jacques Derrida fala do falo-euro-centrismo, que é essa epistemologia pautada pelo homem branco europeu. **Trata-se de afirmar, na verdade, como diz a Lélia Gonzalez³⁰, como essa ciência que é produzida e legitimada é fruto dessa classificação racial da população. Ou seja, dizer que quem tem o privilégio racial acaba tendo privilégio epistêmico. Fazer esse debate. E é um debate que não é fácil, sobretudo na**

30. (1935-1994) Militante negra e feminista, atuou como desencadeadora das mais importantes propostas de atuação do Movimento Negro Brasileiro. Participou da criação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU), em nível nacional, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras-RJ, do Olodum-BA, dentre outros. Foi responsável pela introdução do debate sobre racismo nas universidades brasileiras, além de ter entoado a palavra negra brasileira nos mais importantes fóruns internacionais de luta contra o racismo. Tornou-se referência da luta negra e da luta feminista no Brasil e no exterior. (Texto reproduzido de: <<https://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez>>. Acesso em: 8 ago. 2018.)

minha área, de Filosofia, em que, se formos parar pra pensar, essa construção do homem branco racional funda as bases da filosofia ocidental, já que o negro, como diz Achille Mbembe³¹, “essa invenção do negro”, é uma invenção que é animalizada, que é autenticada como aquele que não pensa, que não faz parte dessa filosofia fundante.

Tanto que isso se dá hoje, acredito eu, no fato de que na maioria das faculdades de Filosofia do Brasil praticamente não se estuda filosofia africana, ou não se estudam filósofas negras, independentemente de serem africanas ou não. Quando falamos da importância de estudar epistemologias negras, muitas vezes os nossos detratores, que são vários, vão dizer que esse é um debate identitário. É o que temos escutado muito hoje, até por parte das esquerdas: “É um debate identitário”. Trata-se de um debate interessante, porque acho que colocar esse debate como identitário é necessariamente colocar esse grupo como universal. Ele não percebe que também é identitário, que é branco e masculino. E que ele fala também de um lugar.

Então, essa invenção, “o homem universal”, que na verdade é baseado no homem branco europeu, ainda é um debate que enfrentamos dentro da academia. E quando pensamos em epistemologias negras, muitas vezes somos confundidos com olhares essencialistas, como se estivessem achando que a gente quer estudar pessoas negras pelo fato de serem negras, no sentido essencialista, quando na verdade somos antiessencialistas. O que estamos nos perguntando é: é realístico pensar a sociedade somente por um grupo racial? Essa é a pergunta quando se está discutindo e pensando sobre epistemologias negras.

Para fazer uma discussão interessante parto de uma autora de quem gosto bastante, que fala desse silenciamento histórico que foi imposto à população negra. Ela vê isso como afirmação do projeto colonial. Eu gosto muito quando

31. Referência acadêmica no estudo do pós-colonialismo, teórico erudito e pensador das grandes questões da história e da política africana – apesar de, ele próprio, não se definir como “teórico do pós-colonialismo”. Nascido nos Camarões em 1957, Mbembe é professor de História e Ciência Política na Universidade Duke (Virgínia, Estados Unidos) e na Universidade Witswatersrand (Joanesburgo, África do Sul), além de investigador no Wits Institute for Social and Economic Research (WISER) dessa mesma universidade. (Texto reproduzido de: <<https://www.geledes.org.br/critica-da-razao-negra-achille-mbembe>>. Acesso em: 8 ago. 2018.)

ela pega o exemplo da escrava Anastácia³² e da máscara da escrava Anastácia e diz que essa máscara é essa afirmação do projeto colonizador que impõe silêncio à população negra. Claro que essa discussão não é nova, obviamente existiram várias autoras negras brasileiras, militantes negras, que vêm fazendo esse debate há muito tempo. Como Edson Cardoso colocou aqui muito bem, sempre existiram contrapontos, sempre existiram produções negras, mas o grande problema é a invisibilidade dessas produções. Acabamos não tendo acesso a elas. E se formos discutir isso dentro do sistema editorial, eu gosto muito do que fala a Conceição Evaristo: “O problema não é escrever, o problema é publicar”. É questionar esse sistema que nos impede de chegar dentro desses espaços.

E quando eu falo de discutir o sistema editorial é desde a escolha, obviamente, do que vai ser publicado ou não, do que é legitimado como conhecimento ou não, mas também a dificuldade de distribuição. Mesmo conseguindo publicar por uma editora independente (até porque as grandes editoras ainda têm seu *casting* muito branco e masculino), como vamos distribuir essa produção? Chegamos num outro entrave, porque as livrarias ficam com 40% do valor dos livros vendidos. O autor, geralmente, fica com 10% desse valor. Para chegarmos às livrarias já é um embate. Outro problema é como conseguimos romper com esse sistema, porque é extremamente complicado conseguir circular, para nós que publicamos em editora pequena. Tudo isso precisa de estrutura, desde a publicação, a distribuição e circulação. Circular no sentido de poder ir pra vários lugares do Brasil, fazer lançamentos e poder estar presente em vários lugares. Acho que é importante ter um olhar pra isso. Como tornar viáveis as diversas produções, como distribuímos e fazemos isso circular? Acho que esse é o grande mote. Para nos atermos à questão da tradução: de fato, temos pouquíssimas obras de estudiosas negras traduzidas, e focamos muito nos

32. Sua vida foi marcada por luta, bravura, resistência, doçura e fé. Nas versões orais ou escritas, os registros falam sobre uma bela mulher que não cedeu aos apelos sexuais de seu senhor e, por isso, foi estuprada e amordaçada. Anastácia foi sentenciada a usar uma máscara de ferro por toda a vida, que só era retirada na hora de se alimentar. Suportou por anos a violência dos espancamentos, que só terminariam em sua morte. Sua resistência diante da dor e dos maus tratos sofridos acabou por incentivar outros negros escravizados. Mais sobre a vida de Anastácia em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Estados Unidos. E mesmo o *Mulher, raça e classe* da Angela Davis³³ foi publicado em 1981 nos Estados Unidos e só entrou em 2016 no Brasil. Acho importante também falar desse esforço, porque isso também é invisibilizado, foi feito um esforço pelo Silvio Almeida, que é um grande intelectual negro, um esforço que nós dois fizemos, um trabalho de convencimento dentro da editora Boitempo para que esse livro fosse traduzido. E isso foi invisibilizado. Parece que a Boitempo teve a ideia genial de publicar Angela Davis. E isso nem sequer é dito e nós sequer ganhamos dinheiro com isso – porque temos que falar de dinheiro. Nós não ganhamos dinheiro, eu não ganhei um real com todo esse esforço, inclusive por escrever o prefácio. Então, tem toda uma questão de como nosso trabalho é precarizado e “Bom, a gente está fazendo o favor de publicar Angela Davis”. Acabamos topando, porque achamos importante que essa intelectual seja traduzida, mas depois não fazemos parte do bolo que ajudamos a carregar. A questão, também, do quanto as editoras estão de repente acordando para isso hoje no Brasil, estão publicando algumas autoras negras, o que eu acho importantíssimo, mas como também valorizar a Mazza Edições, a Editora Pallas, a Cadernos Negros, a Quilombo Hoje – que estão historicamente fazendo um trabalho muito importante. Isso não é novo. A Editora Malê, o Grupo de Escritoras da Bahia, Diálogos Insubmissos, a Jarid Arraes, que acabou de lançar um selo (o Ferina) para publicar mulheres negras... Existem várias iniciativas nesse sentido. Mas o debate tem que ser sobre como estruturar e como fazer com que essas obras circulem de fato. Porque precisamos discutir essa invisibilidade, o epistemicídio do qual o Boaventura de Sousa Santos fala e do qual a Sueli Carneiro fala bastante.

33. Nascida em 1944, nos Estados Unidos, é filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da University of California e ícone da luta pelos direitos civis. Integrou o Partido Comunista dos EUA, tendo sido candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Próxima ao grupo Panteras Negras, foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha “Libertem Angela Davis”. Autora de vários livros, sua obra é marcada por um pensamento que visa romper com as assimetrias sociais. (Informações do site da editora Boitempo.)

Precisamos remontar, nesse sentido, a Abdias Nascimento³⁴ e ao que ele fala sobre genocídio brasileiro, que genocídio não é só nosso genocídio físico, é também moral e cultural e político de um povo. Enquanto, muitas vezes, quando fazemos esse debate de epistemologias dentro do movimento, às vezes, fica um olhar antiacadêmico, um antiacademicismo muito forte, que às vezes eu acho extremamente equivocado e problemático. Então, por que a gente lutou tanto por cotas, não é pra estar dentro da universidade? Ou achar que essas epistemologias são puramente teorias, enfim, que não dialogam com a nossa realidade, quando, por exemplo, a gente tem de disputar, sim, essas teorias que não são meramente teorias. A construção, por exemplo, do homem negro como violento, que vem dessa construção racista da sociedade, de pensamento, inclusive serve para legitimar a morte daquele corpo físico. E quando aquele corpo físico morre, as pessoas vão dizer: “Ah, ele devia ser violento, ele devia ser agressivo”. A gente precisa pensar outras possibilidades de existência para além dessa, que está marcada pela norma colonizadora. São debates que estão intrinsecamente ligados e que, muitas vezes, é um erro de estratégia achar que “Ah, é só a acadêmico, ou estão só pensando as teorias”, como se elas não dissessem sobre nós e como se elas não criassem mundo.

“Puxando a sardinha”, de novo, para o meu lado, Ludwig Wittgenstein fala de como a linguagem e o pensamento criam formas de vida, e as formas de vida são criadas a partir das opressões que estão na sociedade e que criam hierarquias, que criam valores, a depender das identidades que carregamos. Dito tudo isso, sobre a invisibilidade dessas produções negras – e existem várias, precisa ver como é que a gente faz para circular isso, muito inspirada na minha trajetória como militante –, porque as pessoas às vezes acham que você só é uma *web celebrity*. Não, gente, a gente tem história de militância. E não tenho nada contra ser [*web celebrity*]. Essa trajetória, de conhecer essas produções, de ter trabalhado na Biblioteca da Casa de Cultura da Mulher Negra, foi lá onde eu conheci várias autoras negras, autores negros, enfim.

34. Dramaturgo, poeta e pintor (1914-2011), atuou também como deputado federal, senador e secretário de Estado, onde desenvolveu aspectos dessa luta. Com uma trajetória marcada pelo ativismo, Abdias teve como resultado de suas iniciativas desdobramentos importantes na defesa e na inclusão dos direitos dos afrodescendentes brasileiros. Conquistas de suas lutas foram a contemplação da natureza pluricultural e multiétnica do país na Constituição de 1988, a criminalização do racismo e os primeiros processos de demarcação das terras de quilombos. (Texto reproduzido do site da Fundação Cultural Palmares, disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/person-abdias-nascimento>>. Acesso em: 3 ago. 2018.)

Muito baseada nessa tradição – porque como dizia Lélia Gonzalez, não compartilhamos só a dor, compartilhamos agregado de luta – foi que pensamos a *Feminismos Plurais*, uma coleção que estou coordenando na Editora Livramento, uma editora pequenininha de Belo Horizonte. E isso significa que temos que fazer praticamente tudo, através do selo Justificando, que é um site de Direito. É uma coleção que pensamos para ser didática, para ser acessível. E para manter um valor de 19,90 reais num livro, hoje, no Brasil, é uma luta, porque a gente não ganha dinheiro com isso, é praticamente um trabalho voluntário. Porque é 19,90 reais com frete grátis – inventamos ainda de fazer isso, para as pessoas poderem ter acesso. Só de frete são 7 reais e ainda tem a parte da editora. O autor, nós ganhamos, sei lá, por volta de reais, eu não sei. E por mais que eu tenha vendido 15 mil livros no Brasil – e isso é muita coisa num país que não é um país de leitores –, não ganhamos dinheiro. De fato, estamos preocupados em fazer isso circular. Uma alternativa que pensamos pra fazer isso circular – isso sem dinheiro, imagina com dinheiro – foi fazer os lançamentos fora das livrarias, porque as livrarias ficam com 40%. Então, o que fizemos? Arrumamos parceiros nos lugares que vamos e fazemos o lançamento nesses lugares pra poder ganhar dinheiro dentro dos 19,90 reais. É claro, fazendo todas as divisões.

Então, também é importante burlarmos esse sistema, porque esse é um sistema complicado. Outra coisa que fazemos são lançamentos fora dos grandes centros. Ir pro interior, vamos agora pro Norte, vamos para o Acre, Belém, Amapá. E tudo isso em parceria. Identificamos militantes e coletivos nesses lugares e vamos articulando. É muito importante sair do eixo Rio-São Paulo; aprendi indo muito pro Norte, dialogando com a Rede de Mulheres Negras do Pará, como o Norte é invisibilizado. Inclusive, quando estamos discutindo produções e epistemologias negras, foi muito importante pra mim ir pra lá, tomar na cara e ouvir: “Olha, vocês não falam do Norte, você falou que eu sou do Norte, mas você não se marca como sudestina”. E é isso, a gente toma na cara e aprende, tem a humildade de aprender, de fato, falar que é de São Paulo, falar que é sudestina e que não conhece essas produções. Então temos já três autoras do Norte que vão participar dessa coleção, porque julgamos muito importante dialogar. Temos pessoas de todos os lugares, de todas as regiões do Brasil na coleção. Lançamos um livro a cada dois meses – eu não sei como, mas estamos fazendo. O último foi do Silvio Almeida, *O que é racismo estrutural?*

Decidimos então lançar o Selo Sueli Carneiro. A ideia é publicar autoras negras, começando, sobretudo, com as mais velhas ou que já morreram. Queremos fazer os textos delas circularem, porque achamos que esse é um caminho primordial, inclusive para a nova geração, que muitas vezes acha que está inventando a roda. E é importante conhecer esses legados de luta que já foram compartilhados, essas construções de conhecimento, mas também temos o projeto de tradução de algumas autoras, já fechamos com uma, eu ainda não posso falar quem é, mas é tudo “na raça”: escolher uma tradutora, uma *designer*, fazemos tudo. Somos tradutoras, *designers* e tudo, mas nosso foco também é não ficar só nos Estados Unidos e Europa, porque mesmo dentro do feminismo negro, dentro das epistemologias negras, ficamos muito nesse eixo Europa-Estados Unidos, e a nossa ideia é também fazer o diálogo com mulheres caribenhas, latino-americanas, conhecer essa produção que muitas vezes dialoga mais com a nossa realidade. O que a Lélia cunhou como “amefricanidade”.

Pensar epistemologias negras, portanto, para nós, é pensar formas de mundo, é pensar que não é possível pensar o mundo a partir do que é apresentado para nós, onde só um grupo racial parece que pensa aquele mundo. Acho que essa é a discussão primordial, de como essas epistemologias criam possibilidades de mundo, ou não. E o grupo branco entender que também faz parte de um grupo identitário, entender qual é seu lugar dentro disso e que não é possível pensar epistemologias partindo desse falo-euro-centrismo, de se repensar como universal, como detentor desse conhecimento. Isso, inclusive, significa reconhecer outras formas de saber, que o saber não é só o saber acadêmico, tem o saber dos povos originários, o saber das ialorixás, o saber dos movimentos sociais. [Pensar epistemologias negras é] pensarmos também essas outras formas de saber para além da academia, da lógica eurocêntrica masculina e branca, que ainda é imposta no Brasil.

Pra terminar, gosto muito de uma frase da Conceição Evaristo, em uma entrevista que ela me deu em 2016: “Sim, existe a máscara, mas a gente vem falando pelos orifícios das máscaras e estilizando essas máscaras”. É por isso que a gente tem acesso à leitura de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz

Nascimento³⁵, Nilma Bentes³⁶, Vilma Reis³⁷ e tantas outras, porque foram mulheres que foram falando apesar dessas máscaras e estilhando essas máscaras. **Acho que o entendimento precisa ser agora não o de nós precisarmos sempre ficar forçando a máscara, mas de nos perguntar se não está na hora de as pessoas que estão impondo as máscaras também entenderem que é importante dar a cara. E nós sempre nesse exercício de ter que estilhar, e isso vem sendo feito, mas é importante também que o outro lado pense nessas imposições desses silêncios.** Acho que é isso.

[...]

[Sobre cotas na pós-graduação.] Na Filosofia da Unifesp, acho muito engraçado, porque, na pós-graduação, é necessário fazer uma prova de idiomas. Quando eu era representante discente lá, lutamos pra ter espanhol, mas não deixaram. No mestrado eu fiz inglês, então no doutorado eu tenho que fazer outro idioma e não pode ser inglês de novo. As opções são francês, alemão, italiano e grego, porque todo mundo fala grego [risos]. **Então, eles não vão falar “a gente não quer preto aqui”, mas aí você precisa falar grego. Acho bem interessante isso da Filosofia, o quanto é um curso extremamente elitista. Porque, de fato, a Medicina é um curso muito elitista, o Direito também, mas a Filosofia é muito também. Sobretudo porque pobre não é para pensar. Então, a Filosofia é coisa de diletante, de pessoas ricas. “Como assim pobre estudar?” Eu escutava assim dos professores: “Nossa! Ela é inteligente, mesmo vindo da classe popular”.** É muito isso de que não é pra gente pensar, que vem dessa questão da invenção do negro dentro desse sistema colonizador.

35. Intelectual ativista negra (1942–1995), graduou-se em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esteve à frente da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças, em 1974, na Universidade Federal Fluminense (UFF), compartilhando com estudantes negros universitários a discussão da temática racial na academia e na educação em geral. Seu trabalho mais conhecido e de maior circulação trata-se da autoria e narração dos textos do filme *Ori* (1989, 131 min.), dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. Reproduzido de: <<https://www.geledes.org.br/beatriz-nascimento>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

36. Uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) na década de 1980, em Belém, e uma das idealizadoras da Marcha das Mulheres Negras, que ocorreu em Brasília (DF), em 2015. Mais sobre ela em: <<https://www.geledes.org.br/tag/nilma-bentes>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

37. Referência em ações de garantia e ampliação de direitos das mulheres, jovens e da população negra em geral, é socióloga e ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia. Recebeu a medalha Zumbi dos Palmares (2016). Sobre ela, ver: <<http://vilmareisativista.blogspot.com>>. Acesso em: 14 ago. 2018

[...] Acho interessante que existam intelectuais negras brilhantes que têm uma produção importantíssima, não necessariamente sobre a questão racial – uma produção em diversas áreas, na Astronomia, Astrofísica. E que bom! E existem aqueles intelectuais, sobretudo do campo que eu parto, que são ativistas e que entendem a importância de fazer a luta política também dentro da academia e em outros espaços em circulamos. De fato, é uma luta por direitos humanos. Até porque estamos lutando para alargar, inclusive, o conceito de humanidade, já que nem sequer fomos incluídos nesse conceito de humanidade. Pensar, também, direitos humanos na prática, nos movimentos sociais, nas lutas históricas que vêm sendo feitas e não só pelo viés das organizações, que são importantes, claro, eu encaro como algo fundamental. E, de fato, **ao fazer essa dialética e não vendo uma dicotomia entre teoria e prática, acabamos ficando num lugar de cobrança e de cansaço, muito também por essa construção histórica da mulher negra como guerreira e inerentemente forte. E que é uma construção racista, até porque tivemos que ser fortes para sobreviver por conta da ilegalidade do Estado e dessa naturalização da força, que também recaiu sobre o homem negro.** É um dos argumentos que eles usam pra dizer, enfim: “Vocês são da força física bruta e não pra pensar”. Mas, de fato, é necessário discutir isso, a questão de humanizar, também, essas intelectuais ativistas, que são pessoas, não são seres com superpoderes e que cansam e que não têm como dar conta de tudo. Importante também saber dizer não, entender nossos limites e relações, mas é também importante mudar o olhar das pessoas sobre nós, que muitas vezes acham que a gente é “Wikipreto”. “Ah, o que você acha disso?” Sei lá, a gente tá no bar, bebendo cerveja. Então, tem que entender esse lugar, acho que é importante, nós também amamos, também fazemos outras coisas.

[...] Quando perguntam do futuro eu não consigo pensar. **Um país que nem sequer conhece sua memória, seu passado, e que ainda não entende o quanto esse passado está ligado diretamente às exclusões que a gente sofre no presente... Eu acho muito difícil pensar o futuro. Acho que o caminho, de fato, é entender como essa sociedade foi estruturada historicamente na base da violência, entender quais são as consequências disso, para que possamos, inclusive, pensar de fato em um projeto de nação, já que não somos uma nação, temos vários brasis.** Obviamente, tudo o que foi feito historicamente reproduz muito no que vivemos hoje, mas se em 2018 ainda estamos passando por tantos problemas como hoje... Em 2018, Lélia Gonzalez ainda não é estudada nos cursos de Sociologia, Clóvis

Moura não é estudado nos cursos de Sociologia e Ciências Sociais nesse país. Se ainda hoje Luiza Bairros não é estudada, ainda há um movimento necessário para valorizar muita coisa que já foi feita, para dar visibilidade a isso, uma oportunidade, porque assim vamos oportunizar o futuro. Porque senão, sem essas oportunidades concretas, como vamos pensar um futuro? Precisamos investir no hoje, resgatar o passado, para que possamos ter escolhas. Acho que o debate acaba sendo muito centrado no fato de que não temos escolhas num país ainda estruturado pelo racismo e pelo machismo. Então, se não podemos sequer escolher, não entendo como pensar o futuro, se não oportunizar, não pensar as desigualdades concretas, não enxergar a nossa realidade como ela é e pensar de fato condições e possibilidades para que possamos avançar.

Quais as características da produção intelectual negra no Brasil? Quais são seus efeitos na construção histórica sobre a escravidão e as leituras sobre racismo?

AMILCAR PEREIRA é professor da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

AMILCAR PEREIRA Boa tarde. É muito bom estar aqui com vocês neste dia. Já aprendi bastante. A Sueli falou que eu era a geração mais jovem, que tinha que falar pelo Flávio Gomes. Não vou falar pelo Flávio, mas tenho a responsabilidade de ocupar esse pequeno espaço. Pensei, inclusive, em um diálogo com a produção do Flávio e, também, com algo que publiquei num artigo alguns anos atrás e que tem sido, de certa forma, a minha agenda política e intelectual, como professor da UFRJ. Estou atuando como professor na UFRJ há quase dez anos. Hoje estou na coordenação da Pós, tenho muitos alunos de mestrado e doutorado, mas atuo lá já faz bastante tempo, sempre com essa agenda político-intelectual, muito influenciado por outros historiadores, como o próprio Flávio Gomes e a Hebe Mattos, que foi minha orientadora de doutorado na UFF [Universidade Federal Fluminense]. Eles dizem muito, os historiadores – esses dois, assim como muitos outros –, sobre a questão de **que não conseguimos entender o Brasil sem entender o fato escravista, nas suas diferentes dimensões. O quanto o fato escravista foi estruturante do que somos como sociedade, no âmbito da política, da cultura, da economia. Isso é algo dito por historiadores há muito tempo.** E o Flávio organizou um livro com João Reis, no final da década de 1990, um livro que já se tornou clássico na historiografia, chamado *Liberdade por um fio*³⁸, e nessa obra eles começam dizendo que onde houve escravidão houve resistência.

38. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Onde houve escravidão, onde houve a subalternização, a opressão, a dominação, houve luta – e diferentes formas de luta, diferentes perspectivas. Mais ou menos me articulando com a fala do Edson Cardoso, que abriu este evento, toda essa produção de resistência, de luta, é historicamente invisibilizada, embora esteja aí. **Se conseguirmos estabelecer uma mudança de olhar, se entendermos que a escravidão aconteceu no Brasil todo, do Oiapoque ao Chuí, durante mais de 300 anos, sendo estrutura do que somos como sociedade, nas suas diferentes dimensões; e se onde houve essa escravidão, do Oiapoque ao Chuí, houve resistência, até que ponto essas resistências, essas lutas, essa produção intelectual, na produção de comida, na produção, enfim, em geral na sociedade, até que ponto essa produção de resistência e de luta também não nos estrutura como sociedade?** Sabemos muito pouco sobre isso.

Eu sempre lembro a história da Jéssika, que me marcou profundamente: ela é a primeira geração [da família] na universidade, entrou em 2006, ainda antes das cotas. Moradora da Favela da Pedreira, na Pavuna, que é um lugar muito difícil, um dos piores IDHs [Índice de Desenvolvimento Humano] do Rio de Janeiro. Aluna de História, foi ser minha aluna em 2010, no final da graduação em Licenciatura em História, e eu perguntei à turma, quase todos brancos, com pouquíssimas exceções, entre elas a Jéssika: “Quem conhece Luís Gama, aqui?”. E ninguém conhecia o Luís Gama, nem a minha aluna negra, que, com muita dificuldade, tinha chegado até a universidade e já estava ali perto de terminar o seu curso e se tornar professora de História. E ela nunca tinha ouvido falar em Luís Gama. Apresentei, muito brevemente, alguns aspectos da trajetória, que é brilhante, quem conhece, quem atua na Justiça e certamente conhece esse grande abolicionista, que conseguiu libertar mais de 500 pessoas, atuando na Justiça sem ser advogado formado, era como um rábula, na época – uma pessoa absolutamente brilhante. Ele libertou mais de 500 pessoas só em São Paulo, quer dizer, a dimensão disso é impressionante. Inclusive, eu não entendo de Direito, especificamente, mas imagino que ele tenha ajudado a produzir jurisprudência, a produzir uma série de elementos, ao atuar e ser tão bem-sucedido nessa atuação, numa sociedade extremamente racista. Luís Gama atuou no final do século XIX, antes da abolição, e morreu em 1882. Então, sua trajetória e tantas outras histórias... Porque Luís Gama é um dos exemplos.

Enquanto eu fazia doutorado, em toda oportunidade que eu tinha de participar de um evento, em algum lugar do Brasil, eu sempre aproveitava para ir

aos arquivos. Fui ao Arquivo de Porto Alegre, fui ao Arquivo Público do Recife, sempre com essa história do Luís Gama e dessa minha aluna, e pelo fato de ninguém conhecê-lo. Eu ia aos arquivos e, com a ajuda dos arquivistas, sempre procurando quantas petições por liberdade foram implementadas naquele espaço territorial, a partir da lei de 1831, que teoricamente aboliu o tráfico atlântico. E havia dezenas e dezenas, em cada arquivo que eu fui, muito longe de São Paulo. Quer dizer, a ação do Luís Gama não foi isolada. Foi algo que repercutiu e que, de certa forma, também se alimentou de outras estratégias no âmbito da justiça para a obtenção da liberdade das pessoas escravizadas. Esse é um exemplo no âmbito da justiça. **Não sabemos até que ponto a ação dessa população negra na luta, produzindo conhecimento, produzindo estratégias, foi estruturante para o que é a Justiça brasileira.** Se levarmos isso para todos os âmbitos da sociedade, para todas as possibilidades que nos formam como sociedade, podemos estabelecer uma agenda para além da pesquisa. **Porque esse é o grande barato: compreender, ou buscar compreender, o quanto a ação da população negra é formativa para nós como sociedade, em termos de luta e de resistência. É uma luta histórica, como já disse o Douglas Belchior, para que essas histórias, para que essa produção intelectual chegue à educação. Porque a educação é um espaço não só de sociabilização, mas também de formação, de perspectivas, de visão de mundo, de lidar com o conhecimento e com epistemologias,** como disse a Djamila Ribeiro muito bem. **É um espaço fundamental para transformar sua realidade e a realidade da sociedade como um todo.**

Ontem, terminei um artigo, mandei pra uma revista e fiquei lembrando do I Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1977, na Colômbia, que teve delegações de vários países, inclusive do Brasil. Abdias Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira³⁹ e muitas outras lideranças brasileiras participaram desse congresso. E uma das recomendações desse Congresso, para todas as Américas, foi rever a história da população negra nas Américas, o quanto a população negra ajudou a formar a América, nos seus vários sentidos. E não só rever, revisar e reconstituir essa história, como levar essa história para a

39. Sociólogo (1924-1980), foi o primeiro autoidentificado negro a entrar na graduação e na pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), em 1968. Nos anos 1970, desenvolveu uma reflexão sobre a situação dos afro-brasileiros em relação ao sistema educacional e à responsabilidade social da academia, especialmente a USP, para com a população negra. Informações reproduzidas do site do Geledés e de artigo de Rafael Petry Trapp, disponíveis em: <<https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/52261/32885>> e <<https://www.geledes.org.br/eduardo-de-oliveira-e-oliveira-sobre-usp-nos-temos-direito-essa-instituicao>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

escola básica e as universidades. Isso é uma demanda do movimento negro em âmbito continental, não só aqui na América do Sul. Também havia representação da América do Norte e de europeus e africanos que participaram desse congresso. E essa foi a segunda recomendação tirada por esses negros em luta, reunidos no I Congresso de Culturas Negra das Américas. **Então, essa tem sido a minha agenda: tentar, na minha atuação como professor, como intelectual, como militante também, tem sido pensar, no âmbito da academia, até que ponto essa luta, essa resistência da população negra nos forma como sociedade.**

Isso não fica restrito ao período da escravidão, podemos estender isso para o pós-Abolição, pensando na luta contra o racismo. Como a luta contra o racismo também é um elemento estruturante do que somos como sociedade. Eu sempre lembro do Amílcar Cabral, que é um teórico fantástico, que produziu em português, e sempre também pergunto [a meus alunos]: “Vocês conhecem Amílcar Cabral?”⁴⁰. Em geral, ninguém nunca ouviu falar, aqui eu imagino que seja bem diferente. Mas o Amílcar Cabral produziu em português e publicou, com muita dificuldade, certamente, mas essas publicações chegaram até nós. No meu grupo de pesquisa na UFRJ, estudamos Amílcar Cabral, principalmente *Unidade e luta*, que é um livro que recomendo muito que todos e todas leiam. Está na internet. **Em *Unidade e luta*, o Amílcar Cabral fala que a luta contra o colonialismo, no contexto da Guiné-Bissau, não é só um fato cultural. Ela é um fato cultural, indubitavelmente, mas também é fator de cultura. A luta produz cultura. E essa cultura transforma a realidade, em diversos aspectos.** A luta contra o racismo, no Brasil, e isso eu tenho visto, de maneira muito objetiva, inclusive, [está presente] no próprio âmbito da universidade. Como eu disse, estou lá há quase dez anos e vi esse processo de transformação.

Márcia Lima, você fala da universidade no final da década de 1990, mas eu entrei em 2009 e meus alunos eram brancos, e dou aula para o curso de História, atuo na Faculdade de Educação, na Licenciatura em História, que não é um curso de maior prestígio, não é um curso de Engenharia ou de Medicina. E a grande maioria dos meus alunos eram brancos. Isso mudou muito. Alguém falou: “Não sei se entraram milhares”. Entraram milhares, sim, porque o que tenho visto na UFRJ é uma transformação. Quando eu dava aulas e fazia pales-

40. Nasceu em 1924, na Nova Guiné e foi assassinado em 1973. Sobre ele, ver: <<https://www.geledes.org.br/amilcar-cabral>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

tras no IFCS sobre as lutas contra o racismo, sobre o meu livro, sobre a história do movimento negro, tinha lá dois, três, quatro jovens negros participando. Fizemos um debate grande em 2009, o Marcelo Paixão colocou no Consuni [Conselho Universitário], ele era o representante da Economia no Consuni, mas não conseguimos. Só conseguimos a cota social, mas tivemos a lei em 2012, a lei federal. Isso impacta diretamente. O IFCS e a Faculdade de Educação, hoje, são muito mais negros do que eram no momento em que me tornei professor, em 2009. Isso é fato e isso vem com uma série de demandas. Amanhã vamos ter uma votação. Eu tenho orgulho de ter participado desse processo muito intensamente. Sem falsa modéstia, tive uma atuação importante nesse processo: vamos votar amanhã, na plenária do Instituto de História, a reforma da Licenciatura. **Até hoje, na Licenciatura em História da UFRJ, não há nenhuma disciplina obrigatória para pensar História da África e as relações raciais no Brasil. Nada. Zero. É a única Licenciatura em História, no Rio de Janeiro, em que há duas disciplinas de História Antiga. Duas disciplinas de História Antiga obrigatórias, todo mundo tem que fazer: uma sobre Grécia e outra sobre Roma. É sério, isso não é mentira, isso em 2018. Nessa proposta de reforma, conseguimos emplacar, na Comissão – isso vai ser votado no IH amanhã –, uma disciplina sobre relações raciais e direitos humanos. E conseguimos colocar outra perspectiva de inclusão da História da África.** Infelizmente, só conseguimos uma obrigatória, mas incluímos a História da África e uma discussão da História do Brasil que, até hoje, não foi feita lá no IFCS. E explica muito a questão do Matheus e da aprovação. São demandas que estão cada vez mais fortes e os alunos organizados em coletivos. A UFRJ vivenciou há dois anos, dois anos e meio, uma situação que eu nunca imaginaria no momento em que me tornei professor lá: **o Encontro Nacional de Coletivo de Estudantes Negros reuniu mais de 2 mil alunos, mais de 2 mil estudantes negros de todo o país, lá na UFRJ, para discutir os rumos desse movimento, que não é hierarquizado, que não tem uma direção, que tem características que não conhecemos muito bem, mas que está se organizando e está pautando uma série de questões internamente e externamente à universidade.**

Tudo isso me leva a outro ponto que eu queria falar com vocês, muito rapidamente, isso graças à Selma, diretora do Baobá – Fundo para a Equidade Racial, que está aqui, que financiou e é parceira num projeto de pesquisa que estou coordenando, com dois alunos meus, um mestrando e uma doutoranda que estuda a produção de uma cultura de luta antirracista no Brasil. Ela tem

feito uma pesquisa muito bacana no doutorado, lá na UFRJ, sobre a produção de uma cultura de luta antirracista, muito influenciada pelo Amílcar Cabral e por essa reflexão dele de que a luta contra o racismo produz cultura. Graças à parceria com o Fundo Baobá, foi possível uma pesquisa muito interessante nesse sentido: estamos tentando compreender o que é o movimento negro que se articula hoje e que estabelece agenda, e que pauta questões na sociedade brasileira. Fizemos um formulário de pesquisa até um pouco grande, com algumas questões abertas, mas com muitas questões de múltipla escolha, e passamos esse formulário pelo Brasil todo, por WhatsApp, e-mail, Facebook. E foi uma coisa muito impressionante, porque passamos esse formulário no dia 12 de março e em 14 de março a Marielle Franco foi assassinada e comecei a receber mensagens: “Amilcar, para de fazer isso, é perigoso”. Como se um formulário de pesquisa pudesse me colocar em situação de risco, em função do que vem acontecendo no Brasil. Tivemos dificuldade, durante algum tempo, inclusive, de receber respostas, e também não fizemos muito alarde sobre isso, em função do clima, que era realmente muito pesado, muito difícil, mas mesmo assim, depois, com ajuda – o próprio Geledés também colocou no site o nosso formulário, o Ceert também ajudou na divulgação –, conseguimos fazer o formulário circular por todo o Brasil. Recebemos, ao final de um mês e meio de circulação do formulário, 258 respostas, e de fato do Brasil todo. O estado que menos contribuiu foi Roraima, com 5 respostas. Temos hoje dados, que ainda estamos analisando, de perspectivas e de estratégias adotadas por esse movimento negro, em todo o Brasil. Estamos entrando em uma segunda fase esta semana, e vamos entrevistar algumas pessoas. Não vai dar pra entrevistar os 258, obviamente, porque somos três pessoas e mais o Amauri Mendes Pereira, que está atuando como consultor no projeto e tem ajudado muito.

Eu queria ressaltar um dado pra fechar minha fala, um dado que tem a ver com tudo o que eu disse até aqui. Fizemos duas questões nesse formulário: uma pensando e perguntando aos respondentes, ao movimento negro de maneira geral, qual seria a luta mais urgente, hoje, para o movimento negro. E demos algumas opções deixando uma resposta aberta no fim. O respondente podia responder [usando as opções apresentadas por nós] e também contribuir com alguma outra que não tivéssemos pensado. Então, qual seria a luta mais urgente? A pessoa podia responder mais de uma coisa, então a soma dos números não dá 100% porque eles podiam marcar duas alternativas, três e ainda acrescentar sua opção. Mas eu achei muito interessantes as respostas.

Para o movimento negro, dos 258 que responderam, muitos jovens, muitos coletivos universitários negros responderam que a luta pelo fim da violência policial é a luta mais urgente, hoje. A questão do assassinato da população jovem negra no Brasil. 83% respondeu nesse sentido. Perguntamos também qual seria a conquista mais significativa, pensando nessa construção histórica da luta contra o racismo no Brasil, qual seria a conquista mais significativa para esse movimento negro que se organiza hoje, que está na luta hoje. E foi muito impressionante: quase 90% (89,5%) desse movimento negro diz que a maior conquista são as cotas para negros na universidade. Isso veio de universitários e de pessoas que não têm sequer Ensino Médio respondendo, enxergando que a grande conquista desse movimento social hoje são as cotas. E outra coisa, que tenho falado sempre, desde que fechei os dados, foi uma das primeiras coisas que observei: tanto como luta mais urgente quanto como conquista mais significativa, em segundo lugar vem a Lei n. 10.639/03. Como luta mais urgente para 76% do movimento negro e como conquista mais significativa para quase 80% das pessoas que responderam. O que é a Lei n. 10.639/03? É a lei que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira em todas as escolas do Brasil. É a resposta à demanda de 1977 do I Congresso de Cultura Negra das Américas, ou da Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado, que quase todo mundo aqui conhece bem. Em 1978, na luta contra a ditadura, a Carta de Princípios do Movimento Negro traz essa frase: pela reavaliação do papel do negro na História do Brasil. A Lei n. 10.639 traz essa possibilidade, tem o potencial de mudança cultural, inclusive, de apresentação de outras epistemologias e de possibilidades de romper com algo que caracteriza a história do Brasil, que é o eurocentrismo. **A educação no Brasil é eurocêntrica, na sua própria formulação, na própria concepção do sistema educacional brasileiro é absolutamente eurocêntrica. Racista e eurocêntrica. Essa lei tem esse potencial de mudança e um tipo de possibilidade, em articulação com a pesquisa, com essa produção intelectual que tem sido produzida historicamente. Quando isso chegar às escolas, temos o potencial de transformar a sociedade.** Sem entender a educação como panaceia, sabemos disso. Paulo Freire já dizia, há muito tempo, que a educação sozinha não transforma, mas sem educação, tampouco, essa transformação é sólida e de fato transformadora. É eficiente, no sentido de ser perene, de permanecer. **Então, a mudança cultural, lá no Amílcar Cabral,**

Frantz Fanon⁴¹ e uma série de outras lideranças que nos influenciaram, que nos ajudaram a pensar o mundo, a enxergar o mundo, eles já diziam que a mudança pela educação e pela cultura é a mudança que de fato permanece, que é perene nas construções sociais. E para o movimento negro, hoje, em segundo lugar, está tanto como luta mais urgente quanto como conquista significativa essa demanda que já é histórica, que vem do início do século XX, que se ressignifica, que se rearticula em diferentes momentos, mas que diz respeito à transformação da educação através de uma nova história, através dessa produção intelectual da população negra nas diversas áreas, para que seja possível influenciar a transformação da nossa realidade. Enfim, acho que era isso o que eu tinha pra dizer.

[...]

No meu grupo de pesquisa hoje, tenho 10 mestrandos e doutorandos (são 6 mestrandos e 4 doutorandos). São 9 negros, a maioria de mulheres negras. Isso é uma das coisas que mais me impulsiona, hoje, como sujeito ativo nessa sociedade, como intelectual, como professor, como cidadão, como militante. É essa rapaziada que está chegando na pós-graduação, com muitas dificuldades, mas com muita luta, com muita positividade, com perguntas diferentes, com questões que me mobilizam, que as mobilizam, mas diferentes do que acontecia antes. E isso me leva a pensar em algo que a Márcia Lima falou, sobre a importância de professores negros, como ela era um ponto fora da curva. **Meu grupo é um grupo de estudos e pesquisas em educação antirracista, cujo nome, Aya, significa resiliência, resistência na cultura Ashanti. E um aspecto que acho muito interessante, que é “fazer bem-feito”. Resistir, com resiliência, com força, mas fazer bem-feito. É a samambaia, aquela que resiste com falta de água, com todas as dificuldades, e permanece bela. Cresce e permanece bela. É um espaço de produção do conhecimento, em pesquisa, em educação, em estratégia.** Estamos montando no segundo semestre de 2018 um curso de extensão que vai ser gratuito para professores da rede pública. É um espaço raríssimo na UFRJ, mesmo hoje. E poderia ter ganhado um colega agora, o Matheus Gato, lá

41. Psiquiatra, filósofo, cientista social e militante anticolonial (1925-1961). Sua obra influenciou movimentos políticos e teóricos na África e Diáspora Africana e é hoje referência nos estudos culturais e pós-coloniais. Sobre ele, ver diversos textos disponíveis em: <<https://www.geledes.org.br/tag/frantz-fanon>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

nesse último concurso, que foi pensado com uma cota. Uma vaga, das três, para cotas. Mas são pouquíssimos esses espaços. Os alunos me dizem isso o tempo todo, que o grupo é um bálsamo, é um espaço que eles mesmos não imaginavam, porque nos ajudamos, todo mundo está junto, produzindo conhecimento, se articulando, inclusive com a parceria fantástica do Fundo Baobá, porque um dos meus estudantes não ganha bolsa e está sobrevivendo graças ao financiamento que o Baobá deu pra pesquisa. Ele trabalha na pesquisa comigo, está lá sobrevivendo e produzindo e lutando, na resistência, com resiliência, com qualidade. **Me faz pensar na necessidade de mais professores negros nos espaços de poder, que são as universidades, produzindo possibilidades para que essas pessoas que se organizam em coletivos, que estão na luta, permanecerem na universidade da melhor forma possível. Para que as pessoas possam continuar e, mais do que isso, que tenham qualidade de vida, que sejam também felizes nessa luta, produzindo, se articulando.**

WINNIE BUENO é iyalorixa, pós-graduada em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), ativista dos movimentos negro e feminista.

[WINNIE BUENO] O doutor Amilcar Pereira nos traz outra perspectiva. Também podemos chegar à conclusão de que continuamos, desde as irmandades, desde os clubes negros, reivindicando reconhecimento a partir da educação institucional. Conseguimos avançar de fato, se esse continua sendo

o centro da nossa reivindicação? E pensando o óbvio, é inegável que há, sim, uma mudança no tecido social da universidade a partir das políticas de ações afirmativas de cotas raciais, mas também existe um esforço coletivo. Há um esforço coletivo que se dá, também, pela juventude na internet. Quebramos uma série de barreiras, no que diz respeito à aquisição de conhecimento de pesquisadoras negras, a partir da internet. A internet nos proporcionou chegar em Patricia Hill Collins⁴², Angela Davis, mesmo em inglês. E aí, como a Djamila Ribeiro trouxe, tem alguém que traduz, e aí fazemos uma tradução coletiva, que não é muito boa, mas já dá pra avançar. Existe um esforço coletivo muito grande feito a duras penas também, e que é histórico.

Outra questão que eu queria pensar coletivamente é a formação do conhecimento para fora da institucionalidade educacional. Sou fruto de uma geração do movimento negro em que as mães levavam suas filhas para as reuniões e tinha escola para as crianças no movimento negro. Então, eu tenho educação de terreiro e educação de movimento negro, que é completamente diferente de quando eu ia pra escola. Quando eu ia pra escola, numa escola que só tinha brancos (eu estudava em escola particular, minha mãe fez isso com a gente, fez essa escolha), o sofrimento educacional era muito grande. **É essa dupla consciência, da qual a Patricia Hill Collins fala, de estar ao mesmo tempo em contato com a educação de terreiro e com a educação do movimento negro, que fazia com que eu soubesse, desde muito pequenininha, que esse sofrimento não era natural, que esse sofrimento tinha um porquê. Então, pra quase toda a minha geração, a escola pouco nos preparou. Ao contrário, nos provocou uma série de sofrimentos e a academia continua fazendo isso. Na academia, é recorrente [a quantidade] de pessoas negras que desiste. Elas desistem do mestrado, desistem do doutorado e desistem das formas mais violentas possíveis. Desistem tirando sua própria vida, ou desistem saindo.** Porque não dão conta do que é o sofrimento acadêmico, do que é ser negro num programa de pós-graduação, do que é ser um negro na graduação. Não é incomum termos notícias de jovens negros que se suicidam no processo da universidade. Acho que isto, também: pensar quantas universidades têm financia-

⁴². Socióloga norte-americana, feminista, professora da Maryland University. Desenvolve pesquisas sobre raça, pensamento feminista e teoria social. A respeito da relevância dela para o ativismo intelectual de mulheres negras, ver: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/03/08/a-relevancia-de-patricia-hill-collins-para-o-ativismo-intelectual-de-mulheres-negras>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

mento para ter uma cátedra específica pra pensar projetos de intelectualidade negra, pra pensar epistemologia negra, pra pensar produção de conhecimento e que tenham programa suficiente pra ajudar essas pessoas que estão passando por situação de sofrimento acadêmico a sair disso, com psicólogo para acompanhar essas pessoas. **Porque temos uma política de ação afirmativa que, sim, é muito importante, mas todas as políticas que eram anexas a essas, e que o movimento formulou – o movimento negro formulou essas políticas –, não foram implementadas.** Não tem permanência. Estamos na universidade sofrendo. Mesmo articulados em coletivos de negros e negras, mesmo com alguns brancos parceiros, sofremos muito para terminar uma graduação, para terminar uma pós-graduação.

PARTE III

Direito da antidiscriminação e justiça interseccional

DENISE DORA é advogada, sócia do Dora, Azambuja & Oliveira e cofundadora e diretora-executiva da Themis - Gênero e Justiça.

IDENISE DORA] Durante o processo de construção do debate de hoje, o tema do Direito apareceu com muita força e, curiosamente, apareceu também como uma demanda da Sueli Carneiro. Esse é o tema sobre o qual temos debatido desde o processo constituinte, e seria interessante avaliar e debater o momento em que estamos. Nós discutimos dados sobre a organização de leis e de sistemas de Justiça no Brasil, como podemos repensar algumas estratégias. Eu queria pontuar algumas questões que, durante esses 30 anos de novo momento democrático no país, envolveu um conjunto de iniciativas de igualdade, de direitos, de denúncias da discriminação no ambiente do Judiciário. Começando exatamente em torno do processo constituinte, para inserir na Constituição Federal alguns elementos fundamentais de organização do Estado.

Acho que o Edson Cardoso trouxe o tema do preâmbulo, que é encharcar, permear toda a Constituição Federal com princípios de igualdade, de discriminação, a ideia do racismo como inafiançável, um capítulo todo sobre igualdade. Nas relações de gênero, igualdade e direitos iguais para homens e mulheres dentro da família; noções contra a violência familiar e doméstica; a questão da demarcação de terras indígenas e, inclusive, o artigo 38 das Disposições Transitórias, que trata da questão dos remanescentes de quilombos. A própria Constituição contém um conjunto de elementos que poderia reorganizar a ordem jurídica do país, no sentido de maior igualdade. A sociedade civil, que produziu uma inteligência, um conjunto de pro-

postas, para dentro da Constituição Federal. Ela segue num esforço de implementação.

Não por acaso, boa parte das organizações não governamentais vem de 1988: o Geledés, o Ceert. São organizações criadas para implementar, tentar aplicar aquele conjunto de preceitos constitucionais que foram criados. E algumas experiências, nesses 30 anos, são emblemáticas. Acho que uma delas é a questão dos Racismo, que é feito no Geledés, para atender pessoas que trazem denúncias de discriminação, racismo, violência racial. Pensar como o Direito poderia ser um ambiente em que essas denúncias fossem endereçadas, visibilizadas e reparadas. Outra experiência fundamental é o Ceert, que exatamente depois da Convenção 111 da OIT sobre igualdade no ambiente de trabalho, reflete sobre como os ambientes de trabalho poderiam ser repensados a partir de um novo marco normativo. E isso com litígio estratégico, com uma educação jurídica.

Temos as experiências de empoderamento legal com mulheres, também a partir do conhecimento das leis, que resultou num programa de promotoras legais populares, que existe no país todo, com diferentes versões, e que há 35 anos acontece regularmente. Existiram muitas iniciativas de litígios em casos que envolviam cotas, ações afirmativas. Esse conjunto de iniciativas levou também a se pensar esse processo de embate de cotas, os programas de ações afirmativas no Brasil, a ideia de que, em algum momento, essa disputa ia acabar no Supremo Tribunal Federal. Então, quando se levanta a vitória no Supremo como o momento emblemático de uma luta, é muito importante dizer que isso levou dez anos para ser construído, desde a Conferência da ONU sobre Racismo⁴³. A ideia de que esse debate ia ter uma chancela ou não na suprema corte, no STF, era presente no ativismo antidiscriminatório. E o processo de construção dessa estratégia, para ter uma decisão importante de um poder da República que é o Judiciário, demonstrou sua capacidade de influência geral, uma repercussão geral para a sociedade brasileira. A pergunta que colocamos para a Thula Pires e para o Roger Raupp hoje é: como fazemos? Porque **esses 30 anos de SOS Racismo, de litígio estratégico, de educação jurídica popular, não levou necessariamente a uma virada consolidada, nem na sociedade. Uma boa vitória antirracista não significa que as pessoas vão deixar de fazer as mesmas coisas, de novo, e de novo, e de**

43. III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em 2001 na África do Sul.

novo. Quantos casos existem de programas de televisão absolutamente horrorosos de perseguição (em especial religiosos) de forma afrontosa? Já tivemos muitos processos, várias decisões judiciais e isso não repercute, não previne a continuidade das relações. Os programas de habitação popular obviamente tiveram um belo impacto, podemos medir isso, mas devem ser permanentes e renovados, e renovados, e renovados. E a decisão do STF de 11 a o representou, também, um momento do Brasil em que havia um governo favorável às cotas. O caso era muito bem trabalhado, era um caso contra a UnB, que é uma universidade de prestígio no Brasil, e que tinha uma resolução muito boa, que era muito defensável. Sabemos que as cortes pendulam, dependendo de onde está o poder, então se esse caso fosse hoje ganharíamos no STF? **O ambiente do Direito é um ambiente de luta, é um ambiente em que muitas vezes, quando avançamos, conseguimos consolidar vitórias porque damos um passo. Mas, como todos, também é um ambiente de disputa. E também é um processo.** Nossa intenção era que vocês pudessem atualizar essa discussão para nós e remetê-las a novas estratégias.

[...]

Teve uma avaliação da Lei Maria da Penha pelo Mapa da Violência. O assassinato de mulheres em situações de violência doméstica não diminuiu no Brasil com a Maria da Penha, mas a proporção do crescimento diminuiu. Então, quando se analisa como diminuiu essa proporção, onde essa proporção diminuiu, na verdade reduziram os falecimentos de mulheres brancas e aumentaram os homicídios contra mulheres negras. Fica uma pergunta muito forte, que é a seguinte: a lei, ela teve uma eficácia como política de segurança e proteção do Estado para mulheres brancas. Então, esse é um exemplo de como a lei pode proteger a vida de alguém, realmente. Mas, ao mesmo tempo, ela piorou a vida das mulheres negras, aumentou o número de homicídios. E aí a pergunta que se faz o tempo todo é “Por quê?”. Uma das hipóteses [que eu levanto], por trabalhar muito com as promotoras legais populares, é que a mulher negra acredita na proteção, ela acredita na lei. Como a Lei Maria da Penha é a lei mais conhecida do país, ela pensa: “Sei lá, essa serve pra mim, também”. E aí essa mulher negra vai à delegacia de polícia fazer um boletim de ocorrência e começa uma negociação da polícia com essa mulher negra, que mora no mesmo lugar que o chefe da venda de maconha. Então, a polícia começa a negociar com

essa mulher negra se ela vai informar o que está acontecendo com a família dela, com o primo dela, com não sei quem mais. Então, é de uma perversidade, porque aí aparece o racismo estrutural ou institucional. Em vez de oferecer proteção, o Estado brasileiro oferece como contrapartida àquela mulher uma situação de maior vulnerabilidade, porque ela foi até lá e falou que gostaria de registrar ocorrência e muitas vezes a polícia não registra, porque não quer contar que ela esteve lá, porque está tentando aliciar ela pra ser informante, pressionar ela para não sei o quê. Ou simplesmente ignora a queixa. A mulher volta pra casa numa situação de maior vulnerabilidade. Se ela avisou [ao agressor]: “Ah, é? Vou lá na polícia te denunciar”, quando ela volta a situação está em outro nível de escala de violência. E isso produz um número maior de assassinatos.

Como a Thula Pires e o Roger Raupp disseram: precisamos saber mais sobre esse plano do Direito, como ele opera. No Direito racializado nesse nível como é do nosso país. Mas observando empiricamente, caso a caso... Fizemos então um teste em Porto Alegre: pegamos uma região, que é a Restinga, e criamos um serviço comunitário com as promotoras, e daí orientamos [as mulheres agredidas] a não irem à polícia: “Aqui está a lei, a lei diz isso, você tem esse, esse e esse direito, e não vá à polícia”. Se é pra fazer, quer mesmo sair de casa, está podendo, como podemos ajudar? E vamos direto na guarda, no juizado. Ela pode também pedir a protetiva lá e fazer outro movimento pra gente testar e ver o que está acontecendo. E tem sido uma experiência bem interessante, a partir exatamente do que a Thula falou. É outra forma de ressignificar uma lei que é ruim, porque na hora de operar, ela opera perversamente contra as mulheres. Então, como é possível ressignificar essa lei, criando alguns outros mecanismos de proteção.

Quais são os limites do Direito? Quais são os efeitos da interseccionalidade como ferramenta para construir estratégias de equidade racial e de gênero? Como apoiar um novo ativismo, atualizando formas de lidar com o Direito e as relações raciais?

THULA PIRES é professora nos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio) e coordenadora adjunta de graduação no mesmo curso.

[THULA PIRES] Boa tarde. É um presente estar aqui com vocês nesta tarde, nesta manhã, neste dia inteiro. Acho que faz muita diferença ter esses espaços, esses encontros. E eu estava conversando com a Denise Dora sobre as perguntas que orientariam minha conversa com vocês e dizia que **só faz sentido pensar em ações estratégicas com o uso do Direito (usar o Direito contra o Direito) se estamos pactuados com as limitações desse campo.** Acho que muito já foi falado aqui das nossas estratégias históricas do uso desse Direito contra o Direito – Luís Gama e outras experiências correlatas são exemplificativas disso. A gente também sabe fazer isso. Mas, pra mim, só faz sentido pensar nesses usos estratégicos quando pelo menos promovemos um acordo sobre as limitações desse lugar. De que maneira o Direito foi construído, em cima de que se sustenta? Portanto, quais são as barreiras que já estão colocadas para nós desde já, quando atuamos nesse lugar, quando estamos diante desse campo? E por isso começamos pelos limites.

Começamos essa conversa falando de desumanização, e é desse processo de desumanização que eu queria partir. **Pra mim, só faz sentido pensar o Direito entendendo que a linha que divide a zona do ser e a zona do não ser impacta diretamente na construção desse Direito, e portanto, na construção de quem vai ser o sujeito de direito, qual vai ser o perfil através do qual toda a engrenagem jurídica vai se constituir. Como o Edson Cardoso falou pela manhã, as implicações dessas representações sobre o humano vão definir um lugar de**

proteção, que não nos diz respeito, que não nos acolhe. Portanto, pra mim, não é mais o momento de falarmos de violação de direitos, nem de inefetividade das normas. O que a gente vivencia, o que a gente experienciou até agora, foi a mais bem-acabada aplicação do Direito, nos termos em que ele foi construído para atuar e para os sujeitos para os quais ele foi pensado para funcionar. Não é uma questão de inefetividade. Simplesmente, as nossas categorias jurídicas foram pensadas para a *zona do ser* e não para a *zona do não ser*. Portanto, tudo aquilo que é colocado na roda – e estou falando não apenas do ponto de vista de elaboração da norma, do ponto de vista legislativo, mas principalmente do processo de aplicação – tem relação com as experiências de violência que atuam episodicamente sobre a *zona do ser*. **E na nossa realidade (da *zona do não ser*) a violência é a norma e a legalidade não chega. Sabemos que a forma de composição de conflitos na *zona do não ser* não se dá sobre a legalidade, mas pela violência, sobretudo pela violência de Estado. E não vamos conseguir construir muita coisa se não tivermos coragem de entender que precisamos produzir um esforço de autoinscrição e, portanto, construir categorias jurídicas a partir do lugar onde estamos, capazes de responder ao tipo de violência que sofremos.** A Lei Maria da Penha é um exemplo muito significativo disso. Porque durante um tempo imaginamos que era a possibilidade ou não, o acesso ou não aos processos de elaboração normativa que poderiam influenciar mais diretamente o conteúdo dessas normas. A própria elaboração da lei contou muito com a contribuição das mulheres pretas que estão aqui presentes, num esforço inacreditável para que aquela norma tivesse o resultado que teve.

A questão é que nas disputas, nas tensões políticas, e no momento dos recursos escassos, o que fica nas normas – na verdade, o que sai do conteúdo normativo – são exatamente aqueles aspectos que possibilitariam a sua efetividade entre nós. E não é por acaso que a Lei Maria da Penha responde muito mais à proteção às mulheres brancas e nenhuma pra nós, ou muito pouca pra nós, ou muito residual pra nós. E, não por acaso, impactou significativamente no aumento da mortalidade de mulheres negras. Quanto à ADPF 186 [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] no Supremo, sobre as cotas, não consigo ver com o mesmo entusiasmo de vocês. Porque, pra mim, tem aí o desenho muito nítido de um movimento do Supremo de que algumas forças e conjunturas políticas produziram o 11 x 0, mas eles fizeram questão de demarcar, nos argumentos dos votos, que nós não vencemos. Então, não temos 11 votos favoráveis à política

de ações afirmativas. O voto do Gilmar Mendes, por exemplo, é um voto difícil de entender como favorável, porque não tem nenhum argumento dele que seja favorável às cotas.

Aqui no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, observamos os processos movidos contra a política de cotas da UERJ⁴⁴ e o resultado final quantitativo é de que ganhamos boa parte das ações. Sabem qual foi o argumento de boa parte das ações ganhas? Eles faziam conta: as pessoas que entravam com a ação eram pessoas brancas que diziam que não tinham entrado por causa do sistema de cotas e que, por isso, queriam anular o sistema. Os juízes, para dar uma decisão desfavorável a essas pessoas, faziam conta e o argumento final da sentença era: “Você não teria passado, mesmo se não tivesse o sistema de cotas”. Essa não é uma decisão favorável às ações afirmativas, ainda que num olhar quantitativo tivéssemos um número significativo de vitórias em relação às ações movidas contra a política de ações afirmativas. **Acho que a possibilidade de avançar na mobilização do Direito para o enfrentamento do racismo e para a promoção da igualdade racial pressupõe o esforço de pensá-lo a partir da zona do não ser. Pra mim, só faz sentido pensar desse lugar, e a partir daí acho que precisamos avançar em ações estratégicas.** O que fazemos até lá: olhamos pra trás e aprendemos com os mais velhos como usar o Direito contra o Direito e conseguimos vitórias pontuais. Eu não tenho problema nenhum com isso. Problema nenhum de consciência em relação a isso. O avanço está exatamente em produzir esse esforço de autodefinição, de autoinscrição⁴⁵. **Como criar categorias jurídicas que deem conta de um sujeito de proteção que tem um corpo e uma experiência parecidos com os nossos e que, portanto, perceba a violência num contexto muito mais próximo do nosso?** Não é por acaso que, se compararmos as constituições que mais dizem respeito à nossa formação nacional – as mais conhecidas, como a Revolução Francesa e a Constituição posterior a ela, a Revolução da Independência dos EUA e a Constituição estadunidense, que são aquelas que mais influenciaram a dogmática constitucional brasileira –, vemos que elas forjaram um constitucionalismo que tem um modelo de Estado que se vê como alternativa a um regime [o Antigo Regime] que nunca foi um problema do tipo do nosso.

⁴⁴. Thula Pires e Kamila Mila. “As ações afirmativas de corte étnico-racial pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2002–2013)”, *O Social em Questão*, vol. 32, p. 19–38, 2014.

⁴⁵. Achille Mbembe. “As formas africanas de auto-inscrição”, *Estudos afro-asiáticos*, vol. 23, n. 1, p. 171–209, 2001.

E temos a Constituição Escrava. **Temos a Constituição pós-revolução escrava no Haiti, que responde muito mais ao tipo de problema que tínhamos a enfrentar ao fundar a nação brasileira, que é o projeto colonial. E essa Constituição, por exemplo, tem um elenco de direitos fundamentais completamente distintos da Declaração Francesa, da Declaração Estadunidense e da Declaração Inglesa. Óbvio, porque a experiência de violação e de violência é tão brutal que a capacidade de pensar a liberdade é muito mais alargada, e ela pode ser capaz de dar conta do mundo que herdamos.** Então, imagino que é nesse lugar que podemos avançar.

Em relação aos efeitos da interseccionalidade como ferramenta para construir estratégias de equidade racial e de gênero, acho que aqui não é lugar pra fazer esse tipo de observação, tanto Djamila Ribeiro como Márcia Lima já tinham citado isto: não estamos falando nem de política de identidade, nem de atributo de diferença, estamos falando de posição social, com cada um desses marcadores. Parece-me que o potencial da imbricação para pensarmos equidade racial é exatamente o fato de que precisamos, a partir de agora, ter muito mais responsabilidade, não só com as categorias que centralizamos, mas principalmente com aquelas às quais renunciamos. **Vivemos uma trajetória em que a centralização da classe, por exemplo, foi muito evidente em determinados contextos, e a lateralização da raça, a lateralização do gênero, a lateralização da sexualidade não foi nomeada. Mas isso implica, isso diz coisas. E a imbricação das categorias, a interseccionalidade, tem o potencial de não só nos obrigar a analisar esses contextos através dos atravessamentos entre cada um desses marcadores, mas de fazer entender de maneira um pouco mais complexa como as violências são vivenciadas. Centralizar a raça como categoria implica entender melhor como o patriarcado funciona, como a cis-heteronormatividade funciona e como a luta de classes funciona.** Assim como entender o capitalismo nos ajuda a perceber qual é sua relação com o racismo, o patriarcado e a cis-heteronormatividade. Acho que tem aí um potencial para construir uma equidade racial que seja capaz de dar conta da complexidade das violências que sofremos. Porque vivenciamos contextos de violência muito distintos a partir do lugar de desumanização a que estamos submetidos, dependendo do atravessamento que a gente tem. Precisamos ter resposta a isso, pra não cometer os mesmos erros.

Quanto à última pergunta, a mais desafiadora, sobre como apoiar um novo ativismo, atualizando formas de lidar com o Direito e as relações raciais...

Pensando um pouco em qual seria a possível contribuição do Instituto Ibirapitanga, me parece que é exatamente a possibilidade de não ter as amarras das agências de fomento e das universidades na construção dessa autoinscrição, na produção dessa autoinscrição. A Sueli Carneiro já nos ensinou o suficiente sobre o epistemicídio e seus impactos nas possibilidades e impossibilidades de produção e autoinscrição. E o racismo institucional do sistema de Justiça opera nos mesmos termos. É muito difícil imaginar que vamos conseguir financiamento, tanto da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] ou de qualquer outra agência de fomento para a produção de conhecimento, a partir de uma matriz não hegemônica. Difícil também imaginar acordos com o sistema de Justiça que nos permitam colocar na roda, para a produção normativa, outros atores secularmente invisibilizados e que quando atuam politicamente têm suas falas mediadas por não serem reconhecidos como testemunhos políticos do nosso tempo. Me parece que o Instituto Ibirapitanga, ao não estar atrelado aos mesmos parâmetros dessas e outras agências de fomento, pode ter a ousadia de reconhecer testemunhos políticos e, portanto, de interpretações do nosso tempo, que venham de lugares que dizem muito mais sobre as violências a que estamos submetidos e, portanto, podem produzir respostas muito mais eficientes e diretas. Um exemplo é o movimento de mães. **Interessa discutir política criminal não nos gabinetes e não a partir dos critérios da Capes. Quero discutir política criminal a partir das mães vítimas de violência de Estado, eu quero discutir política criminal com pessoas privadas de liberdade, porque elas têm muito mais a dizer sobre o efeito desproporcional que a política criminal gera para cada uma delas e para cada um de nós, obrigatoriamente. Vivemos em relação, e se vivemos em relação, o fato de efeitos desproporcionais recaírem sobre determinados corpos implica, necessariamente, que sobre outros corpos há um privilégio, ou um conforto, que é sustentado em cima da violência permanente e constante sobre a zona do não ser. Acho que é fundamental oferecer possibilidades concretas de produção de categorias jurídicas a partir desses lugares. Oferecer possibilidades para que possamos colocar, por exemplo, essas mães em condições de sentar e pensar respostas concretas à política criminal.** Aprender com pessoas privadas de liberdade não só determinados sintomas do momento que vivemos, mas também como pensamos os pactos políticos que sustentam um sistema prisional como o nosso.

Eu sou da área de Direito Constitucional e uma árdua defensora da Constituição de 1988, mas não posso ignorar o fato de que, sob a sua vigência, a gente teve um incremento de 707% de encarceramento, sobretudo de gente preta. Construímos um Estado Democrático de Direito e, portanto, uma ideia de democracia, extremamente acumpliada com os processos de desumanização e hierarquização da nossa gente, ainda que tenhamos feito parte direta da elaboração desses textos e tenhamos conseguido colocar nesses textos uma série de respiros possíveis, que têm produzido alterações importantes no cenário que vivemos. Muitas dessas alterações importantes foram destacadas aqui, eu não estou tirando isso da roda, não seria adequado, não faz sentido. Seria leviano da minha parte se eu fizesse isso. **Quero entender o direito à moradia a partir das mulheres que resistem às remoções, porque são elas que sustentam os processos de resistência às remoções. Elas têm um conceito de direito à moradia que manual de Direito nenhum, decisão jurídica nenhuma é capaz de construir, de dar conta.** Porque se vemos a complexidade do que significa a moradia, que não está reduzida a quatro paredes, que não pode significar uma troca automática do lugar onde você está por um Minha Casa, Minha Vida aqui ou acolá. O direito à moradia pressupõe redes, o direito à moradia pressupõe identidades, o direito à moradia, pra muitos de nós, está relacionado à noção de territorialidade que nos permitiu chegar até aqui e que reconfiguramos, ressignificamos no contexto rural e no contexto urbano. E não é um Minha Casa, Minha Vida que te tira daqui e te põe acolá que vai resolver uma série de questões como essa. Essa não é uma resposta que o Direito tem que dar. **O Direito tem que dar uma resposta que ofereça as mesmas condições e as condições que consideramos fundamentais para nossa forma de vida, ou não temos a alegria de viver e de ser.** Não queremos simplesmente estar em algum lugar, a moradia não pode significar isso, ela tem que ser algo que nos permita desenvolver uma série de outros atributos.

Acho que esses programas de assessoria jurídica popular são extremamente potentes exatamente porque as pessoas – pegando, por exemplo, a experiência das promotoras populares, porque é uma experiência que conheço um pouco mais de perto – não saem dali para litigar, para reproduzir a figura do rábula. Elas saem dali com muito mais capacidade de compor conflito extrajudicialmente, porque é só ali que conseguimos alguma coisa que presta e que nos diz respeito. Porque, ao entrar no sistema de Justiça,

lascou-se, “deu ruim pra gente”. A chance de sair alguma coisa que preste dali é muito pequena, porque todas as mediações vão começar a operar no sentido de esvaziar toda a potência possível que existe na construção do que nos leva até lá. E elas fazem muita coisa exatamente porque são muito mais municadas para produzir articulações extrajudiciais, **porque nós resolvemos os nossos conflitos nos nossos termos, e não através de mediações e processos de desumanização**. Então, me parece que seria interessante, pelo menos na nossa área, que o Instituto Ibirapitanga, por não estar amarrado a parâmetros academicistas, a essas normalizações de produtividade às quais as Universidades ainda estão amarradas, que o Instituto reconheça outras sabedorias, reconheça nossa memória civilizatória, como o Edson Cardoso falou no início. E que a partir dela possamos oferecer projetos alternativos de construção não só jurídica, mas projetos alternativos de pactos políticos, porque é disso que estamos falando. E temos historicamente muita coisa pra oferecer, muita arqueologia pra botar na roda e muita coisa pra construir com base no contexto em que estamos inscritos. A própria alteração das dinâmicas do racismo faz com que passemos a responder às violências em termos muito distintos, e é importante que isso apareça. É importante que as vozes apareçam e possamos construir esse lugar.

[...]

Um dos grandes potenciais de trazer esses corpos e essas experiências para a produção normativa é exatamente porque eles vão propiciar, obrigatoriamente, uma construção do Direito em pretuguês, que não é a linguagem assumida, em todos os seus limites, nos tribunais. Quando falamos da Lei Caó⁴⁶ e que ela dificulta a própria capacidade de mobilização para enfrentar o racismo, é porque ela segue toda essa tradição moderna ocidental – portanto, individualista e voluntarista. É uma lei que imagina que o ato de racismo é fruto de escolhas. O racismo estrutural, institucional, passa longe da possibilidade de ser destacado quando

46. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989: “A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza”. Mais informações em: <<https://www.geledes.org.br/lei-7-71689-lei-cao-25-anos-combate-ao-racismo>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

mobilizamos a Lei Caó. Ela só é, basicamente, passível de ser mobilizada para aqueles atos de racismo aberto, com toda uma mobilização de tecnologias, como disse o Silvio Almeida. Precisamos mostrar intenção, mostrar que teve vontade suficiente no sentido de ofender. Quando falamos de racismo, não estamos falando de voluntarismo, não estamos falando de individualismo, é outra coisa. Fica muito difícil, realmente, mobilizar a norma. E dá pra fazer alguma coisa com essa norma? Dá. Conseguimos fazer coisas com ela, dependendo de quem encontramos, mas aí é ganhar na loteria, né? Não estamos em condição de ficar contando com sorte. [...] E a loucura, a incompreensão é tamanha porque não só vem de uma dimensão voluntarista, como é capaz de responder a um modelo de racismo aberto que, por mais que hoje em dia seja possível dizer que estamos nos aproximando disso, sabemos que o que mais caracteriza a dinâmica do racismo entre nós é o racismo por denegação.

Então, como vamos pensar o racismo por denegação e apresentar como resposta jurídica possível uma coisa que pressupõe que o racismo por denegação se apresente de forma aberta? Estamos falando para quem? É de novo aquele negócio, apresentamos respostas jurídicas para problemas que não são do nosso tipo. Então, é preciso que eu tenha uma resposta, uma lei de combate ao racismo, que entenda como funciona o racismo pra nós. E ela não faz isso, vai buscar em outras experiências um modelo de racismo que está arraigado a padrões que não são nossos. Não nos interessa uma resposta de caráter individualista. O nosso próprio projeto de enfrentamento ao racismo, e aí vou ficar só com o quilombismo do Abdias Nascimento, já pressupõe uma construção que vai em outro sentido. A própria resposta não é adequada a boa parte da agenda política do movimento negro. O combate ao racismo está na nossa agenda, mas as respostas possíveis que essa norma oferece, as maneiras, estão muito mais descoladas da agenda política histórica do movimento negro do que próximas dela. [...]

Quem está pautando nossa agenda? Vamos continuar arriando comida pra quem, enquanto estamos com fome? Eu não vou ficar arriando comida pra quem está com a barriga cheia. Quando falo desse esforço de autoinscrição, é porque perdemos muito tempo respondendo às coisas nos termos em que as coisas são colocadas e acabamos não tendo fôlego, não tendo energia, para produzir aquilo que nos diz respeito. Quando a Cida Bento perguntou dessas articulações extrajudiciais, se elas são contraditórias

com esses processos institucionais, eu acho que depende – pode ser e pode não ser. **Os processos de formação das faculdades de Direito no Brasil nada mais fizeram do que institucionalizar o projeto colonial. Temos ali o Recife produzindo as tecnologias de controle dos corpos e a Faculdade de São Paulo determinando como, institucionalmente, as estruturas coloniais seriam mantidas. O Direito se produziu por essa linguagem, se produziu por essa engrenagem e acaba respondendo apenas nesses termos.** Nesses termos, acho que pode ser contraditório, sim, pensarmos nesses respiros de ações extrajudiciais em relação a esse estado de coisas, mas sabemos também que as instituições são contraditórias. Temos a possibilidade de pensar essas dinâmicas, sabemos que existem instituições que, em determinadas fases, atribuem um peso importante à própria atuação extrajudicial, como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Em alguns momentos houve uma defensoria geral mais aberta a essas ações extrajudiciais, que produziram resultados muito impressionantes, significativos pra nós, muito mais do que quando a Defensoria estava litigando. Então, acho que elas também podem ser parceiras importantes nesse processo de mediação nos nossos termos, desde que entendam que tem que ser nos nossos termos. O que vai definir se há contradição ou não é saber se há mediação entre a nossa capacidade política ou não. Acho que toda vez que a instituição achar que vai mediar nossa atuação política, a chance de conseguirmos alguma coisa que preste, a partir dali, diminuem bastante. Se as instituições, ao contrário, tiverem alguma abertura para que possamos fazer parte do processo de construção e consolidação e remediação daquele conflito, nos nossos termos, pelos seus procedimentos e pelos nossos, aí acho que não tem contradição, tem uma sinergia importante. Vai depender de qual é o lugar de mediação da nossa humanidade, no final das contas, nesse processo. Quando a Ana Toni fala que não temos segregação ativa, é claro que temos uma dinâmica de atuação do racismo no nosso contexto, no contexto tanto dos Estados Unidos como da África do Sul, que são distintos entre si. Acho que o Silvio Almeida já trouxe impactos importantes desse processo na constituição do Estado brasileiro. Mas tivemos, sim. E esse é um mito que a gente precisa desconstruir, tivemos uma penca de normas que produziram segregações, por lei, da nossa gente, por uma série de aspectos da vida pública. Não só vadiagem, capoeira, curandeirismo, mas no (não) acesso a políticas públicas.

Na Constituição de 1934, a educação pública era eugênica. E isso nem foi no período escravocrata. Estou falando de um Estado que não era nem o Estado

Novo, ainda. Estou falando do processo de um Estado social. O Estado social que chega pra gente e diz que a construção dos direitos sociais, aqui, vai se dar nesses termos. O direito à educação, aqui, se dá a partir desse lugar. Que mensagem é essa que o Estado brasileiro está dando pra gente? [...] Temos exemplos de todas as ordens normativas. Se pegarmos a Constituição, vamos ter exemplo de segregações formais; se pegarmos a lei infraconstitucional, vamos ter exemplos; se pegarmos portarias ou normativas de órgãos públicos, administrativos também. Tem coisa do Instituto Rio Branco proibindo a imigração de gente preta.

[...]

Em relação à Maria da Penha (a Denise Dora pode falar também), seu grande potencial está muito mais nas medidas protetivas do que naquelas que criminalizam. E todas as medidas protetivas são pensadas para funcionar em um contexto que não é o das mulheres negras. Não por acaso, é justamente o não acesso a essas medidas protetivas que faz com que a gente morra mais. Existem pesquisas que mostram que, para nós, com a Lei Maria da Penha questões que deveriam ser resolvidas em vara de família – se é que deveriam ser judicializadas – estão sendo resolvidas em delegacia de polícia. Enquanto isso, as mulheres brancas continuam na vara de família. Basta ver o espaço da delegacia de polícia como um espaço onde resolvemos conflitos que são de outra natureza, que deveria ser de outra natureza. Isso tem impacto desproporcional sobre a nossa vida, porque sabemos o que significa a mão penal do Estado sobre a nossa realidade. Isso nos leva a fazer contas que numa vara de família, por exemplo, não precisaríamos fazer, para recorrer ou não recorrer ao sistema de justiça. Estamos com um projeto que chama Cartas do Cárcere, em que lemos todas as cartas que pessoas privadas de liberdade mandaram, no ano de 2016, para todas as instituições públicas nacionais. Uma das cartas, de uma mulher de São Paulo, era muito emblemática, porque ela começa dizendo que **a prisão dela, num primeiro momento, foi um respiro, foi um alívio, porque só a partir do momento em que ela foi presa cessou a violência doméstica. E não é uma mulher que está romantizando a prisão, porque depois ela fala do que é a prisão e de uma série de coisas, então não é alguém que está num delírio, atribuindo à prisão algo que a prisão não é.**

Mas eu estou só querendo pensar a questão da Maria da Penha. Que lei é essa que não consegue enxergar essa mulher, que a única possibilidade que essa mulher teve de cessar um suplício foi com o início de outro... É óbvio que ela não foi presa por conta disso. Ela não se entregou, “alguém me leva”, não, não foi isso que ela fez. Mas a realidade é tão perversa, tão brutal, que só a prisão foi capaz de cessar a violência à qual ela estava submetida. Precisamos entender que tipo de resposta essa lei é capaz de dar para um contexto e uma realidade como a dessa mulher. E aí, de novo, essa mulher é submetida ao que há de mais degradante e desumanizante em termos institucionais. O que temos por aí, o que essa mulher, nesse lugar, diz, que num primeiro momento estar ali foi um grande alívio, de diminuição de tortura. Isso é muito, muito... perverso.

[...]

O sofrimento impingido ao corpo preto não registra, o Poder Judiciário não vai registrar. Nosso sistema de Justiça nos deu provas significativas de que, por mais que produzamos e aperfeiçoemos nossas estratégias de resistência, considerando as experiências que tivemos e temos, vai haver uma reinvenção das estratégias e das tecnologias de controle do nosso corpo nos lugares do *não ser*. Então, é com isso que lidamos, né? Por isso acho que a possibilidade de efetivamente avançar se dá ao pensar respostas nos nossos termos. Por isso temos de pensar a partir dessas experiências, que são concretas, que são experiências de quem já está produzindo essa outra forma de vivenciar o Direito, de pensar o Direito. Pegar politicamente experiências concretas de produção da moradia, de produção de uma resposta à política criminal, como as mães, que estão produzindo provas... E por mais que o Poder Judiciário, no fim das contas, não produza a resposta esperada, as mães produziram uma resposta que o Estado nunca daria a elas em relação àqueles casos. Por isso acho que vem daí. Em termos mais teóricos, de pensar a produção da Teoria do Direito, meu desafio tem sido mobilizar a Lélia Gonzalez⁴⁷ pra tentar pensar uma teoria *amefricana* do Direito. Quero o Direito escrito em *pretuguês*, assumindo os custos políticos do que significa escrever o Direito em *pretuguês*.

47. Lélia Gonzalez. “A categoria político-cultural de amefricanidade”, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p.69-82, jan./jun. 1988.

Vale muito mais a pena aportar recursos para experiências políticas concretas que estão acontecendo e estão produzindo direitos em termos distintos, em espaços distintos, que têm a potência de tensionar as instituições. E vamos tensionar, porque vamos ter muito mais resposta pra isso. Acho que a resposta não está dentro do sistema de Justiça. Nossa resposta de produção de Direito nos nossos termos está fora do sistema de Justiça. Conseguimos, de um lado, tensionar, porque estamos alterando a realidade, com nossa produção normativa, e estamos conseguindo avançar numa construção de agenda de conformação extrajudicial dos nossos conflitos, que é onde conseguimos de fato avançar. Eu não consigo acreditar em avanços dentro do sistema de Justiça. É pontual mesmo, é o que dá pra fazer com o que a gente tem pra janta. Acho que é isto: vamos ganhar nos tensionamentos, nos constrangimentos, acho que uma entrada cada vez maior de negras e negros nesses órgãos aumenta o constrangimento, aumenta a pressão. Mas o sofrimento do corpo da gente não é registrado. Nossa humanidade está negada. Nada me convence de que vamos conseguir, com as melhores medidas e as mais sofisticadas, tentar interpelar esse órgão do sistema de Justiça a sair da sua posição de privilégio, a dar conta desse medo, que é absolutamente abstrato. Acho que não temos o que fazer com esse Direito, ele está maculado de todas as formas, mas temos uma produção normativa que é muito maior do que isso e sempre foi, e que permitiu que estivéssemos aqui. Nunca abandonamos essa esfera de luta. [...] Não estamos em condições de escolher campo de luta e estou lutando aqui também.

O que é o direito antidiscriminatório? Como esse conceito se articula no campo jurídico? Diante do esgotamento das estratégias atuais, como renovar as abordagens no combate à discriminação em um campo estratégico como o Direito?

ROGER RAUPP RIOS é desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4).

ROGER RAUPP RIOS O Direito, como ciência e como prática, tem suas virtudes seus limites. A partir do diálogo com a participação da professora Thula, convergimos quanto à identificação dos limites do Direito, que, mais que limites de sua aplicação, são os limites da concepção do Estado de direito formal, da racionalidade, da concepção de sujeito de direito, típicos da modernidade ocidental eurocêntrica. De fato, é nesse contexto que se forjou o movimento político denominado Constitucionalismo, consagrado nas constituições liberais francesa e estadunidense. É nesse cenário que estamos trabalhando e nos encontramos. Nele, como foi dito, há algumas potencialidades. Nele, como disse Edson Cardoso, também pode haver alguns momentos de inspiração para o enfrentamento do racismo. Não quero superestimar esses momentos, mas também não desejo desprezá-los, o que faço apresentando brevemente o direito da antidiscriminação, também conhecido como direito antidiscriminatório. Sem superestimá-lo, nem subestimá-lo, não me referindo somente a uma perspectiva estratégica e instrumental, mas também a aberturas para a crítica decolonial, que pode afrontar e confrontar o paradigma moderno liberal eurocêntrico, cujas raízes estão historicamente imersas na construção moderna do Estado Nação e, nessa medida, insufladas de racismo e colonialismo.

Ao falarmos no Direito, referimo-nos a uma experiência multifacetada. Estamos falando de instituições: órgãos legislativos, repertórios de decisões, atores institucionais variados (advogados, promotores, juízes). Também

incluímos nessa experiência, nessa engenharia política, cultural, social, econômica, a sociedade civil, que, conforme o contexto e a conjuntura, ou se vê obrigada a valer-se do Direito, por não ter alternativa, ou considera interessante e produtivo o recurso ao Direito, vivenciando toda essa parafernália legal e institucional. Ao falar do Direito, falamos também das universidades e dos movimentos sociais. Em minha trajetória, posso testemunhar essas dinâmicas: cedo, desde a adolescência, vi a inserção do catolicismo progressista nas periferias de São Paulo, onde tive minha formação como pessoa e como cidadão em termos de justiça social e direitos humanos, e mais tarde na universidade e, posteriormente, no Poder Judiciário Federal, como magistrado, comprometido com a eficácia e a efetividade da Constituição democrática.

Na história e na implementação do Estado moderno, de matriz eurocêntrica e hegemônica da branquitude e da colonialidade, o Direito é acionado contra todos os grupos e movimentos que destoam dessa lógica, o que inclui conteúdos racistas. Ao mesmo tempo, outras tantas vezes é utilizado estrategicamente, como um instrumento de avanço, de respiro, de inspiração e até de crítica ao ordenamento político, social, racial e jurídico estabelecido. Nesse contexto, e em especial nos dias de hoje, tudo é muito mais complexo e as instituições não são monolíticas. Se consideramos as instituições judiciais e as instituições do Ministério Público, bem como a advocacia, só pra ficar nessas manifestações institucionais, percebe-se um quadro heterogêneo. Mesmo neste momento, em que uma onda claramente conservadora avança por muitos lados, surgem resistências que há pouco tempo não imaginávamos. O direito da antidiscriminação se insere nesse cenário. É um dos campos de pensamento e de prática que vieram à tona de 1988 pra cá, mais claramente desde meados dos anos 1990, dinâmica que vinha evoluindo até dois, três anos atrás. Nos últimos anos, seja no Direito ou em outros âmbitos, percebem-se retrocessos importantes e preocupantes.

Como caracterizar, descrever muito brevemente, o direito da antidiscriminação? Primeiramente, um campo de prática que depois se tornou espaço de reflexão acadêmica, que foi se institucionalizando passo a passo, na legislação, na jurisprudência, na academia. Um marco para tanto foi o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, com o movimento negro. Com as feministas, em especial nas décadas de 1940, 50, 60. O direito passa a ser acionado como recurso na luta social, política, cultural e assim por diante, para avançar em suas pautas e reivindicações, com as respostas dos tribunais. Vivia-se um momento de expansão de direitos, especialmente no pós-

-Segunda Guerra Mundial, com tudo o que significou a vitória sobre o nazifascismo, e com a repercussão interna disso em face do racismo institucionalizado nos Estados Unidos. Aí começa a surgir um corpo de decisões, como o caso famoso de 1954, o *Brown v. Board of Education*, da segregação racial nas escolas⁴⁸.

Então essas decisões que respondiam às reivindicações foram se transformando em leis e em corpo de conhecimento sistematizado, o que, no campo da academia do Direito, recebeu o nome de direito da antidiscriminação. Trata-se de um conjunto de práticas e de conhecimentos sistematizados a partir de como eu vou aplicar o direito à igualdade como um mandamento não só proibitivo da discriminação, mas como uma norma promotora do pluralismo e da diversidade. Isso, do ponto de vista institucional, é uma engenharia. Envolve desenvolvimento de conceitos e aplicação de conceitos, um treinamento das pessoas nesses conceitos, a começar dos operadores jurídicos. Então, o que é, juridicamente falando, discriminação? É um conceito que está inclusive na legislação internacional dos direitos humanos e que vai entrando nos direitos dos países. Quais são as formas de discriminação proibidas pelo Direito? Discriminação direta, consciente e intencional, discriminação indireta, não intencional. Quais são as formas de discriminação indireta? Discriminação institucional, discriminação por negligência, discriminação em decorrência da invisibilidade e do privilégio, discriminação inconsciente⁴⁹ e assim por diante. Quais são os remédios, as respostas possíveis, tudo dentro desse quadro limitado? Mas é nesse quadro que se faz essa luta, também. Ações afirmativas, cotas, subsídios, benefícios, inclusive criminalização de certas condutas racistas – isso envolve um grande debate: vale a pena criminalizar, por que criminalizar, que tipo de penalização diante de uma criminalização? Se é por privação de liberdade, se é medida alternativa, se é indenização, se é multa, se é um misto disso tudo... São questões que vão estruturando os debates do campo.

Quanto ao princípio da igualdade, supera-se portanto a compreensão segundo a qual ele implica somente o não discriminar, que exigiria tratamentos uniformes e nada mais, pois tal compreensão, que denomino “estática”, mostrou-se absolutamente perversa, pois limitar-se a trata-

48. Sobre o caso, ver: <<http://portaldeperiodicos.unibrazil.com.br/index.php/anaisvinci/article/viewFile/874/850>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

49. Para uma exposição sistematizada desses conceitos, ver Roger Raupp Rios, *Direito da antidiscriminação*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

mentos uniformes é “passar a régua”, é ficar cego para a diferença. Muito além dessa compreensão tradicional e conservadora (conhecida como perspectiva meramente antidiferenciadora), que acaba sendo até mesmo discriminatória (por anular e desrespeitar a diferença), o direito de igualdade, como mandamento antidiscriminatório, requer medidas antissubordinantes. Dito de outro modo, é trocar o ponto de vista do perpetuador da discriminação para o ponto de vista do indivíduo, do grupo discriminado, dos danos provocados a esses indivíduos e esses grupos, dos projetos de vida que são ceifados. Então, essa inversão de perspectiva, do discriminador para o discriminado, da antidiferenciação e uniformidade de tratamentos para a antissubordinação, tudo isso concretiza a igualdade como proibição e combate sistemas que produzem cidadania de segunda, terceira, quarta, quinta classe e assim por diante – essa inversão de perspectiva que vai plasmando o direito da antidiscriminação. A partir daí, em alguns momentos, pode-se começar a dialogar com a perspectiva decolonial, lembrada pela professora Thula. Este diálogo parece-me mais que necessário, ele é essencial, porque nós, latino-americanos, e também outros povos do mundo, somos instituídos, constituídos e assujeitados nessa ordem eurocêntrica, colonial e assim por diante, que produz um sujeito que é, ao mesmo tempo, racializado, generificado, sexualizado e economicamente situado num amálgama que não é meramente uma soma, é uma intersecção qualitativa. Como sabemos, interseccionalidade não é uma soma de critérios sobre diferenciação, mas um amálgama em que o sujeito é tudo aquilo ao mesmo tempo: não existe um gênero sem uma raça, não existe uma raça sem um gênero.

Mesmo no referencial moderno, vamos chamar assim, democrático, tradicional, do pós-Segunda Guerra, do século xx pra cá, com as percepções da Gayatri Spivak⁵⁰, do Frantz Fanon e de todos os outros pensadores decoloniais, abrem-se espaços, críticas, respiros e inspirações para outra forma de viver, compreender e engendrar esse lugar. Eu diria que o direito da antidiscriminação é mais um elemento-chave que traz a disputa que ocorre nas instituições jurídicas, nas instituições acadêmicas, no Estado. E também é um elemento-chave para as formas como os indivíduos e os movimentos sociais vão perceber, usar ou não usar, política e estrategicamente suas reivindica-

50. Nascida em Calcutá, Índia, em 1942, é professora do Departamento de Inglês e Literatura Comparada da Columbia University e concentra seus estudos acadêmicos principalmente nas áreas de feminismo, marxismo, desconstrução e globalização. No Brasil, foi publicado seu livro *Pode o subalterno falar?* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010).

ções por justiça racial, por justiça de gênero e assim por diante. Acho que é um campo-chave da prática e do conhecimento.

O Direito, sozinho, não vai resolver o mundo. Não somos ingênuos, sabemos os limites do Estado, da nacionalidade eurocêntrica, da modernidade liberal e dos direitos, e assim por diante. E também, por outro lado, não somos ingênuos a ponto de abrir mão desses recursos, dos recursos da legitimidade, do poder, da simbologia, dos discursos, das produções dos sujeitos que fazem e que, concretamente, também avançam ou fazem retroceder políticas públicas. Isso é muito grave, porque, por exemplo, hoje discutimos ações afirmativas. Concordo com a Thula Pires: muitos dos votos do Supremo Tribunal Federal foram daqueles votos que “dão com uma mão mas tiram com a outra”, do ponto de vista da lógica, da argumentação; ao mesmo tempo, alguns outros votos foram mais positivos, mais fortes.

Uma vez conquistado aquele 11 a 0, o eixo de hoje da disputa jurídica em relação às políticas de ações afirmativas é a questão da autodeclaração. Primeiro, na discussão do que é discriminação; depois, se é uma perspectiva de antidiscriminação ou antissubordinação; depois, se é ação afirmativa, se é cota racial, se é cota social, se são as duas. Bom, paulatinamente, com todas as dificuldades, essas barreiras foram sendo vencidas. Agora, o que se coloca no front, claramente, é tentar desacreditar a política – por uma distorção do debate, propositadamente feito por quem é contra – a respeito da questão da autodeclaração racial. Isso está ‘pegando’ nos tribunais, na academia. Investir na formação, na construção de massa crítica, de acúmulo de conhecimento em tantas áreas, assim como no direito da antidiscriminação, é um investimento de tempo, de existência, de energia e de recursos, de espaços. Por exemplo, incentivar pesquisas, cátedras, grupos de pesquisa e de proposição de medidas e assim por diante.

Se me permitem uma pequena nota autobiográfica, eu comecei em 1996 estudando antidiscriminação a partir de um caso sobre inclusão de companheiro do mesmo sexo no plano de saúde. Naquela época, não havia nada, nem jurisprudência, absolutamente nada no Direito brasileiro sobre discriminação e mais especificamente sobre discriminação por orientação sexual. Nós tínhamos acabado de ter a primeira decisão da corte europeia. Os Estados Unidos só em 2003 começaram a resolver essa questão. Hoje, quando vamos às faculdades de Direito, e em outras também, vemos uma infinidade de trabalhos sobre casais do mesmo sexo, a tal da homoafetividade (termo que

acho bastante equivocado, que não é objeto desse debate)⁵¹. Hoje, há uma proliferação de trabalhos, de discursos, bem ou mal colocados, conservadores, progressistas, para todos os gostos.

O debate sobre cotas raciais começou a aparecer e frutificar, em especial na decisão unânime do STF sobre o tema, mas **diante do contexto atual, parece-me urgente consolidá-lo, porque sabemos do risco da manipulação retórica do Direito. Como profissional do Direito, percebe-se que quanto mais instituído é um campo, do ponto de vista das relações de poder, do poder simbólico, do poder do discurso, menos espaço vai ter para manipulação. E, se houver manipulação, a manipulação vai ser percebida mais claramente e vai ser denunciada.** Para tanto, o desenvolvimento dessas categorias revela-se central. Assim como foi, e continua sendo central, por exemplo, na aplicação da Lei n. 7.716, que trata dos crimes de racismo, debater como se faz prova, o que é dolo, como se mostra dolo, e assim por diante. Não quero menosprezar os problemas, estou dizendo que eles são bem enfrentáveis. Podemos avançar de forma bem consistente, não simplesmente lamentar que muita gente ainda acha que são insolúveis. É preciso avançar e há tempos tem havido esse esforço. Na categoria de discriminação indireta, por exemplo, aquela ação civil pública dos bancos, em Brasília, alguns anos atrás. Por que como se faz prova sobre discriminação racial, como se vê o dolo no crime racial, na Lei n. 7.716? Também precisamos avançar mais e fortalecer esses conceitos, esses institutos.

Diante da dificuldade mais ampla de pano de fundo, dá um pouco de respiro desmontar essa mentalidade colonial que nos constitui, que constitui as relações entre nós, que não é só uma ordem interna, não é só uma ordem da nossa sociedade, mas sim uma ordem mundial. Em momentos tão difíceis como os de hoje, em que temos tido uma velocidade nos retrocessos de direitos, é preciso ter uma visão não só de curtíssimo prazo, porque é isso que vai nos permitir respirar e não morrer sufocados. Tentando olhar no curto, médio e longo prazos, já se passaram anos, já vencemos períodos talvez até piores do que este.

Então, eis a minha provocação, na verdade, é um privilégio poder expor aqui pra todos, ainda que dessa forma, meio rápida. Nas perguntas posso focar na ideia do direito da antidiscriminação como uma chance de uma res-

51. Sobre esse debate, ver: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Rios-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

piração, de respiro, de uma voz que estava calada. E que, mesmo nos espaços institucionais, pode-se valer dessa sinergia que vem de fora.

[...]

Como a lei diz: “Racismo é crime”, ela apresenta a pergunta: o que é racismo? O que é um ato racista? A lei, em si mesma, não diz o que é racismo, e o que é racismo do ponto de vista teórico, identificado como racista, tem que ser visto. Visto de que forma? Não vamos, por exemplo, acriticamente, cair na ideologia, no mau sentido da democracia racial. O Brasil não é uma democracia racial: tem racismo aqui. Qual é o conceito de racismo?

Eu acho que há indivíduos, grupos, movimentos – como este e tantos que a gente vive – que levam criticamente à questão do racismo e também a outras, como a homofobia. Estão fazendo avançar a compreensão do que é racismo e fazendo isso chegar às pessoas que estão operando o sistema quando for chamado a funcionar. Um menino sofreu racismo na porta do banco, por tal atitude que tomou diante de tal coisa e o vigia reagiu de tal forma. Isso aqui é discriminação, é preconceito e é racial, porque o menino é negro.

A lei, em si mesma, não tem uma ideia de raça, de racismo. Essa ideia vai se forjar na sociedade a partir disso, uma vez que vai sedimentando alguma coisa no ponto “cinza”, entre aspas: “Nisso aqui não há uma democracia racial” ou então “Não me venha mais com essa conversa de democracia racial”. É nesse sentido que vamos atuar.

Duas coisas me vêm à cabeça. Primeiro, em que mundo estou vivendo, estou no século XXI, não no século XIX; segundo, termos uma formação, e aí acho interessante investirmos nisso. E não só para a compreensão do que está escrito na lei, mas também para a própria forma como a lei é escrita. Fiz uma pesquisa na faculdade, pegamos a Lei n. 7.716, que tem num dos artigos uma série de condutas superespecificadas: hotéis, restaurantes, sauna, cabeleireiro, bem casuístico. Isso é forma de redigir. No artigo 20 ele abre outras hipóteses, é aberto, é uma forma ampla de definir discriminação. Acho que a forma ampla é muito melhor, mais eficaz e lógica, e é muito mais rápido para combater racismo do que as formas casuísticas. Só queria dizer que não se trata apenas de compreensão, mas da forma como a lei é redigida.

Até 1888, tínhamos todo um regime legal, escravocrata, completamente racista, explícito. Alguém citou aqui de manhã: 3 dos 4 dias que vivemos no país, foi sob a dominação da escravidão racista. Quando isso acabou, por

questões econômicas, aí se saiu do biológico e se foi para o racismo cultural (Gilberto Freyre), e passou-se a aplicar a Lei da Vadiagem, depois da abolição. Jogar as pessoas sem trabalho e sem casa para criminalizar a vadiagem, ou seja, trocou o nome, mas o destinatário era aquele. Temos que desvendar as máscaras, os subterfúgios de manutenção do regime. Porque, se a realidade é racista, se a Constituição social é racista, se não fazemos essa análise, simplesmente vamos reproduzindo.

E, por fim, sobre se o Direito é o limite. Eu sempre penso nisso. Sempre acabamos prestando atenção nos efeitos do Direito, por estudar, por poder experimentar na vida como a constituição do sujeito em sociedade se dá pela ciência, pela religião, pela academia, pela cultura, pela música, pela literatura, pelo Direito também, claro – porque o Direito é uma forma institucionalmente sofisticada e formalizada. Mas pode ser, também, espaço de provocação e inspiração. A questão me parece assim: qual é a política que esse Direito vigente está incorporando? Exemplo: a questão da homofobia. Muitas leis, por mais mal interpretadas que sejam, acabam sendo um incômodo pra muita gente, porque muita gente é homofóbica. Nesse sentido – trazendo outros aspectos ao debate –, às vezes não é limite, às vezes é provocação mesmo. Mas a forma conservadora instituída a que o Direito serve, eu concordo, é o limite. Voltando àquele caso de 1996 [sobre a inclusão de companheiro do mesmo sexo no plano de saúde], fico impressionado como foi, no bom sentido, utilizado pelos grupos LGBTs pra fazer avançar a agenda e pra fazer intervenção cultural. E também pra fazer intervenção política.

SILVIO ALMEIDA é jurista e filósofo, professor das faculdades de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e da Universidade São Judas Tadeu (SP).

[SILVIO ALMEIDA] Bom, eu só vou fazer algumas considerações a respeito do que o Roger Raupp e a Thula Pires falaram. Três pontos. O primeiro, com o qual eu concordo muito, é que não existe processo de racialização sem Direito. Resumindo, todas as desgraças do mundo contemporâneo têm o Direito no meio, é impossível que não haja o Direito. O Direito é um processo de construção, é uma tecnologia desse exercício de poder e submete os indivíduos. Então, é impossível que haja controle social numa sociedade como a nossa, que seja constituída por indivíduos que se relacionam a partir de certa racionalidade, se não houver o Direito e o Estado como elementos fundamentais. E a raça, portanto, é uma tecnologia de poder pra decidir quem morre e quem vive. Então, o Direito está inserido nisso – para puxar o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu queria destacar é que não estamos falando de raça. Estamos falando de teoria social, portanto, de sociedade, da construção de um país. Então, quando se falar que precisamos aparelhar, acho que precisamos nos aparelhar para pensar a sociedade de outra forma e que, sem a questões racial, não conseguimos pensar como transformar a sociedade. Acho que isso vai além. Nesse sentido, **o que seria, portanto, ter uma inteligência negra pra pensar nisso? E uma inteligência negra pode pensar coisas que não são só ligadas à questão racial. Insisto muito nisso. Não conseguiremos avançar se não formos capazes, por exemplo, de pensar questões econômicas. Se não formos capazes de**

entender Teoria do Direito, Teoria do Estado, como se dão essa dinâmica e essa subordinação do sujeito, essas questões relacionadas à dominação.

Então, esse é outro ponto. Roger, quando você coloca a possibilidade de o Direito servir, e a Thula também falou isso, servir como ferramenta para que a gente possa se defender, um instrumento de combate. Entendo as limitações disso, mas entendo também que isso não é uma característica do Direito, é mais das próprias instituições, que cumprem certas contradições. As instituições têm contradições. Temos que entender que as instituições são racistas. Ou seja, estar no mundo é estar sujeito a ser contaminado pelo racismo. Então, a única maneira de combater isso é ser antirracista. E aproveitando as contradições. Não tem outra forma de ser.

Mas entendendo o seguinte: o Direito é sempre o limite. O Direito é sempre uma camisa de força, não tem jeito. Por isso insisto em pensar essas questões para além do Direito. Pensar Política, Economia, Estado, entender como essas coisas funcionam, porque se ficarmos pensando em como modificar leis para tentar transformar a sociedade, ou tornar as pessoas menos racistas... Isso é ilusão.

[...] Sobre as dinâmicas de racialização, elas são diferentes nos países, obviamente, dependendo do contexto social. Sempre insisto que o discurso da democracia racial, essa ideologia, para serem entendidos têm que estar em conexão com o processo de constituição do Estado brasileiro e da economia nacional. **O discurso da democracia racial está diretamente ligado com o início da industrialização no Brasil. Então, quando se forma um Estado que caminha para a industrialização, é preciso ter unidade nacional. E o racismo é o elemento que vai permitir a unidade nacional. Ou seja, o Estado é uma unidade contraditória.** As contradições vão ser incorporadas na dinâmica do Estado. Então, para os Estados Unidos conseguirem se unificar e produzir um processo de industrialização, foi preciso circular leis de segregação racial. A segregação racial, portanto, faz parte do processo constitucional dos Estados Unidos, assim como foi na África do Sul. **No Brasil, o processo foi diferente: a maioria da população é negra. Então, a única maneira de lidar com essa contradição é não falar a respeito da desigualdade racial. Ou seja, eliminar o discurso do racismo direto da dinâmica social brasileira. Então, nesse sentido, o discurso da democracia racial faz parte de um projeto que vai além de um projeto de supremacia branca: é um projeto de dominação da sociedade brasileira.** Então, são coisas diferentes. Acho que o Direito funciona nesse sentido. [...]

Alguém falou das comissões de verificação. Acho que sou uma das pessoas que mais participaram dessas comissões, no Brasil: entrevistei mais de 1.500 pessoas, na Fundação Carlos Chagas, participando dessas comissões de verificação. Por isso dou meu depoimento pessoal: foi uma das piores experiências da minha vida. A pior experiência da minha vida, ter que dizer quem é negro e quem não é. Fiquei dois dias de cama, depois de participar dessas experiências. Primeiro, **falar que alguém é negro ou branco, em São Paulo, é diferente de falar que alguém é negro ou branco no Norte. É completamente diferente.** Segunda coisa: o processo de racialização é diferente no Brasil. Por quê? Algumas pessoas, e olha só, vocês vão ficar chocados e chocadas, algumas que queriam se passar por negras, não sendo negras, sabe o que elas faziam? Iam mal-arrumadas e com o cabelo sujo. Teve uma mulher do Rio Grande do Sul que foi com o cabelo de branca, desarrumado, o cabelo dela estava sujo e ela estava com uma roupa que não era condizente com alguém que estava prestando concurso para o TRT [Tribunal Regional do Trabalho] da 11ª região. Existe uma força centrífuga da branquitude que vai puxando tudo o que não é branco pra si. Tudo vai puxando pra ser branco, então, veja, as mulheres, quando têm uma condição melhor, o que fazem? Acho que a luta política das feministas negras vai nesse sentido, de querer desconstruir isso. Elas alisam o cabelo, a maquiagem clara... Então fica cada vez mais difícil dizer quem é branco e quem não é, quem é negro e quem não é. As comissões de verificação são terríveis, é muito difícil, porque temos que perguntar, por exemplo, se a pessoa já sofreu algum tipo de discriminação. Geralmente, o branco fala assim: "Ah, eu sofri discriminação, sim". Como? "Ah, sei lá, alguém olhou torto pra mim na rua." A pessoa não tem a dimensão do que significa discriminação. Isso tem muito a ver com esse processo que a Thula Pires e o Roger Raupp falaram, de como o Direito funciona como instrumento de construção do sujeito, porque muita gente virou preto, descobriu que era preto, depois que saiu a lei de ações afirmativas. Ou seja, o Direito constitui a subjetividade.

PARTE IV

Representação simbólica e representatividade

Como se constituiu a representação simbólica de negros e negras e quais são seus efeitos contemporâneos? Quais são as ausências na construção desse imaginário? Qual é o imaginário que desejamos projetar?

BIANCA SANTANA é jornalista e pesquisadora. É doutoranda em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo (USP).

[BIANCA SANTANA] Gostaria de começar agradecendo por passar um dia com várias das minhas referências e minhas companheiras e companheiros. É de fato um grande privilégio. Bom, pra mim ficou fácil responder às questões, porque falamos disso em todas as seções. Então, muito do que eu vou dizer não é novidade.

Queria começar falando da Mariana Per, que é uma educadora do Museu Afro. Semana passada ela me disse muito emocionada que tinha passado pelas salas do museu com um grupo de crianças de escola particular. Lá tem uma sala com muitas imagens de personalidades negras, e ela costuma dar um tempo para as crianças olharem e reconhecerem, “Ah, essa eu já vi, essa eu já vi”. E aí diz que uma menina branca parou na frente do Pixinguinha tocando sax, ficou muito impressionada e falou: “Nossa! Um macaco sabe tocar instrumento?”. E a Mariana: “Como assim, um macaco?”. “É, eu não sabia! Nunca tinha visto um animal tocar um instrumento.” Então, dos muitos exemplos que falamos hoje sobre desumanização das pessoas negras, acho que esse é de uma violência tal, e explícita de forma bruta algo que está no imaginário social: as pessoas negras não são humanas.

Lélia Gonzalez já escreveu sobre os estereótipos das mulheres negras: tem a mulata de exportação, a mãe preta que amamenta todo mundo, quem serve, quem é forte, quem ajuda e só. Então, nos cabem outras possibilidades. Sempre que somos recebidos ou não recebidos em algum lugar, é assim que as pessoas veem as mulheres negras. Eu lembro

das postagens da Djamila Ribeiro, quando ela era secretária adjunta de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo. Sempre que alguém do topo da hierarquia passava pela recepção, a pessoa nunca era parada. Já Djamila sempre era parada, perguntavam quem era e para onde ia. Porque no imaginário social uma mulher negra não pode ser secretária de governo. Os homens negros são sempre os perigosos. Tem uma infinidade de exemplos. O documentário *A décima terceira emenda*⁵² mostra como esse imaginário do homem negro perigoso foi muito bem trabalhado nos Estados Unidos. Como aconteceu aqui... E o quanto isso justifica o genocídio, as prisões e tantas outras coisas.

Como já dissemos antes, todas as representações simbólicas amparam e justificam, normativizam o racismo. Nesse conjunto de símbolos, não reconhecemos heróis, heroínas, numa perspectiva individual ou coletiva. Não temos isso no imaginário da população. Se vamos pensar, por exemplo, em personagens de ficção da literatura, dificilmente alguém pensa numa personagem negra. Mesmo porque elas quase não existem.

A professora Regina Dalcastagnè, da UnB [Universidade de Brasília]⁵³ pesquisou escritos e romances brasileiros até 2007, mas tem uma versão bem recente em que estudou romances publicados por três grandes editoras brasileiras: Companhia das Letras, Record e Rocco. **Entre os romances publicados de 1965 a 1979: das personagens pesquisadas nesse período, 6,3% eram negras, num total de 692 romances e 383 autores. De 1990 a 2004, 7,9% das personagens são negras. De 2005 a 2014, pensamos que há uma grande melhora, mas volta para os mesmos 6,3% de personagens negros de romance dos anos 1960 a 1970.** Eu não estou falando de protagonista.

Quem são os autores desses romances? Aí, ela soma negros, indígenas e orientais pra dar algum dado. Entre 1965 e 1979, eram 6% de não brancos. De 1990 a 2004, 4%, e de 2005 a 2014 são 5% autores dessas grandes editoras. Vemos esses dados e pensamos sobre o quanto são representativos da população. Isso aqui é nada. Então, não dá pra dizer que existe produção literária de ficção circulando em grandes livrarias e editada por essas grandes casas de autoras e autores negros ou que tratem, retratem personagens negras.

Olhando pra nossa história, e de novo seguindo a linha do Edson Cardoso, temos infinitas personalidades sobre quem falar. **Quem aqui já ouviu falar na**

52. *13th*, dir. Ava DuVernay, Estados Unidos, 2016.

53. Coordenou a pesquisa *A superfície das coisas: objetos e memória na literatura brasileira contemporânea*. Informações em: <<https://www.gelbc.com/regina-dalcastagn>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

Esperança Garcia? Esperança foi escravizada no século XVIII, quando tínhamos uma porcentagem mínima da população brasileira alfabetizada. Em 1872, mais de 80% da população era analfabeta, incluindo pessoas brancas, então bem antes, no século XVIII, uma mulher negra escravizada escreve uma carta para o governador do Piauí denunciando as condições a que ela e a comunidade dela estavam submetidas. No século XVIII, uma mulher usa a palavra escrita pra fazer uma demanda política por humanidade. É avançadíssimo! E não conhecemos a Esperança. No Piauí, ela é um pouco mais conhecida, foi reconhecida pela OAB [Organização dos Advogados do Brasil] de lá como advogada. [Thula: foi a primeira mulher a fazer uma petição judicial.] **No Rio de Janeiro temos uma outra figura fantástica, Rosa Egipcíaca, também do século XVIII. Foi escravizada nas Minas Gerais e ela era escrava de ganho, na prostituição. E ela devia ser boa em muito do que fazia, porque comprou a própria alforria e comprou e organizou uma casa de prostituição.** E um dia ela teve uma visão: a Virgem Maria disse que ela devia fundar um convento só para ex-prostitutas negras e que devia escrever um livro sobre a vida dela. Então, Rosa vem para o Rio de Janeiro, compra um imóvel no Centro, ou seja, ela tinha bastante dinheiro e condições, e ela faz esse convento. E ali ela é alfabetizada e escreve um livro de 250 páginas. Mas nós não conhecemos esse material. Rosa foi condenada pela Inquisição, foi levada para a Corte, foi julgada em Lisboa e condenada. Não sabemos das revoltas, não sabemos da Revolta dos Malês, não sabemos das grandes revoltas, nem das pequenas revoltas.

Muitas e muitos pesquisadores têm encontrado nos arquivos muitas informações. O Amílcar Pereira deu o exemplo da trajetória dele, que foi às cidades pedindo alguns dados. Os dados existem, dado bruto existe. O que a gente tem que entender do imaginário é que: “Ah, não dá pra refazer essa memória. A gente não sabe nada do que foi o período da escravidão no Brasil pós-abolição e não tem documento”. É mentira! Existem muitos documentos em todos os lugares. Tem documento em igreja, em cartório, tem documento nas pessoas, tem documento nos lugares. Hoje conversávamos no almoço, o Edson perguntava pra mim e para o Douglas Belchior: “Será que em Palmares não sabiam que o Exército estava vindo e que aquele combate seria definitivo?”. Uma sociedade complexa como aquela, é óbvio que havia essa informação. É uma loucura pensar que enterraram informação lá, na serra da Barriga? Precisamos ir lá procurar e mesmo que não encontremos podemos escrever ficção a partir disso. **Existem muitas coisas sobre as quais encontraremos**

documento para produzir, e não tem problema se não tiver documento. Podemos produzir outro imaginário sobre quem somos. Podemos reescrever essa nossa história. A imprensa negra. Da metade do século XVIII até o final da década de 1930, tínhamos centenas de jornais espalhados no Brasil inteiro, produzindo informação de um ponto de vista que a gente desconhece. E um ponto de vista das demandas da população negra, mas também do que era aquela sociedade do período. As pessoas estavam falando sobre tudo. Que ponto de vista é esse? Por que não é conhecido massivamente? Por que esses símbolos não estão conosco?

Virgínia Leone Bicudo, socióloga e psicanalista negra, na década de 1940 escreveu sobre o racismo, como isso afetava pessoas negras psicologicamente. É inovador, ela fazia uma análise social. Existe a tese dela na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e além de tudo ela era uma mulher rica. Tem várias histórias de que ela andava com um carrão pelo Centro. E a escritora Ana Maria Gonçalves tem olhado pra essa história e eu adoraria que ela produzisse sobre isso. Porque muito do que aprendi sobre o período da escravidão foi no romance *Um defeito de cor*⁵⁴. Se alguém aqui não leu, por favor, faça isso saindo daqui, porque é primoroso. Naquelas 900 páginas todo mundo aqui vai se apaixonar pela Kehindé, que é a personagem principal do livro, batizada como Luiza Mahín, que teria sido, ou foi, mãe de Luís Gama.

Só que sempre que vamos falar de um romance histórico assim no Brasil, falamos de *Um defeito de cor*. Não temos outras referências. Precisamos produzir. Esse é o desafio da nossa geração. Precisamos contar as histórias, porque elas existem, são muitas. Precisamos ouvir as mais velhas e os mais velhos, buscar informação em arquivos, e aquilo que nós não conseguirmos precisamos inventar. Como diz a escritora Conceição Evaristo⁵⁵, o que não é inventado, afinal? Então, precisamos fazer a nossa “escrivência”, nos termos da Conceição.

54. Rio de Janeiro: Record, 2006.

55. Nasceu em 1946 numa favela de Belo Horizonte (MG). Filha de uma lavadeira, assim como Carolina Maria de Jesus, matinha um diário onde anotava as dificuldades de um cotidiano sofrido. Uma das principais expoentes da literatura brasileira e afro-brasileira atualmente, Conceição Evaristo tornou-se também uma escritora negra de projeção internacional. Traz em sua literatura profundas reflexões sobre as questões de raça e de gênero, com o objetivo claro de revelar a desigualdade velada em nossa sociedade, de recuperar uma memória sofrida da população afro-brasileira em toda sua riqueza e sua potencialidade de ação. Informações reproduzidas de: <<http://www.palmares.gov.br/conceicao-evaristo>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

[...]

Fui de um grupo chamado Casa de Cultura Digital e trabalhei bastante com internet, meu mestrado é sobre o uso de tecnologia na educação de jovens e adultos. Enfim, tem uma potência enorme. **Só pra falarmos de internet como estratégia, a internet não salva, já sabemos disso, mas ousou dizer que não tem Djamila Ribeiro, não tem Douglas Belchior, não tem Bianca Santana, não tem Winnie Bueno, dessa forma, sem internet. Não tem Geledés, do tamanho que é, sem internet, ousou dizer.** Não tem, por exemplo, a Yasmin Thayná⁵⁶, uma cineasta carioca maravilhosa. Ela conta que a vida dela se transformou quando chegou o computador na casa dela por uma política pública: o Programa Computador para Todos, e quando ela começou a acessar os filmes clássicos no YouTube ou no DVD pirata de Nova Iguaçu. Então, precisamos olhar para a internet e também parar de dar barato que “Ai, perdemos a internet”. Porque o http é livre, usamos o Facebook, que é uma rede fechada, por escolha. A base que estrutura a internet é de código aberto e precisamos disputar esse espaço, senão ficamos nessa de “ah, perdemos a internet”. Pelo contrário, a internet está em disputa e não podemos nos retirar, de jeito nenhum. E aí, desculpem-me, mas eu não uso o Windows, uso software livre há 15 anos, abro meu laptop e tenho o Linux Mint. **Não podemos perder de vista determinados cuidados. Quando falamos de dado e privacidade, não podemos nos isentar desse debate da tecnologia, porque se o policial, se o segurança do prédio é racista, imagina um algoritmo criado por pessoas brancas que nem têm ideia do que é racismo. Essa história de reconhecimento racial, o que vocês acham que vai acontecer? Quanto mais for automatizado, mais pessoas são condenadas, porque não somos nós que produzimos os códigos. E tem o argumento técnico: “Não, mas essa é a técnica, essa é a ciência”. Então, temos que disputar, sim, esse espaço.**

[...]

56. Yasmin Thayná é cineasta, diretora da plataforma colaborativa AFROFLIX (www.afroflix.com.br), cofundadora do projeto Nova Iguaçu Eu Te Amo e faz parte do Coletivo Nuvem Negra (coletivo de estudantes negros da PUC-Rio). Seu filme mais recente é *KBELA*, “uma experiência sobre ser mulher e tornar-se negra”, e está disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=32&v=LGNIn5v-3cE>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Este é um dia histórico pra mim, é a primeira vez que vou discordar da Sueli, acho que ela está sendo muito pessimista. Por quê? **Eu não quero o estereótipo da mulata pra gente. Se a gente perdeu, eu fico feliz. Acho que a gente devia dar uma festa. Acho ótimo que não tenha isso e mesmo na imagem negativa que fazem da gente. Precisamos olhar para esses estereótipos também de outra forma.** A Jurema Werneck⁵⁷ faz isso lindamente na tese de doutorado e em todas as situações. Sempre que ela mostra a imagem de uma mulher negra, pergunta: “O que você está vendo aqui?”. Nas Mães de Maio, a primeira coisa que vemos é a dor, a lamentação, a perda dos filhos e tal, mas não, aquelas mulheres estão organizadas nas piores condições e fazem um movimento importante. Precisamos ver essa potência, quando a Jurema cita a Tia Ciata⁵⁸, sambista e uma liderança política importantíssima. Ou a escritora e artista Grada Kilomba⁵⁹, a imagem da Anastácia com aquela máscara, uma máscara também de silenciamento. Não sei o que aquela mulher fez ou falou, e ela deve ter ficado muito tempo com aquela máscara, segundo o pouco que dizem sobre essa imagem do século XVIII. Todo mundo nesta sala sabe o quanto essa imagem fala para nós. Então, mesmo essa máscara de silenciamento fala e grita. Mesmo esses símbolos, podemos nos apropriar deles de outra forma. Eu fui ao show de lançamento do disco novo da Elza Soares, em São Paulo. Segunda tarefa é ouvir o CD *Deus é mulher*, da Elza Soares⁶⁰. É um escândalo, aquela mulher de mais de oitenta anos.

57. Nasceu no Morro dos Cabritos, em Copacabana. Formada em Medicina, com mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Comunicação e Cultura, luta contra o preconceito desde criança. Dos episódios de *bullying* na escola aos ataques virulentos nas ruas, fez da exclusão o combustível para defender os direitos humanos. É hoje a brasileira negra a ocupar o mais importante cargo da Anistia Internacional no país. Ver entrevista em: <<https://www.geledes.org.br/jurema-werneck-voz-da-resistencia>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

58. Hilária Batista de Almeida nasceu na Bahia, em 1854. Mãe de santo respeitada, foi confirmada no santo como Ciata de Oxum. A mais famosa das chamadas “tias” baianas, teve papel preponderante no cenário de surgimento do samba no Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX. Além de promover a cultura popular trazida da Bahia e ser uma respeitada sacerdotisa, era grande quituteira e uma das principais articuladoras da cultura negra nas nascentes favelas cariocas. A casa de Tia Ciata era a capital da Pequena África. Dos seus frequentadores habituais, que incluíam Pixinguinha, Donga, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, Sinhô e Mauro de Almeida, nasceu o samba. Informações de: <<http://www.palmares.gov.br/personalidades-negras-tia-ciata>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

59. Nasceu em Portugal, cresceu em São Tomé e Príncipe e viaja o mundo apresentando seus trabalhos – videoinstalações, performances e produções literárias – que versam fundamentalmente sobre racismo e memória. No Brasil, integrou a 32ª edição da Bienal de São Paulo (2017). Sobre a artista, ver: <<https://www.geledes.org.br/tag/gradakilomba>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

60. DeckDisc, 2018.

Há um novo ativismo que cruza as fronteiras da negação da negritude como representação simbólica? O ciberativismo proporciona um novo espaço de representação? Quais são os limites e obstáculos da tecnologia como ambiente de poder?

WINNIE BUENO é iyalorixa, pós-graduanda em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), ativista dos movimentos negro e feminista.

[WINNIE BUENO] Queria agradecer muito por este espaço. E pegar a bomba de falar por último. Estou encerrando depois terem falado as minhas referências de vida e bibliográficas. Todas as pessoas que falaram aqui eu leio, sou uma leitora muito voraz. Essa cara de *nerd*: leio, leio, leio. A única coisa que eu sei fazer mesmo é ler. Eu não sei cantar, não sei dançar, nada. Só sei ler. Então eu leio, leio, leio, leio todas essas pessoas que falaram antes de mim, são pessoas que eu leio e que forjaram a minha trajetória militante e também minha trajetória acadêmica. Estar aqui pra fazer esta discussão é muito representativo. Quando eu contei pra minha mãe que isso ia acontecer, “Mãe, eu vou falar com a Djamila Ribeiro, com o Edson Cardoso...”. A resposta dela: “Fiz uma neguinha direitinho, né?”, “Cumprí meu papel, assim”.

Vou articular aqui a partir do pensamento da Patricia Hill Collins, que é quem eu estudo, mas também com base em várias outras intelectuais negras que passaram por aqui e outras tantas que não passaram por aqui fisicamente, mas que estão nas falas que me antecederam. **Na verdade não há um novo ativismo. O histórico do movimento de mulheres negras é de resistência e assertividade para lidar com o que a Hill Collins chama de “imagens controladoras”, que são esses estereótipos do qual falamos, esses estereótipos negativos que se organizam a partir das elites dominantes exatamente para que os privilégios da branquitude se mantenham e não se altere a situação de miserabilidade e pobreza das mulheres negras.** Podemos falar de uma perspectiva da Diáspora. **Sempre tivemos organizadas para resistir e lidar com essas imagens controla-**

doras e para constituir outra definição sobre nós, que não nos limite e não nos fixe em lugares predeterminados. Então, não é que exista um novo ativismo, existe outra ferramenta, que se dá a partir de uma nova dinâmica. A forma como as dinâmicas do racismo vão se alterando fazem com que precisemos incorporar outras ferramentas de resistência, e entre essas ferramentas de resistência uma das que tem sido utilizada com maior contundência, no último período, é o ciberativismo. E quando vamos pensar em internet é preciso dizer que a internet é inicialmente pensada como espaço de compartilhamento. O que acontece na internet depois é que é o problemático. A internet não é terra de ninguém, a internet tem dono: homens, brancos, ricos, do Norte global, que controlam o que a gente está fazendo na internet e onde estamos colocando nossas produções na própria internet. Então, pensar como estamos articuladas dentro desse ciberativismo é bastante importante, não só em relação a esse novo espaço de representação, mas também porque há muitas narrativas nesse espaço. E precisamos também pensar quem tem detido esses dados e essas informações. Temos a Djamila Ribeiro, por exemplo, que é uma pessoa bem visível na internet, que escreve muito na internet, escreve muito no Facebook. Agora menos, mas escrevia muito no Facebook. A Djamila está ali produzindo um conteúdo que é compartilhado pelas mulheres negras, mas que, ao mesmo tempo, fica detido para o Facebook. Estamos sempre nesse lugar duplo. Precisamos ver também como isso acaba gerando uma série de problemas pra nós. E aí é pensar a internet e o ciberativismo em uma perspectiva que não esteja sob o controle dessas elites. Instagram, Facebook, WhatsApp, essas ferramentas precisam ser problematizadas e as ciberativistas negras têm feito essa problematização.

Esse espaço de pensar uma internet livre, uma internet segura e uma internet que proporcione esse compartilhamento da forma mais dinâmica possível, esse tem sido o papel do ciberativismo. Em último, lá na ponta, no código, na hora de pensar em que ferramenta vamos produzir, lá na pontinha tem meninas, mulheres negras jovens, que estão produzindo informação e produzindo conteúdo dentro da internet. E é também dentro desse ciberativismo, no último período, que vamos ver temas centrais para os movimentos de mulheres negras terem algum tipo de avanço. Acho que especificamente a questão estética no último período avançou bastante, em razão do ciberativismo. Digo isso por quê? Eu me relaciono com a internet desde 2005. Com as redes sociais, começamos a perceber que é possível produzir conhecimento e informação mais rápida e que chega mais fácil pra nós. Então, eu,

Winnie, lá do Rio Grande do Sul, consigo discutir a textura do meu cabelo com uma mulher negra que está em Salvador. E aí, ao fazer esse debate, troco com essa mulher, que eu não vejo pessoalmente, troco com ela uma informação importante sobre o meu autocuidado, sobre a minha saúde. Antes do ciberativismo, a gente fazia essas trocas? Sim, mas numa dinâmica muito mais lenta. **Isso vai fazer com que tenhamos um avanço muito efetivo no que diz respeito à estética, e não só em razão do ciberativismo, mas também porque o mercado começa a perceber que gente preta compra. O mercado brasileiro demora pra perceber isso, mas percebe que gente preta compra e que gente preta quer comprar coisas nas quais ela se reconheça.** Então vamos parar de comprar creme pra cabelo liso, porque não tem creme pro nosso cabelo na cosmética – isso pode parecer muito pequeno, mas não é. E começamos a fazer em casa, trocar receitinha na internet. Lembro de ver muito vídeo de meninas negras, de mulheres negras, ensinando coisas que a gente já sabia, que a vó fazia, cuidar o cabelo com babosa... Mas aí está na internet, de maneira muito dinâmica, pra você fazer em casa. **Então, trocamos o creme que tem um monte de coisas que não dá pro nosso cabelo e voltamos pra babosa, mas voltamos pra babosa numa perspectiva tecnológica. Quando as empresas percebem que somos a maioria da população desse país, e a maioria econômica, no sentido de que somos nós que movimentamos o mercado, percebem que não estamos mais comprando e começam inclusive a adotar nos seus produtos os mesmos termos que essas mulheres blogueiras negras e as vloggers estão utilizando.** Então, se formos agora a uma casa de cosméticos qualquer, temos vários cremes, xampus, maquiagem, enfim, uma série de produtos voltados pra mulher negra. Isso é novidade: quando eu era criança, não tinha produto de cabelo, maquiagem, não tinha nada pra mulheres negras. **E é muito importante essa dimensão da estética, como o professor Edson Cardoso falou também. Porque a partir do momento em que reconhecemos beleza no nosso cabelo, nos nossos traços, na estamparia de origem africana, também redefinimos conceitos e valores a partir desse ativismo de mulheres negras.** Então, vamos ter uma nova possibilidade, outra visão da dimensão dessas relações, que vai se dar também na perspectiva da estética. Então, nesse sentido, avançamos.

Uma experiência importante foi a do Blogueiras Negras⁶¹. O Blogueiras Negras é um coletivo que tem uma dinâmica muito específica e que tinha,

61. Ver: <<http://blogueirasnegras.org>>.

num primeiro momento, o objetivo de reverberar vozes negras. Tivemos uma série de mulheres escrevendo nesse blog e, a partir do compartilhamento de outras mulheres negras, quebramos essas restrições da produção de conhecimento. Não estamos escrevendo um artigo para uma revista que vai pro nosso Lattes, escrevemos no Blogueiras Negras. E passamos a ter um conteúdo acadêmico, inclusive, e organizado, que é compartilhado em outras esferas. Tivemos um salto em termos de representatividade, mas num campo mais individual. Hoje qual é o grande desafio pra nós do ciberativismo? É conseguir mobilizar esse espaço numa perspectiva coletiva. Então, não nos interessa tanto que esses exemplos, os *cases* de sucesso, continuem existindo, mas sim que não sejamos mais exceção, como disse a Márcia Lima. Nos incomoda, e isso tem sido uma perspectiva do ativismo nas redes, que exista só uma Márcia. E nos incomoda porque isso não corresponde à realidade social, além de fazer que seja muito desgastante a Márcia ser a única, ou a Winnie ser a única. É um desgaste emocional muito grande ser a única. E ser a única também possibilita controle, porque, se você é a única, a partir do momento que te silenciam um projeto pode acabar. Então, as dinâmicas do ciberativismo nos proporcionam ter essas continuidades, e é nesse espaço, nesses últimos dez anos em especial, que vamos conhecer mulheres negras que antes não conhecíamos.

Embora eu seja filha do movimento negro, os textos de Lélia Gonzalez não chegavam na minha mão. Os primeiros contatos foram com a internet, em box de artigos compartilhados, zipados, que têm uma série de PDFs, um monte de PDF e aí você senta no seu computador e lê. E a partir desse PDF você articula outro texto num blog, no seu perfil. Vão se criando outras possibilidades de produção de conhecimento para além da esfera acadêmica, e não só de produção de sentido da escrita, mas de produção também no campo da arte, da dança, no próprio campo da moda. Esse pulo da estética vai tensionar, inclusive, essas relações no campo da moda.

Eu quero terminar com algumas perguntas, porque eu sou essa pessoa. Me dão perguntas e eu respondo com outras perguntas. **Pensar em representação e representatividade da forma como eu articulo, inclusive coletivamente, implica pensar quais são as possibilidades de constituição do sujeito que existe para as pessoas que foram alijadas da possibilidade de se constituírem enquanto sujeito devido à sua condição racial. Como pensamos a mulher negra hoje, se para essa mulher foi negada inclusive a dimensão da feminilidade? A feminilidade negra é controlada.**

Quando se falava aqui da mulher negra que a Lélia Gonzalez descreve, o estereótipo da mulata ferosa, o estereótipo da mulher castradora, esses estereótipos todos tiram a humanidade dessa mulher negra. **Então, como pensar uma constituição de sujeito que não existe, que é o que a gente tem feito historicamente para essa mulher. Quais são as possibilidades de incorporação das mulheres negras no processo de emancipação social? Como fazemos isso? Os atores que sempre estiveram emanando quem nós somos, quão dispostos eles estão a sair de cena, por cinco minutos, para que possamos minimamente mobilizar e dizer nós mesmos quem nós somos? Quais são as limitações impostas ao processo de constituição de subjetividades negras? E aí, quando falamos de subjetividades negras, não estou falando só de mulheres negras, falo como coletivo. Especialmente, como podemos diminuir esse sofrimento e esse ser negro estar localizado a partir da dor?** Quando vemos uma banca de aferição de cotas raciais, Silvio Almeida trouxe esse relato, e é um relato que conhecemos. Como identificar quem é negro e quem não é? Quem sofreu a dor do racismo.

O ciberativismo, essa experiência que tivemos nesses últimos anos, consegue fazer a gente constituir um ser negro que não está na dor. Um ser negro que está no ser belo, um ser negro que está na coletividade, um ser negro que está no compartilhamento de possibilidades de ser, que o tempo todo nos foi negado. De certa forma, por ser esse espaço mais dinâmico, a internet nos propiciou sentir menos solidão. Quer dizer, quando você vê uma mulher negra ciberativista sendo a representação do que é o feminismo negro no Brasil hoje, surge a esperança de que dá pra ser diferente. E aí me parece importante como projeto de nação apostar esforços, tanto esforços intelectuais como esforços econômicos para que essa constituição de sociedade se altere a partir dessas mulheres. Está bastante evidente que o projeto de nação colocado aí não deu certo. As pessoas morrem cada vez mais de maneiras muito evitáveis, isso tem sido outro ponto dos debates do ciberativismo. Refletir essa dinâmica de centralizar as trajetórias e narrativas das mulheres negras para pensar um projeto de nação, a partir também dessas ferramentas tecnológicas, parece um salto, um ganho importante especialmente neste período, em que a todo momento os poucos avanços que tivemos vão nos sendo retirados.

[...]

Eu faço parte de um rolê que se chama Rede de Ciberativistas Negras.

Acho que dá para fazer internet coletivamente, eu não consigo enxergar nenhum ativismo possível que seja individual. Mas a internet também nos proporcionou visualizar ativismos individuais. Vemos várias meninas, as meninas vloggers, fazendo um debate sobre questões caras ao movimento negro, e isso da casa delas, sentadinhas, com uma câmera. [...]

Eu mesma sou ciberativista, uso a internet para um monte de coisas, inclusive pra divulgar material acadêmico, as minhas coisas acadêmicas vão para blog, porque se eu ficar publicando meus textos só em revista acadêmica os pretos não vão me ler. Ter um blog é importante, porque consigo transformar aquele texto escrito para a disciplina de hermenêutica jurídica numa linguagem que o Doutor me obriga a escrever, consigo transformar esse texto em outra plataforma, com outro potencial, para que as meninas negras leiam sobre feminismo e experiência na trajetória de mulheres negras, um texto com um conteúdo acadêmico. [...]

Foi na internet que descobri que o Stuart Hall⁶² é preto. Eu não sabia. Li um monte, mas só descobri que o homem era preto porque eu baixei um PDF: a capa do livro, a cara do homem ali, preto! A internet também vai reivindicar uma imagem preta retinta do Milton Santos. São as jovens, os jovens negros na internet que fazem essa reivindicação. Quando vemos o que aconteceu na PUC, agora, com o caso dos jogos jurídicos, a juventude negra não deixa mais passar situações de violência racial. “Ah, você quer ser racista? Tá bom, vai ser exposto também.” Eles falam: “Atura ou surta. Nós vamos te expor, você vai ter que lidar com isso”. Então, acho que houve avanços. E quando a Sueli Carneiro fala “Bom, eu quero discutir a bossa-nova de uma perspectiva negra, quero discutir cultura a partir de Machado de Assis”, isso é uma coisa que a internet proporciona. Pode ser que não reverbere, mas você pode pegar o celular, abrir e fazer um *live*: “Hoje nós vamos falar sobre a formação da política brasileira”, o que for. E aí, com a popularização do acesso, que ainda é muito restrito – a internet não está disponível a todos os cidadãos brasileiros, menos ainda aos negros e negras (metade da população brasileira não tem internet, 100 milhões de pessoas). **Mas mesmo assim temos a democratização da mídia: o espaço de organização de uma**

62. Foi um teórico cultural jamaicano (1932-2014) que atuou no Reino Unido. Contribuiu com obras-chave para os estudos da cultura e dos meios de comunicação, assim como para o debate político. Sobre ele, ver: <<https://www.geledes.org.br/stuart-hall>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

mídia ativista, no último período, é a internet. É ali que vemos surgir outras possibilidades de mídia alternativa. Às vezes, se esquece que já existe internet há muito tempo: imprensa negra é mídia alternativa historicamente, mas é na internet que vamos ter esse espaço. As grandes corporações não vão dar espaço para que se crie essa narrativa. Mas então você cria uma página, cria um vlog e consegue minimamente produzir outro tipo de informação. Qual é o desafio? O desafio é um controle dos dados, porque o lugar ainda é o Facebook, o Twitter, o YouTube. Existe o controle dos dados. Mas podemos, sim, potencializar outros espaços de produção de rede. Na Rede de Ciberativistas, por exemplo, usamos outras ferramentas mais seguras. Brigamos inclusive com as nossas mais velhas, porque não dá pra discutir um monte de mulher negra no WhatsApp, mas é lá que elas estão discutindo. Então, temos dois trabalhos ainda: fazer esse trabalho de segurança, que é um debate muito importante e está sendo feito pelo nosso grupo. E a ciberativista não é só a blogueirinha, não é só a menina que vai lá e faz textão, também estamos disputando o lugar porque somos vistas como as que lacram: “Nossa, só está na internet pra lacrar”, como se o que estivesse escrito ali não tivesse conteúdo intelectual. Como se a gente não tivesse lido muito para escrever o que está escrito ali. E além disso tem a dimensão da segurança. **Estamos vivenciando um período de grande insegurança nas redes e também, ao mesmo tempo, de apagamento. O Facebook é uma ferramenta organizada por homens brancos. Uma ferramenta organizada por homens brancos que legitima a ideia que existe racismo reverso. Vários coletivos de mulheres negras tiveram todo seu conteúdo apagado por denúncias de racismo, por discurso de ódio de grupos organizados de brancos. Eu gosto da frase “Não existe espaço vazio na política”, e digo que “Não existe espaço vazio em nenhum lugar”, nem na internet. Então, temos que ocupar todos os espaços possíveis. Assim como eu ocupo a universidade, acho que tem que ocupar a internet, tem que ocupar a política institucional, tem que ocupar o espaço de atuação na base também. Acho que esse espaço da internet acaba facilitando essas trocas e o surgimento de outras formas de pensar. Não que seja um promotor, mas facilita essas trocas, esses debates e permite que as pessoas possam reivindicar e inclusive construir expressões coletivas e individuais em várias esferas, inclusive nas esferas de raça, gênero, sexualidade, que vão estar ali também pressionadas dentro do espaço do ciberativismo.**

4. Os participantes

AMILCAR PEREIRA é professor da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde é licenciado em História. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Fez pós-doutorado em Educação e História na Columbia University, em Nova York, é autor de *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil* (2013), organizador de *Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula* (2014), *Histórias do movimento negro no Brasil* (2007) com Verena Alberti, *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas* (2013) com Ana Maria Monteiro, e *Educação e diversidade em diferentes contextos* (2015) com Warley da Costa.

ANA TONI é diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS) e sócia-fundadora do Gestão de Interesse Público (GIP). Economista e doutora em Ciência Política, Ana tem longa trajetória no trabalho e no apoio a projetos voltados à justiça social, à promoção de políticas públicas, à área de meio ambiente e mudanças climáticas e à filantropia. Ana foi presidente de Conselho do Greenpeace Internacional (2010 e 2017), diretora da Fundação Ford no Brasil (2003-2011) e da ActionAid Brasil (1998-2002). Além de ter sido membro do conselho do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e da Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS), atualmente é integrante da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade e dos conselhos da Agência Pública, da Gold Standard Foundation, do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) e do Baobá – Fundo para a Igualdade Racial.

ANDRE DEGENSZAJN é diretor-presidente do Instituto Ibirapitanga. Foi secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) entre 2013 e 2017. É mestre em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi professor de relações internacionais na Faculdade Santa Marcelina (2007- 2011). Foi fundador e atualmente integra o Conselho Diretor da Conectas Direitos Humanos. É membro do Conselho Diretor da Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS) e da Oxfam Brasil.

ATILA ROQUE é diretor da Fundação Ford no Brasil. Historiador e cientista político, sempre trabalhou com temas ligados aos direitos humanos e justiça social no Brasil e no exterior. Ocupou posição de liderança em diferentes organizações da sociedade civil brasileira e internacional, e foi diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil.

BIANCA SANTANA é jornalista e pesquisadora. No doutorado em Ciência da Informação, na Universidade de São Paulo (USP), pesquisa memória e escrita de mulheres negras. No mestrado em Educação, estudou os usos das tecnologias digitais na educação de pessoas jovens e adultas. Foi professora da Faculdade Cásper Líbero e da pós-graduação em jornalismo multimídia na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Tem artigos e reportagens publicados em veículos como *HuffPost Brasil*, *Superinteressante* e *Ópera Mundi*. Foi uma das fundadoras da Casa de Lua Organização Feminista e da Casa da Cultura Digital, onde coordenou um projeto de recursos educacionais abertos e *open science*. Colaborou com a área de cultura digital no Ministério da Cultura (MinC) e com a produção de materiais didáticos nas editoras Ática e Moderna. Autora do livro *Quando me descobri negra*. Colunista da revista *Cult* e facilitadora de oficinas de escrita. Está escrevendo uma biografia de Sueli Carneiro, com apoio do Instituto Ibirapitanga.

BRANCA VIANNA é intérprete de conferência, linguista, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e presidente do Conselho de Administração do Instituto Serrapilheira, de apoio à ciência, que criou com seu marido João Moreira Salles. Formada em Letras com especialização em Interpretação de Conferência pela PUC-Rio (1988), mestre em Linguística pelo University College London (2003) e mestre em Formação de Intérpretes de Conferência pela Université de Genève (2010). É membro do Training Committee da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC).

CIDA BENTO é diretora executiva do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (Ceert) e integrante do Fórum Permanente pela Igualdade Racial e da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e colunista do Portal Áfricas. Doutora em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), foi coordenadora geral das sete edições do Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero; coordenadora do Projeto Conteúdos, Materiais, Ensino a Distância e Formação de Rede em prol da

Diversidade na Educação Infantil (UFScar/MEC); membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; *fellow* da Ashoka; líder Avina; eleita Líder Social no Fórum de Líderes Sociais e Empresariais, da Gazeta Mercantil (2002); Reconhecimento pela Medalha Anchieta e do Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo e Cidadã da Cidade de Atlanta (EUA, 1991). Foi considerada pela revista *The Economist* como uma das 50 profissionais mais influentes do mundo no campo da diversidade.

DENISE DORA é advogada, sócia do Dora, Azambuja & Oliveira, escritório de advocacia especializado em direito das organizações da sociedade civil e direito da antidiscriminação. É cofundadora e diretora executiva da Themis – Gênero e Justiça, que atua na educação jurídica feminista há mais de 25 anos, trabalhando com organizações e movimentos sociais, tendo coordenado durante 11 anos o Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford no Brasil. É integrante do Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos, da organização Terra de Direitos e da Themis. Tem publicações em direitos das mulheres e direitos humanos e recentemente participou de consultoria que analisou a internacionalização de 15 organizações de direitos humanos nos quatro continentes, em especial na relação com o sistema global das Nações Unidas.

DJAMILA RIBEIRO é colunista das revistas *Elle*, *Blogueiras Negras*, *Revista AzMina* e *Carta Capital* on-line. Djamila é autora de *O que é lugar de fala* (2017, série Feminismos Plurais, da qual é organizadora), *Quem tem medo do feminismo negro?* (Companhia das Letras, 2018), e escreveu o prefácio do livro *Mulheres, raça e classe* (2015), da filósofa negra e feminista Angela Davis, obra até então inédita no Brasil. Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania na cidade de São Paulo.

DOUGLAS BELCHIOR é fundador e professor no Movimento Uneafró-Brasil e na rede pública estadual de São Paulo. Palestrante/conferencista sobre a história das lutas sociais no Brasil, a questão racial no Brasil e sobre direitos humanos, é também consultor para a área da justiça criminal, violência do Estado, encarceramento e política de drogas do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Formado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), participa das diversas articulações do Movimento Negro contra o Genocídio

da População Negra. Foi colunista de Lutas Sociais no *Jornal da TVT* – TV dos Trabalhadores. Foi membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); membro de banca examinadora da política de cotas raciais, do concurso público para professores no município de São Paulo em 2017 e participou da Formação da Frente Pró-cotas Raciais do Estado de São Paulo.

EDSON CARDOSO é editor do jornal *Irohìn*. Mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB), doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), residiu em Porto Alegre durante o ano de 1977, tendo participado do Grupo Qorpo Insano, que reunia jovens escritores no Clube de Cultura da [rua] Ramiro Barcelos. O grupo organizou recitais e editou o livro *Qorpo Insano – uma antologia provisória* (Porto Alegre, Editora Emma). Na Câmara dos Deputados, foi chefe de gabinete do deputado Florestan Fernandes (1992-1995) e do deputado Ben-Hur Ferreira (1999-2002), tendo assessorado o então deputado Paulo Paim na Terceira Secretaria da Mesa Diretora (1997-1998). No Senado Federal, foi assessor de relações raciais da Primeira Vice-presidência, na gestão do senador Paulo Paim (2003-2005). Foi editor de algumas importantes publicações do movimento negro: *Raça & Classe*, da Comissão do Negro do PT-DF (1987), e o *Jornal do MNU* (1989-1994), do Movimento Negro Unificado. Exerceu as funções de assistente de redação e editor de texto na *Revista Brasileira de Tecnologia* – CNPq, em 1981 e 1982. De 1986 a 1989, foi editor de texto da *Revista Humanidades*, da UnB. Ainda na UnB, foi professor substituto no Departamento de Linguística, onde lecionou a disciplina Leitura e Produção de Textos (1993-1994). Foi consultor e membro da Comissão de Seleção da Fundação MacArthur no Brasil (1997-1998). Publicou diversos trabalhos e dedica-se também a atividades de formação, tendo organizado oficinas, seminários e proferido palestras no Brasil e no exterior.

IARA ROLNIK é gerente de programas do Instituto Ibirapitanga. Socióloga pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), bolsista do Institut de Recherche pour le Développement (IRD/França), com estágio acadêmico na Universidade de Córdoba e Università IUAV di Venezia. Desenvolveu sua trajetória em pesquisa social e urbana no universo acadêmico e em organizações da sociedade civil voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas e direitos humanos. No campo do fortalecimento da sociedade civil no Brasil, atuou como consul-

tora da Secretaria-Geral da Presidência da República e, mais recentemente, como gerente de conhecimento do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), tendo produzido estudos e pesquisas de referência sobre esse campo no Brasil.

MÁRCIA LIMA é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora sênior associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), com projetos vinculados ao Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid-Fapesp) e ao Instituto Nacional para Estudos da Metrópole (Programa CNPq/MCT). Tem graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1992), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, 1994) e doutorado em Sociologia pela UFRJ (2001). Realizou pós-doutorado na University of Columbia (2011-2012). Foi professora visitante no Hutchins Center for African and African American Studies na Harvard University (2016-2017). Foi editora da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*-BIB da Anpocs; membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (2015-2017). Seus temas de investigação são: desigualdades sociais, desigualdades raciais e de gênero, relações raciais, educação, mercado de trabalho, políticas de ação afirmativa no ensino superior e mulheres negras.

JOÃO MOREIRA SALLES é documentarista. Dirigiu, entre outros, *Notícias de uma guerra particular*, *Entreatos*, *Santiago* e *No intenso agora*. De 1999 em diante, produziu todos os filmes de Eduardo Coutinho. Em 2006, fundou a revista *Piauí*, da qual é editor. Em 2016, junto com sua mulher Branca Vianna, criou o Instituto Serrapilheira, de apoio à ciência.

MANOELA MIKLOS é feminista, idealizadora das campanhas Não Tem Conversa e #AgoraÉQueSãoElas. É mestre e doutora em Relações Internacionais (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – Unesp, Unicamp, PUC-SP; 2010). Lecionou Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na Universidade Anhembí-Morumbi (UAM) e nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atualmente integra a equipe do Programa para a América Latina da Open Society Foundations, é colunista e escreve sobre gênero e política na *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*.

ROGER RAUPP RIOS é desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4), com formação superior em Direito (graduação, mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS). Seus interesses de pesquisa surgiram da experiência de vida em movimentos sociais desde o início da década de 1980, e atualmente dedica-se ao direito da anti-discriminação e aos direitos humanos, com ênfase em raça, gênero e orientação sexual. Foi professor do mestrado em Direitos Humanos da UniRitter (Porto Alegre).

SELMA MOREIRA é diretora executiva do Baobá – Fundo para a Equidade Racial. Tem MBA executivo em Gestão e Empreendedorismo Social pela Faculdade de Administração e Negócios (FIA), especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo (USP) e graduação em Administração pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (Fito). Atuou como gerente de Responsabilidade Social do Instituto Walmart, gerente de Sustentabilidade da Fundação AlphaVille e gerente de projetos da Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP – FGV).

SILVIO ALMEIDA é natural de São Paulo, capital. Jurista e filósofo, é doutor em filosofia e teoria geral do direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco). É professor das faculdades de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e da Universidade São Judas Tadeu (SP). Presidente do Instituto Luiz Gama. Publicou *O direito no jovem Lukács: a filosofia do direito em História e Consciência de Classe* (Alfa-Ômega, 2006) e *O que é racismo estrutural?* (2018).

SUELI CARNEIRO é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra, criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, no qual mais de 30 mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais. Em 1988 foi convidada a integrar o Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília. Após denúncias de um grupo de cantores de rap da cidade de São Paulo, que queriam proteção por serem vítimas frequentes de agressão policial, ela decidiu criar em 1992 um plano específico para a juventude negra, o Projeto

Rappers, onde os jovens são agentes de denúncia e também multiplicadores da consciência de cidadania dos demais jovens. A filósofa também é autora da obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, que traz uma abordagem crítica dos comportamentos humanos e apresenta os principais avanços na superação das desigualdades criadas pela prática da discriminação racial – indicadores sociais, mercado de trabalho, consciência negra, cotas, miscigenação racial no Brasil, racismo no universo infantil, obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas do país, entre outros.

THULA PIRES é professora nos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e coordenadora adjunta de graduação no mesmo curso. Tem graduação em Direito (2002), mestrado (2004) e doutorado (2013) em Direito Constitucional e Teoria do Estado, ambos pela PUC-Rio. Tem experiência na área de Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, teoria crítica da raça, mulheres negras, direitos humanos e teoria do reconhecimento.

WALTER SALLES é documentarista e diretor de filmes de ficção. Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), recebeu um mestrado em artes (MA) pela University of Southern California (USC), em Comunicação Audiovisual. Seus filmes foram premiados nos Festivais de Berlim, Cannes, Veneza, Sundance e San Sebastián. Recebeu o Urso de Ouro e o Globo de Ouro por *Central do Brasil* (1998) e oito indicações ao Oscar por filmes que dirigiu ou coproduziu. Ganhou por duas vezes o prêmio de Melhor Filme Estrangeiro da Academia Inglesa de Cinema (BAFTA). Com seu irmão João, produziu filmes de jovens cineastas brasileiros, como Karim Aïnouz, Flávia Castro e Eryk Rocha, além de documentários de mestres como Nelson Pereira dos Santos. Salles faz parte do conselho consultivo do Sundance Institute e da Film Foundation, criada por Martin Scorsese.

WINNIE BUENO é iyalorixa, pós-graduanda em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), ativista dos movimentos negro e feminista. Compõe a Rede de Ciberativistas Negras e atua como assessora técnica do Conselho Estadual de Povos de Terreiro do Rio Grande do Sul.

FICHA TÉCNICA

Instituto Ibirapitanga

FUNDADOR Walter Salles

DIRETOR-PRESIDENTE Andre Degenszajn

GERENTE DE PROGRAMAS Iara Rolnik

CONSULTORAS PROGRAMÁTICAS Sueli Carneiro e Denise Dora

Este documento foi publicado no Rio de Janeiro em setembro de 2018.

TRANSCRIÇÃO Sandra Silva

REVISÃO DE TEXTO Cristina Yamazaki

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Elisa von Randow e Julia Masagão

ASSISTENTES DE DESIGN Beatriz Dórea e Matheus Sakita

